

Louise da Silveira



FEMINILIDADES NEGRAS
UM ESTUDO DE RELAÇÕES ESPACIAIS
PARADOXAIS



INSTITUIÇÃO:

Associação Internacional de Pesquisa na Graduação em Pedagogia – AINPGP

DIRETORIA

Prof. Dr. Marcelo Pustilnik Vieira - UFSM (Presidente)
Acad. Kaliene Batista Ferreira - URCA (Vice-Presidente)
Profa. Maria Luzirene Oliveira do Nascimento EB/CE (Primeiro Secretário)
Acad. Romário Cícero da Silva Abreu - UFCG (Suplente de Secretário)
Prof^ª. Dr^ª. Francicleide Cesário de Oliveira - UERN (Primeira Tesoureira)
Profa. Dra. Disneylandia Maria Ribeiro - UERN (Segunda Tesoureira)

CONSELHO EDITORIAL (NACIONAL E INTERNACIONAL)

Prof. Dr. Afonso Welliton de Sousa Nascimento (UFPA)
Prof. Dr. Allan Solano Souza (UERN)
Prof. Dr. Alexandre Augusto Cals de Souza (UFPA)
Prof. Dr. Benedito Gonçalves Eugênio (UESB)
Prof. Dr. Bertulino José de Souza (UERN)
Profa. Dra. Ciclene Alves da Silva (UERN)
Profa. Dra. Cristiane Maria Nepomuceno (UEPB)
Profa. Dra. Diana Paula de Souza Rego Pinto Carvalho (UERN)
Prof. Dr. Eduardo Jorge Lopes da Silva (UFPB)
Prof. Dr. Ernano Arraias Junior (UFERSA)
Prof. Dr. Fernando Gil Villa (USAL y ABS-USAL/Espanha)
Profa. Dra. Franselma Fernandes de Figueirêdo (UFERSA)
Profa. Dra. Francicleide Batista de Almeida Vieira (UFRN)
Prof. Dr. Giann Mendes Ribeiro (UERN)
Prof. Dr. Gilton Sampaio de Souza (UERN/FAPERJ)
Prof. Dr. Glaydson Francisco Barros de Oliveira (UFERSA)
Profa. Dra. Kássia Mota de Sousa (UFCG)
Profa. Dra. Maria da Paz Cavalcante (UERN)
Profa. Dra. Maria Eliete de Queiroz (UERN)
Profa. Dra. Ivana de Oliveira Gomes e Silva (UFPA)
Prof. Dr. Ivanildo Oliveira dos Santos (UERN)
Prof. Dr. José Amiraldo Alves da Silva (UFCG)
Profa. Dra. Lidiane de Moraes Diógenes Bezerra (UERN)
Prof. Me. Luís Filipe Rodrigues (Universidade de Santiago/Cabo Verde)
Prof. Dr. Luís Tomás Domingos (Moçambique/UNILAB/Brasil)
Prof. Dr. Marcelo Vieira Pustilnik (UFSM)
Profa. Dra. Maria do Socorro Maia F. Barbosa (UERN)
Prof. Dr. Miguel Henrique da Cunha Filho (UERN)
Profa. Dra. Racquel Valério Martins (ABS-USAL/Espanha)
Prof. Dr. Renato Alves Vieira de Melo (ABS-USAL/ Espanha)
Prof. Dr. Rosalvo Nobre Carneiro (UERN)
Profa. Dra. Sandra Meza Fernández (Universidade do Chile/Chile)
Profa. Dra. Soraya Maria Barros de Almeida Brandão (UEPB)
Profa. Dra. Simone Cabral Marinho dos Santos (UERN)

A compilação de responsabilidade assumida pelos autores foi validada pelo processo de revisão fechada por pares, ou seja, os manuscritos científicos passaram pelo crivo avaliativo do CONSELHO EDITORIAL, a fim de garantir a credibilidade da produção, já que a AINPGP, por seu comprometimento com os conteúdos da ciência, toma por preceito ético o atendimento das normas para publicação determinadas pela CAPES.

Copyright da obra é do autor
Copyright dessa edição: Edições AINPGP

www.ainpgp.org
email: contato@ainpgp.org

Diagramação e capa: Marcelo Vieira Pustilnik
Ilustração: Marcelo Vieira Pustilnik com uso de IA (<https://app.leonardo.ai/generation/image>)

Ano de publicação 2025

Silveira, Louise
Feminilidades negras: um estudo de relações espaciais
paradoxais / Louise Silveira. Pau do Ferros/RN:Edições AINPGP,
2025. 10 p.; 30 cm

ISBN: 978-65-87527-48-2

1. Mulheres negras em partidos de esquerda 2. Espaço
paradoxal. I. Silveira, Louise. II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

AGRADECIMENTOS

In memoriam do meu saudoso Jorge (querido, gordinho) que me deu o afeto de um pai e a solidariedade de um amigo. Em momentos importantes, como o que vivo agora, tenho vontade de sair na rua berrando bem alto para te contar a novidade. Ferida aberta, saudade eterna. Eu te amarei para sempre.

Recorro a Frantz Fanon para reiterar que: “Desperto um belo dia no mundo e me atribuo um único direito: exigir do outro um comportamento humano. Um único dever: o de nunca, através de minhas opções, renegar minha liberdade”.

Eu não seria ninguém sem meus pares (familiares e ideológicos). A humanidade e empatia de vocês me trouxeram até aqui, por isso, agradeço imensamente por isso e dedico a pesquisa:

À minha mãe Araci que foi quem me ensinou o sentido de coragem, gratidão, determinação e seriedade. Nunca desistiu de mim e priorizou a minha educação desde sempre. Lembra, mãe? Lá na Pré-Escola, em 1992, tu disseste que eu estava dando meu primeiro passo para fazer uma faculdade. E acalentamos o sonho juntas. E se não fosse tu, com o apoio afetivo e suporte material, cuidando de mim e das minhas filhas, nada disso seria possível. A faculdade foi concluída e tua insistência para que eu fizesse o mestrado fez com que, finalmente, nosso título de mestra tenha chegado. Eu te amo.

Às minhas filhas, Beatriz e Bianca, amorinhas da minha vida, mais que agradecer, quero pedir perdão por todos os momentos que perdi. Meu sonho é um mundo onde vocês, futuras mulheres negras, não passem pelos mesmos percalços que eu. Vocês são incríveis. Muito mais do que eu mereço e muito melhores que eu.

À minha prima irmã e comadre Fabiane, a primeira pessoa a ver minha aprovação no mestrado, sempre vibrando por mim, me acompanhando desde a infância. Sangue não é água. O que temos ultrapassa e supera qualquer barreira.

Aos meus irmãos Daniel e Vinicius, primos, tios, tia Marta (quem me incentivou a buscar o título, revisando meu projeto antes da seleção) e em especial minha avó Aracy, elo de ligação com meu pai Admilson. Uma afetividade fundamental para minha formação.

Às feminilidades negras que fizeram parte dessa pesquisa. Suas histórias entrelaçam-se com a minha.

Agora, preciso mais uma vez, subverter a ordem a fazer um enorme parêntese para falar dos meus amigos. A maior parte, nem curte muito tais formalidades. Não suportam clichês. Provavelmente estão rindo e me chamando de dramática, exibida e exagerada. No entanto, quero fazer justiça e mencioná-los nominalmente. Agradeço:

À minha irmã preta Andressa que enriqueceu minha dissertação com sua inteligência, caminhos teóricos e parceria incondicional. Ainda bem que tu existes, Andressa.

Fernanda, Taiana, Ralfe, Gustavo, Hilário e Arthur, geógrafos interessantíssimos e pesquisadores inteligentes e generosos.

Angelise, Alcimari, Flávia e Franciele, por serem as irmãs que o sangue não me deu, mas a vida me apresentou. Não tenho palavras para dizer o quanto vocês são importantes para mim.

Julio, amigo/irmão querido. Me acompanhas desde a graduação. Confia em mim mesmo quando eu mesma não confio. Atento, responsável e cuidadoso comigo. Tu és um presente na minha vida.

Dáise, amiga desde a fila do vestibular. Companheira de sonhos e batalhas. Inspiração para qualquer mulher negra periférica. Tu és uma bênção para todos do teu convívio. Eu te amo.

Márcia e Leonardo, meu casal predileto. De um #FORA TEMER nasceu nossa cumplicidade. Um encontro que já estava marcado. O amor que tenho por vocês (e pela Angie) não cabe no poema e nem no meu peito.

Vanderson, por ser uma escuta e estar perto de mim, mesmo longe. O melhor abraço do mundo. Da universidade para a vida.

André, querido. Por ter me estendido a mão diversas vezes. Tua palavra me acalma. Tua presença me alegra. Tua amizade e generosidade foram e são fundamentais para mim.

Igor, que me acompanha desde o início dessa aventura chamada mestrado. Obrigada por me fazer (re)significar o amor e compartilhar comigo as indignações oferecidas pela conjuntura; tua inteligência; teu humor (sacana); teu bom gosto musical (igual ao meu); o ouvido atento; o carinho certo; a doce partilha de sonhos e devaneios foram vitais para mim. Amor é também um sentimento de luta e resistência, por isso, eu te amo.

Queridos e essenciais Ana, Helena e Jacson. Colegas de Programa. Amigos da vida. Através da convivência com vocês entendi a lindeza dos valores brejeiros do

interior; a delícia que é uma amizade sem cobranças; a inteligência emocional de quem maneja a terra e a vida com simplicidade e ao mesmo tempo com a complexidade de quem supera o meio que vive com cultura, sensibilidade, grandeza de alma e estudo.

Meus malvados favoritos (escrotinhos), Camila, Ricardo, Felipe e Peterson. Como é bom ter vocês em minha vida. Que privilégio chamá-los de amigos. Se não fossem nossas trocas, risadas, conversas (mesmo à distância), teria sido ainda mais difícil. Sei o quanto vocês detestam melodramas, mesmo assim, não poderia deixar de frisar que a cada puxada de orelha, rugas e brincadeiras, engradeceram minha caminhada. Pestes adoradas, amo vocês.

Por fim, não poderia deixar de mencionar Professor Benhur Pinós da Costa. Intelectual orgânico. Homem desse tempo, ainda assim, apregoadado em valores que quase não se usam mais como ética e decência. Eu nunca poderei agradecer completamente a oportunidade e o meu crescimento. Tu rompes a lógica perversa da academia que desumaniza. Tu és o cara que encara com boa vontade e simpatia quem tu orientas (e até quem tu não orientas). Compras as nossas brigas e vives nossas alegrias e lutas. Metade homem, metade estrela pop? Metade Madonna, metade Eddie Vedder? Metade professor, metade personalidade queer? Metade orientador, metade pai (irmão dos mais velhinhos). Totalmente geógrafo marginalizado por ser corajoso militante que dá voz e vez para quem as paredes dessa universidade nunca fez questão de reconhecer. Foi uma honra estar ao teu lado.

Aos governos populares que colocaram as filhas e filhos da classe trabalhadora dentro da universidade. Obrigada Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Presidenta Dilma Rousseff.

Mãe Oyá, teus ventos me trouxeram até aqui. E tudo que ficou ou foi tirado nesse caminho, foi perfeito. Quem tem Orixá, tem tudo

Epahey, Oyá!

Uma ladainha pela sobrevivência

*Para aquelas de nós que vivem na beirada encarando os gumes
constantes da decisão
crucial e solitária para aquelas de
nós que não podem se dar ao luxo
dos sonhos passageiros da escolha que amam na soleira vindo e indo
nas horas entre as alvoradas olhando no íntimo e pra fora
simultaneamente antes e depois
buscando um agora que possa procriar
futuros como pão na boca de nossas
crianças pra que os sonhos delas não reflitam
a morte dos nossos;*

*Para aquelas de nós que foram marcadas pelo medo
como uma linha tênue no meio de nossas testas aprendendo a ter
medo com o leite de nossas mães
pois por essa arma essa ilusão de alguma
segurança vindoura os marchantes esperavam nos calar
Pra todas nós este instante e esta glória
Não esperavam que sobrevivêssemos*

*E quando o sol nasce nós temos medo
ele pode não durar*

*quando o sol se põe nós temos medo ele pode não nascer pela
manhã
quando estamos de barriga cheia nós temos medo
de indigestão quando nossos estômagos estão vazios nós temos
medo nós podemos nunca mais comer novamente
quando somos amadas nós temos medo
o amor vai acabar quando estamos sozinhas nós temos medo
o amor nunca vai voltar e quando falamos nós temos medo nossas
palavras não serão ouvidas
nem bem-vindas mas quando estamos em silêncio
nós ainda temos medo*

*Então é melhor falar tendo em mente que
não esperavam que sobrevivêssemos*

SUMÁRIO

1.	EU SOU UMA MULHER NEGRA: DE QUE LUGAR EU FALO	8
2.	QUAL O ESPAÇO DAS FEMINILIDADES NEGRAS? PONTO DE PARTIDA.....	16
3.	GEOGRAFIAS FEMINISTAS: UM BREVE ENTENDIMENTO CONCEITUAL	23
4.	A CATEGORIA ESPAÇO: PARA QUEM NÃO É GEÓGRAFA, MAS ESTÁ GEÓGRAFA	27
4.1.	ESPAÇO PARADOXAL: UMA NOVA PERSPECTIVA ESPACIAL	36
5.	FEMINISMO INTERSECCIONAL: ESPAÇO DA MILITÂNCIA	39
5.1.	ELEMENTOS HISTÓRICOS DA CONDIÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE: ELO DAS FEMINILIDADES NEGRAS COM O FEMINISMO INTERSECCIONAL	42
6.	METODOLOGIA: ESPAÇO DA MINHA DOR DE CABEÇA.....	50
6.1.	CAMINHOS DA PESQUISA QUALITATIVA: PRINCÍPIOS DE MICROETNOGRAFIA.....	51
6.2.	ADENTRANDO NA PESQUISA ETNOGRÁFICA: AS MULHERES E EU	54
7.	ANÁLISE DOS DADOS: ESPAÇO DA PARTILHA CONCEITUAL (MUITO OBRIGADA, ÉDIPO)	68
7.1.	ESPAÇO DA MILITÂNCIA: ESCOLHA OU IMPOSIÇÃO?	70
7.2.	EIXO NEGRITUDE	76
7.3.	EIXO: FEMINISMO NEGRO INTERSECCIONAL	78
7.4.	ESPAÇO DA MILITÂNCIA NO COTIDIANO.....	82
7.5.	OUTROS CONTEXTOS: A POLISEMIA DENTRO DA PALAVRA EMPODERAMENTO	87
8.	FEMINILIDADES NEGRAS: RELAÇÕES ESPACIAIS PARADOXAIS.....	92
9.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
10.	REFERÊNCIAS:	102

1. EU SOU UMA MULHER NEGRA: DE QUE LUGAR EU FALO

Eu sou uma mulher negra. Filha única de uma mulher negra que nunca casou. Separada. Tenho duas filhas negras as quais chamo carinhosamente de “amorzinhos”, em referência ao fruto doce e negro dado na amoreira que tem, dentro do seu radical, a palavra amor.

Quando entrei na escola em 1992, era a única negra da sala de aula. Tratava-se de uma escola pública, no entanto, situada em um bairro nobre da cidade. Ali, com seis anos de idade, já senti que minha espacialidade negra, fora dos muros da minha casa/família, não era confortável para algumas crianças. Não sei como, mas dentro de mim, já existia um mecanismo muito grande de defesa e compreensão de que, quando me chamavam de feia ou debochavam das minhas tranças, o problema todo estava centrado única e exclusivamente no meu fenótipo negro. Segundo Bicudo (1955), “a criança é influenciada pelas atitudes dos pais com respeito às pessoas negras, porém [...] ela as reelabora, mantendo-as com maior ou menor tenacidade, segundo os afetos operantes nas relações com os pais” (BICUDO, 1955, p. 292). A autora também analisou que, apesar de muitas vezes as motivações para preferência e rejeição não serem definidas por critérios raciais, qualidades como ‘bom’, ‘bom aluno’, e ‘bem educado’ estariam associadas ao branco, como qualidades a ele peculiares. Além disso, o mesmo estudo revelou a existência de atitudes preconceituosas em relação a negros e a introjeção de ideais do branco e a transformação da palavra negro em xingamento, afinal, conforme investigou Fazzi (2000), a crença de que “preto é feio”, é uma crença naturalizada na sociedade, de tal maneira, que as crianças reproduzem e os adultos, no caso os professores, não dão o tratamento que deveriam.

Por mais que minhas notas fossem altas, eu tivesse criatividade, empenho e dedicação, professoras e professores, ao longo da minha infância, supervalorizavam quando eu conversava em aula, quando eu revidava os xingamentos a mim proferidos. Certamente, porque eu não era a figura delicada a qual merecia e precisava de cuidados, como no caso de meninas brancas. Aliás, eu não era a princesa de nenhum conto de fadas e tampouco a heroína de qualquer longa infantil. Era o outro, ou nas palavras da autora Gloria Jean Watkins, conhecida pelo pseudônimo de “bell hooks”

(em letras minúsculas que é como ela prefere bell hooks (2015), eu era a outsider within. Ao descrever a sua infância em uma pequena cidade em Kentucky, hooks aponta que viver na margem, acaba nos fazendo desenvolver uma forma particular de ver a realidade. “Olhávamos tanto de fora para dentro quanto de dentro para fora... compreendíamos ambos (hooks, 2015: vii).” Eu sempre me vi fora. Mas minha marginalidade foi o impulsionador de minha insubordinação e esta, me defendeu de muitas situações.

Outro estigma veio com força na adolescência e me acompanha até a vida adulta: a negra agressiva. Angela Davis, em “Mulheres, Raça e Classe” (2016), aponta que pessoas negras carregam consigo estigmas trazidos desde a época da escravização, causando uma violência estrutural que tem reflexos sociais ainda na atualidade. Sueli Carneiro (2001) explica que o “mito da fragilidade” feminina refere-se a uma ideia de paternidade e proteção que historicamente o discurso dos homens brancos destinou às mulheres brancas, portanto, a violência atribuída a mim, não era apenas uma resposta a minha exclusão e marginalização dentro do espaço social mais frequentado por mim, a escola, mas era também fruto de um racismo institucional que propunha que eu não era sequer digna de respeito, cuidado ou qualquer outro tipo de afeto.

Entrei na universidade em 2005. Nesse mesmo ano, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº 11.096 no dia 13 de janeiro de 2005, lei de criação do Programa Universidade para Todos, o PROUNI. Não fui contemplada pelas bolsas destinadas às instituições particulares, no entanto, tive colegas que, como eu, eram negros e filhos da classe trabalhadora e que fizeram parte do programa. Havia três alunos contemplados pelo PROUNI no Curso de Letras Inglês do então Centro Universitário Franciscano (hoje, Universidade Franciscana). Uma menina branca e dois meninos negros. Algo que fui entender, epistemicamente, muito mais tarde.

Os cursos de Licenciatura são, na grande maioria, noturnos, portanto o refúgio de quem precisa trabalhar e estudar. Lembrando que há baixa atratividade da carreira docente, com recrutamento dos estudantes dos cursos de licenciatura justamente entre aqueles de escolarização básica mais precária, logo, já se evidencia que o acesso ao ensino superior não se dá do mesmo modo para os membros de todas as classes sociais e que a maioria dentre aqueles que estão rompendo as barreiras econômicas e realizando o sonho de chegar à universidade, o fazem pela via dos cursos cujo valor do diploma é bem menor (ARANHA E SOUZA, 2013, p. 79). Embora

simbolicamente falando, a Licenciatura deveria ter o mesmo peso que qualquer outra formação, tem menos prestígio social e em alguns casos, é o que resta para os filhos da classe trabalhadora que, tiveram seu ensino básico, em sua maior parte, precarizado. Confesso, por mais que pareça idealista, escolhi a Licenciatura por gostar e não só porque minha família poderia pagar, mas em parte, também foi uma escolha de ordem econômica.

Levei oito anos para concluir a licenciatura. Motivo? Não conseguia pagar todas as disciplinas do semestre. Tive todas as bolsas que a Universidade Franciscana oferecia. Fui presidente do diretório acadêmico do meu curso. Tinha um desempenho acadêmico satisfatório. Acreditava que o diploma seria a porta de entrada para o mercado de trabalho. Não entendia que por mais que eu tivesse uma formação, ser negra sempre viria na frente. Conforme discute Isildinha Batista Nogueira (1998, p. 46),

os atributos físicos que caracterizam o negro, e mais particularmente a cor da pele, expressam as representações que, historicamente, associam a essas características físicas atributos morais e/ou intelectuais que vão corresponder, no espectro das tipificações sociais, àquilo que se instaura na dimensão do distante, ou seja, àquilo que expressa o que está além do conjunto dos valores nos quais os indivíduos se reconhecem. Nessa rede, negro e branco se constituem extremos, unidades de representação que correspondem ao distante - objeto de um gesto de afastamento- e ao próximo, objeto de um gesto de adesão (NOGUEIRA, 1998, p. 46).

Do contrário do que parece, não encarei o racismo estrutural como algo que me paralisasse. Depois da formatura, comecei a trabalhar. Quase dois anos com carteira assinada. Fui demitida. Resolvi que era hora de voltar a estudar. Decidi fazer mestrado. Sou uma mulher negra, cis, heterossexual, mas entrei no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria, com um projeto que queria trabalhar os espaços homoafetivos da minha cidade.

Nas primeiras aulas no programa tive um estranhamento. Natural, uma epistemologia totalmente diferente do que eu estava acostumada, já que sou graduada em Letras. Por mais que eu tivesse estudado para elaborar um projeto, não seria possível comparar minha caminhada com as dos geógrafos que dividiam a sala comigo. No decorrer das semanas, o desconforto crescia. Primeiro achei que era por eu não ser geógrafa. Em um segundo momento acreditei que, como eu não tinha bolsa

e precisava fazer os mais variados tipos de trabalho para me manter, fosse talvez um problema de ordem social. A não geógrafa pobre. Até que um dia, depois de ver várias vezes meus colegas chamando uma professora de “profe”, inventei de reproduzir o diminutivo carinhoso da palavra professora para ela e recebi como resposta: “Professora, por favor. Mantenha a compostura, porque isso aqui é uma academia.”

Foi uma humilhação. Declaradamente, aquela professora não gostava de mim. Não fazia a menor questão que eu ficasse ali. Olhei para os colegas que às vezes a chamavam de “profe” a constatação foi óbvia: a cor da pele era diferente da minha. Não faço aqui nenhuma acusação direta. Mas pontuo que a cor da pele, interseccionada com a minha classe social e a minha formação inicial, foi um incômodo.

Como nem tudo que acontece em nossas vidas pode ser necessariamente restrito a uma dicotomia simplista de bom e mau, ser marginal dentro do programa me possibilitou novos desafios, para além da geografia tradicional. Conheci as Geografias feministas, momento de encontro entre mim e o que eu realmente queria fazer: falar sobre feminilidades negras. Cheguei, com a ajuda do meu orientador, em “Feminilidades negras: um estudo de relações espaciais paradoxais.” Eu precisava falar da história de feminilidades negras. Mas não de negras que seguissem a lógica perversa da subalternidade (herdada do período de escravização). Não! Eu teria que falar de negras que como eu, subverteram e subvertem o pensamento racista do senso comum. Negras acadêmicas. Mas ainda era pouco que fossem acadêmicas. Teriam que ser negras acadêmicas que além de furarem o cerco racista, estivessem na disputa do reconhecimento de sujeito político. A escolha pareceu óbvia, teriam de ser negras, acadêmicas e militantes.

Em conformidade com Joseli Maria da Silva (2009, p.25):

As ausências e os silêncios de determinados grupos sociais são resultantes de embates desenvolvidos na comunidade científica, que criam hierarquias e dependências, ratificando o poder de grupos hegemônicos e, conseqüentemente, de suas próprias teorias científicas (SILVA, 2009, p. 25).

Importante entender que a geografia feminista, contesta os saberes tradicionais, pois conforme nos confirma Silva (2009):

discurso científico é uma construção social e desenvolvemos uma atitude crítica sobre os modos de se “fazer a geografia”, duvidando da consagração

das “verdades” estabelecidas pela versão hegemônica difundida na historiografia do pensamento geográfico, é que compreendemos as razões das ausências de determinados sujeitos como agentes produtores do discurso científico geográfico (SILVA, 2009, p.25).

Saber que existiam discussões que permitiam a ruptura não só da epistemologia da geografia, como também a minha própria marginalidade dentro do programa, foi um incentivo fundamental para compreender o tipo de pesquisa que eu queria fazer.

Outro entrave na minha pesquisa foi o posicionamento temporal de discussão. É um trabalho marxista ou pós-estruturalista? Não me sinto confortável com a ideia de ser rotulada por nenhum dos termos. Acredito que como as geógrafas feministas percebem o patriarcado como sistemas de relações hierarquizadas, no jogo que eleva o masculino como superior ao feminino, abrangendo desde os sistemas econômicos e sistemas jurídico-institucionais até os regimes cotidianos do exercício da sexualidade (SILVA, 2009), não se pode falar de feminilidades negras sem entender um novo paradigma de discussões teóricas e, ao mesmo tempo, não se pode romper totalmente com a ideia de uma sociedade dividida por classes, raça e gênero.

Fiz essa dissertação como quem agarra o último sopro de esperança. Caminhei por caminhos tortuosos e, por não ter bolsa e nem tão poucas condições materiais de conseguir produzir na lógica quantitativa inerente a todo programa de pós-graduação, a insalubridade da academia, durante esses três anos (tempo máximo de defesa), me intimou por diversas vezes abandonar o mestrado. Mas não abandonei. Comprei a briga visível e invisível contra meu corpo negro. Não aceito menos que o título. Eu serei mestra em Geografia porque devo isso à minha mãe, às minhas amorzinhas e para mim mesma.

A construção da problemática “Como a negritude enquanto elemento constituinte das interseccionalidades de diferentes feminilidades produzem relações espaciais paradoxais?” parte da hipótese de que essas mulheres constroem um espaço, que não é o mesmo dado para outras pessoas (não negras) dentro das esferas de poder, o que as conduz para um tipo de militância que está atrelada diretamente com suas raças e exigem delas, um posicionamento político, diferente de qualquer outro militante.

Obviamente, a escolha das feminilidades negras da minha pesquisa, deve-se, além de tudo que deixei exposto até aqui, a minha própria espacialidade negra e a

minha condição de militante. Diversas vezes dentro da militância o conhecimento acadêmico é colocado em cheque, ao passo que a academia é, no entendimento de todos, um lugar onde o conhecimento está acima de qualquer ideologia. Gera, portanto um desconforto, para quem vê na luta e na pesquisa instrumentos que dialogam para um novo fazer político. Marco Aurélio Garcia (1997) fala do quanto a história da militância, e aqui atribuo militância como um fenômeno social insurgente dos tempos em que vivemos, parece, à primeira vista, um território escorregadio, diluindo fronteiras entre o que é objetivo (o que motiva a luta) e subjetivo (teorias que compreendem os fenômenos sociais). Preciso frisar que, não acredito na neutralidade da academia e nem na no ativismo militante baseado apenas em trajetórias de vida. Logo, entender a militância das feminilidades negras da pesquisa é, ainda em conformidade com Garcia (1997), compreender a inteligência dos fenômenos políticos a serem desvendados dentro das trajetórias (individuais ou coletivas).

A pesquisa justifica-se, uma vez que, conforme salientou Djamilia Ribeiro (2018) feminismo negro é muito maior do que uma luta identitária, afinal, branquitude e masculinidades são também identidades. Quando se pensa em feminismos negros, está vinculado pensar projetos democráticos. Pensar feminismo negro é pensar sobre mudança política, uma vez que tal movimento está interseccionado com questões que extrapolam gênero, explorando também, a raça e a classe. A primeira tomada de consciência que uma mulher negra que se diz feminista é entender que o feminismo universal (lá dos idos do movimento sufragista) e na contemporaneidade, centrado na violência de gênero, não atende as demandas das mulheres negras. Dijamila (2018) traz para o debate sobre feminismo negro Chimamanda Ngozi Adichie, quando a escritora alerta sobre os perigos de ver a história com um olhar superficial e unificador.

É impossível falar sobre história única sem falar sobre poder. Há uma palavra da língua *igbo* de que sempre me lembro quando penso nas estruturas de poder do mundo, e a palavra é nkali. Trata-se de uma expressão que pode ser traduzida como “maior do que o outro”. Como o mundo econômico e o político, histórias também são definidas pelo princípio do nkali. A forma como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo depende do poder. Poder é a habilidade não só de contar a história de outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa. O poeta palestino Mourid Barghouti escreve que o jeito mais simples de se destituir uma pessoa é contar sua história e colocá-la em segundo lugar. Uma história que tivesse início com as flechas dos nativos americanos, e não com a chegada dos britânicos, seria totalmente diferente. Uma história que começasse com o

fracasso do Estado africano, e não com a criação colonial do Estado africano, seria totalmente diferente (ADCHIE, apud, RIBEIRO, 2018, p. 13).

Não se pode pensar em feminismo universal, simplesmente porque as histórias de vida de mulheres negras e mulheres brancas, não é a mesma. Logo as demandas das lutas das mulheres, são distintas também.

O objetivo central foi entender como a negritude é o principal fator de opressão sofrida pelas feminilidades negras, além é claro, conhecer os tipos de opressões advindas dos espaços de poder, afinal, não são mulheres que estejam na margem, como supõe a estrutura machista e racista que nos circundam. Trata-se de acadêmicas, professoras universitárias, ativistas partidárias e militantes. Por fim, coube à pesquisa entender, quais os mecanismos de superação e se eles configuram uma noção de espacialidade paradoxal.

O Programa de Pós-Graduação em Geografia, não só deixou mais latente a minha leitura feminista, realocou a minha identidade de negra militante, como também me trouxe, através da geografia feminista (conforme salientei anteriormente) uma possibilidade de subversão do racismo que eu sentia no programa, assim como a subversão do cânone geográfico, o qual, inicialmente, por alguns professores, foi me apresentado de maneira pouco interessante. Saliento aqui o privilégio de ter sido orientada por um geógrafo que compreende o fazer científico para além das hegemonias e sempre, com muito cuidado e respeito, traçou caminhos e me deu subsídios, para eu entender que a Geografia é uma ciência historicamente canonizada pelos moldes eurocêntricos, mas que viveu (vive) suas rupturas, tendo assuntos, como no caso da pesquisa aqui exposta, uma roupagem de literatura marginal e, por isso, imprescindível dentro da academia.

Para tanto, na seção 2, explano minha trajetória e de que maneira ela interferiu na constituição de meu trabalho, até porque, o motivo de escolha de feminilidades negras, de histórias com as quais eu me identifico, foi um fator decisivo na caminhada científica e metodológica. Nesse capítulo também há pistas dos caminhos teóricos a serem seguidos.

Na seção 3 apresento e explico como cheguei em minha pergunta de partida: Como a negritude enquanto elemento constituinte das interseccionalidades de diferentes feminilidades, produzem relações espaciais paradoxais? Do mesmo modo, exponho a importância da categoria espaço paradoxal e também da interseccionalidade para a compreensão da pesquisa.

Na seção 4 faço uma breve explanação sobre as geografias feministas e como tais geografias são fundamentais para o estudo de gênero na academia, bem como, também, a atenção especial em relação a grupos comumente marginalizados dentro da academia.

A seção 5 é uma breve historiografia sobre a categoria geográfica espaço. Esse capítulo foi construído a partir de minhas inquietações de entender tal categoria, tendo em vista que não tive minha formação inicial na geografia. Essa seção tem o tópico 5.1 que trata sobre o espaço paradoxal, perspectiva teórica a qual sustenta, pelo prisma geográfico, minha dissertação.

A seção 6 refere-se ao feminismo interseccional, por entender que é o feminismo que cabe às mulheres negras e militantes. Abordo, portanto, como ele se constituiu e de que maneira acaba se tornando mais um elemento importante dentro da pesquisa. O tópico 6.1 é um apanhado dos elementos históricos que reverberam na condição do negro na sociedade atual.

A seção 7, o qual, ironicamente intitulei como “Metodologia: espaço da minha dor de cabeça” versa sobre os caminhos metodológicos que adotei; no tópico 7.1, explico os caminhos da pesquisa qualitativa e da microetnografia; no 7.2 explico como se deu o contato com minhas feminilidades pesquisadas, procedimento comum quando se trata de microetnografia. No tópico 7.3 apresento a Análise do Discurso como um caminho metodológico viável para a análise dos dados da pesquisa.

A seção 8 o qual, carinhosamente intitulei “Construindo a análise dos dados: espaço da partilha conceitual (muito obrigada Édipo)”, é a seção em que adapto o instrumento utilizado pelo pesquisador (meu amigo e ex-colega de laboratório) Édipo Djavan dos Reis Göergen para a realidade das minhas feminilidades negras, uma vez que, ele também recorreu a análise do discurso. O tópico 8.1 avalia se o espaço da militância é uma escolha ou uma imposição às mulheres negras; 8.2 trata da análise do eixo negritude; 8.3 o eixo Feminismo Negro Interseccional; 8.4 Eixo espaço e cotidiano e finalmente o 8.5 faz um fechamento com a polissemia, um dos instrumentos comuns de trabalhos que se utilizem da análise do discurso. A seção 8 aborda onde foi verificada a espacialidade paradoxal nos eixos analisados.

As Considerações Finais, seção 9, mostrarão como foi captada as espacialidades das mulheres negras sob um prisma paradoxal e interseccionado com sua raça, gênero e classe.

2. QUAL O ESPAÇO DAS FEMINILIDADES NEGRAS? PONTO DE PARTIDA

Minha dissertação **Feminilidades negras: um estudo das relações espaciais paradoxais**, parte da seguinte questão: Como a negritude, enquanto elemento constituinte das interseccionalidades de diferentes feminilidades, produz relações espaciais paradoxais?

A categoria geográfica escolhida foi espaço, mais especificamente, o espaço paradoxal. Mediante o conceito de espaço paradoxal, foram propostos caminhos que entrelaçam raça, gênero, espaço e cotidiano dentro da militância partidária e/ou no movimento negro, obviamente, todos esses elementos interseccionados com a classe social, privilegiando a identidade múltipla e a plurilocalização socioespacial do sujeito feminino. Pensando aqui como o ordinário, o espaço e os lugares através dos quais, na negociação de relações dentro da multiplicidade, o social é construído (MASSEY, 2009).

Outro fator preponderante para discussão foi o Feminismo Interseccional. As feminilidades negras aqui estudadas sob a visibilidade dos impactos do marcador racial na produção de suas subjetividades e suas diferentes relações e experiências espaciais são o que corroboram para entender que não se estuda feminilidades negras unicamente pelo ponto de vista racial. Segundo Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177), “a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação”. A autora propõe que os eixos de poder estabelecidos pelo patriarcado, pelo racismo e pela luta de classes se cruzam e definem as multiplicidades de opressões às quais a pessoa estará submetida.

Minhas cinco feminilidades negras, deixaram claro na entrevista que o espaço dado a elas, dentro da militância é, unanimemente, de resistência e luta. Logo, para que a mulher negra consiga posicionar-se dentro do espaço, ela precisa reinventar seu lugar assim como seu papel social e sua relação com o meio que a cerca. Massey (2008, p.98) concebe espaço geográfico como processo de inter-relações e constituído por interações que vão desde o micro ao macro, na esfera da possibilidade de existência da multiplicidade e da heterogeneidade. A autora propõe uma nova imaginação de espaço, diferente daquelas construídas no pensamento Ocidental

durante a modernidade – mas também agora, na pós-modernidade –, que sempre o viram como morto, fixo, atemporal.

Repensar a categoria espaço, demanda também, como aponta Massey (2008), repensar as construções identitárias canônicas. Ou seja, se historicamente à mulher negra, foi dado o espaço da subalternidade e servidão, chegar à espacialidade do presente dessas mulheres, requer também um novo olhar sobre o que é espaço. Ou seja, uma “política de inter-relações” sugere que o espaço é também produto dessas inter-relações (MASSEY, 2008).

A construção espacial de grupos sociais, confabula para a ideia Chantal Mouffe (1993) de conceituar a construção relacional de subjetividades políticas. Sendo assim, a espacialidade é também integrante da constituição das subjetividades políticas. Identidades, especificamente espaciais (lugares, nações), também podem ser reconceitualizadas em termos relacionais. (MASSEY, 2008).

Logo, pensar “Como a negritude, enquanto elemento constituinte das interseccionalidades de diferentes feminilidades, produz relações espaciais paradoxais?”, só é possível se, conforme conceitua Massey (2008) , se o espaço for pensado a partir de um outro conjunto. É nesta dimensão de espaço, sempre em *devenir*, que temos as construções identitárias, ideológicas e simbólicas em entendimento relacional ao mundo. Massey (2008), afirma que:

Primeiro, reconhecemos o espaço como o produto de inter-relações, como sendo constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno. (...) *Segundo*, compreendemos o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; como a esfera , portanto, da coexistência da heterogeneidade. Sem espaço não há multiplicidade, sem multiplicidade, não há espaço. Se espaço é, sem dúvida o produto de inter-relações , então deve estar baseado na existência de pluralidade. Multiplicidade e espaço são co-constitutivos. *Terceiro*, reconhecemos o espaço como, estando sempre em construção. Precisamente porque espaço, nesta interpretação, é um produto de relações entre, relações que estão, necessariamente, embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre no processo de fazer-se. Jamais está acabado. Nunca está fechado. Talvez pudéssemos imaginar o espaço como uma simultaneidade de estórias-até-agora (MASSEY, 2009, p.29).

Essa provocação de Massey (2008), evidencia que, espaço, é produzido a medida que os sujeitos se relacionam, dentro de suas diferenças e heterogeneidades, comuns da construção social, portanto é instável. É nesta condição de instabilidade e de constante construção que os paradoxos de relações sociais rearticulam marcadores de interseccionalidade dos sujeitos sociais. Podemos assim entender, de forma complexa, como as racialidades e as feminilidades articulam experiências espaciais diferenciais. O ser negra é ao mesmo tempo ponto de encontro comum em termos de articulações sociais/políticas, mas as intersecções que tal condição engendra, também diferencia experiências, uma vez que, cada uma dessas mulheres, possuem subjetividades distintas, inclusive para viver a negritude.

Heller (1977) coloca que esferas heterogêneas – por exemplo, produção, relações de propriedade, estrutura política, vida cotidiana, moral, ciência, arte, etc. – encontram-se entre si na relação de primário e secundário, ou seja, para a autora, essas trocas cotidianas, acontecem na relação de alteridade. Por outro lado, se existe essa troca que articula uma organização espacial das mulheres, é também passível que as próprias esferas heterogêneas e hegemônicas (as quais conhecemos bem) terem a capacidade de, uma vez constituídas, jamais perecerem. Fato, muito bem demarcado, uma vez que, as três mulheres que são partidarizadas na minha pesquisa, colocam seu alinhamento político, como forma de sobrevivência e reivindicação desse mesmo espaço político. Conforme demonstram alguns trechos transcritos das entrevistas:

“pra gente ter a emancipação das mulheres negras, a gente precisa estar nesses espaços. Até porque, se a gente não construir esses espaços, esses espaços ainda vão continuar naquela lógica de supremacia branca, né?, desse discurso colonizador, então, a gente precisa ir mudando todos os caminhos, né?” (Entrevistada 1)

“Eles têm que nos ouvir, devem nos ouvir enquanto minoria que não somos. Mas creio que deveremos ser resistência, deveremos ser protagonistas, nesses espaços, principalmente nesses espaços de política, aonde nos incomodamos, eles se sentem acuados, se sentem incomodados com negras e negros que pensam, negras e negros que têm opinião formada e sabem daonde vêm, e sabem por quem eles devem lutar e por quem eles devem falar. E isso incomoda. E eu acho muito bom que incomode, porque se tivesse todo mundo no mesmo patamar, não precisaria nós estarmos lá reivindicando algo que deveria ser simplesmente natural nós estarmos nesses espaços.” (Entrevistada 2)

“quando nós estamos numa disputa partidária e tem uma série de mulheres brancas para concorrer e tu é única mulher negra, que tu precisa te levantar na mesa , é difícil....e...e fazer aquele coletivo entender que tu é uma mulher negra, que tu tem que ser prioridade, porque a sociedade já te impôs que tu fosse secundária o tempo inteiro.” (Entrevistada 3)

É visível que se as práticas sociais podem estar determinadas pelas circunstâncias, como os lugares relegados à mulher negra, ainda em que seja em espaços (como o partidário) para a tentativa de inverter a lógica perversa de exclusão, ao mesmo tempo, a espacialidade produzida, é também um “vir a ser”, pois essas mulheres podem e devem, contradizer a lógica espacial que as exclui historicamente. Portanto, a lógica partidária é branca, mesmo se tratando de partidos de esquerda. Para Massey (2008):

Não apenas a história, mas também o espaço é aberto. Nesse espaço aberto interacional há sempre conexões ainda por serem feitas, justaposições ainda a desabrochar em interação (ou não, pois nem todas as conexões potenciais têm de ser estabelecidas), relações que podem ou não ser realizadas. Aqui então, o espaço é sem dúvida, um produto de relações (primeira posição), e para que assim o seja tem de haver multiplicidade (segunda proposição). No entanto, não são as relações de um sistema coerente, fechado, dentro do qual, como se diz, tudo (já) está relacionado com tudo (MASSEY, 2008, p. 32).

As mulheres negras apresentam, socialmente falando, alguns percursos já pré-determinados. Não significa que haja, por parte de todas essas mulheres, uma inércia com relação a uma determinação histórica. Há, e é necessário que seja assim, um movimento de resposta delas na inserção de suas performances sociais. Por outro lado, conforme afirma Massey (2008):

O espaço jamais poderá ser essa simultaneidade completa, na qual todas as interconexões já tenham sido estabelecidas e no qual todos os lugares já estão ligados a todos os outros. Um espaço, então, que não é nem um recipiente para identidades sempre-já constituídas nem um holismo completamente fechado. É um resultado de espaços imprevisíveis e de ligações ausentes. Para que o futuro seja aberto, o espaço também deve sê-lo (MASSEY, 2008, p.32).

A noção de espaço que permeia estas discussões é concebida como uma dimensão das relações sociais, não somente como suporte – espaço físico – e sim, como construção social (SANTOS, 1982). O espaço, conforme Santos:

(...) é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais. Mas a contradição principal é entre sociedade e espaço, entre um presente invasor e ubíquo que nunca se realiza completamente, e um presente localizado, que também é passado objetivado nas formas sociais e nas formas geográficas encontradas (SANTOS, 1982, p. 88).

A categoria espaço é a responsável pela reprodução da totalidade social, determinada por necessidades sociais, econômicas e políticas. Ainda de acordo com Santos (1982), o espaço é a matéria trabalhada por excelência, pois nenhum outro objeto social se impõe tanto sobre o ser humano e suas ações: o espaço está no cotidiano. Afirma-se, então, que “a casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos, são igualmente elementos passivos que condicionam a atividade dos homens [e mulheres] e comandam a prática social” (SANTOS, 1982, p. 18).

Novamente, voltando a Massey (2008) a simples possibilidade de qualquer reconhecimento sério da multiplicidade e heterogeneidade em si mesmas, depende de um reconhecimento da espacialidade (não é a natureza específica das heterogeneidades, mas a realidade delas, que é intrínseca no espaço).

Logo, nas palavras da autora, o corolário político é de que uma genuína e completa espacialização da teoria social e do pensamento político, podendo forçar na imaginação um reconhecimento mais completo da coexistência simultânea de outros, com suas próprias trajetórias e com sua própria história para contar. Pode parecer improvável para quem conceitua espaço como algo fechado e definitivo, no entanto, Massey (2008), mesmo salientando que a imaginação da globalização é como uma sequência histórica, não reconhece a coexistência simultânea de outras histórias com características que sejam distintas, não significa que estas estejam desconectadas, ou então, que seus futuros também possam sê-lo. Ainda em conformidade com Massey (2008):

Se espaço é, sem dúvida, uma simultaneidade de histórias-até-então, lugares são, portanto, coleções dessas histórias, articulações dentro das mais amplas geometrias do poder e do espaço. Seu caráter será o produto dessas

interações, dentro desse cenário mais amplo, e aquilo que delas é feito. Mas também dos não-encontros, das desconexões, das relações não estabelecidas, das exclusões (MASSEY, 2008, p.190).

O espaço, dessa forma, confunde-se com as práticas sociais, uma vez que é o pano de fundo para as dinâmicas do comportamento feminino (aqui retratada, o feminino negro), agregando dimensão espacial, no âmbito privado ou público, em que a “representação” do corpo negro se constrói /desconstrói, de acordo com alguns reguladores (visíveis e invisíveis). Mais uma vez mencionando Massey (2008):

Todos os espaços são, de algum modo, regulados socialmente, se não por regras explícitas (são proibidos jogos de bola, vagabundagem), então pelas regulações potencialmente mais competitivas (mais semelhantes ao mercado?) que existem na ausência de controles explícitos (coletivos? públicos? democráticos? autocráticos?). O “espaço aberto” nesse sentido específico, é um conceito dúbio. Da mesma forma que contestamos as novas privatizações e as novas exclusões, deveríamos nos voltar para a questão das relações sociais que poderiam construir uma nova e melhor noção de espaço público. E isto deveria incluir, algumas vezes, enfrentar as necessidades de exclusão negociada (MASSEY, 2008, p. 217-218).

Para Doreen Massey (2008), não se discute se esses lugares sejam públicos, mas sim, o fato de que eles sejam, necessariamente, negociados, muitas vezes rachados por antagonismo, sempre cercados pelo jogo das relações sociais desiguais (MASSEY, 2008, p. 218). Pensando nessa lógica, a espacialidade do social está implicada, também, em um nível mais profundo. Como um princípio formal, tratando do espacial, dentro do tempo-espaço na semelhança com a multiplicidade e opacidade mútua que isso, necessariamente acarreta, requerendo a reconstituição do social e do político.

As feminilidades negras da pesquisa vivenciam suas escolhas e permanência nos espaços, de maneira individual e imprevisível. Por isso, a intersecção com suas vivências, formações e espaços frequentados tornam-se fundamentais. Embora seja ainda, de acordo com Heller (1972), característico do pensamento cotidiano a ultrageneralização, por meio de suas formas tradicionais ou da consequência da experiência individual, a mulher negra irá, como prática de sua imprevisibilidade, fugir, consciente ou inconscientemente dos rótulos generalizantes e preconceituosamente construídos. Mas, Heller (1972), também salienta:

A vida cotidiana, de todas as esferas da realidade, é aquela que mais se presta à alienação. Por causa da coexistência “muda”, em si, de particularidade e genericidade, a atividade cotidiana pode ser atividade humano-genérica não consciente, embora suas motivações sejam, como normalmente ocorre, efêmeras e particulares (HELLER, 1972, p. 32).

Por esse prisma, parece que a dinâmica de invisibilização da mulher negra está totalmente naturalizada e reproduzida de geração em geração e, em alguns casos, de maneira inconsciente, só que, também pode acontecer para além de reproduzir um padrão social e, essa invisibilização do corpo negro pode ser uma escolha de quem rejeita a feminilidade negra. Se tem espaço dentro dos espaços hegemônicos, destinado às feminilidades negras, este, não é dado de maneira natural, é na luta.

3. GEOGRAFIAS FEMINISTAS: UM BREVE ENTENDIMENTO CONCEITUAL

A disciplina no mestrado que mais me massacrou (por prudência não irei mencionar) me deu a oportunidade de conhecer as Geografias Feministas. Em aula, nos foi solicitado buscar artigos em que conseguíssemos conhecer autores que trouxessem uma epistemologia condizente com nossos projetos de mestrado. Em minha pesquisa, conheci o artigo **Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano**, da geógrafa feminista Joseli Maria da Silva. O artigo foi apresentado no COPENE SUL de 2007. Comecei a ler e perceber que havia uma geografia preocupada em estudar grupos marginalizados. Absolutamente, cada linha me atraiu. Enfim, eu havia me encontrado. Sabia o que gostaria de pesquisar e quais encaminhamentos teóricos que deveria procurar.

Entendi que as Geografias Feministas são fundamentais para que se compreenda que os arranjos urbanos e seus elementos de materialização de construção simbólica sempre estiveram e (ainda estão) centralizados na subalternização feminina, através de arranjos sociais que não são, propriamente, novidade para todos. Nesses arranjos, à mulher foi dado o espaço privado e ao homem o espaço público.

Logo, uma ciência pensada por homens e interesses políticos (dos quais a geografia não está imune), privilegiou o gênero masculino, não só na construção da ciência, como também “do que é válido ou não”, de ser estudado ou considerado dentro da academia. Trago Joseli Maria Silva, que na apresentação do livro **Geografias Subversivas** (2009), afirma:

a construção e a difusão do saber passam por filtros que moldam nossa perspectiva científica, com a valoração de determinados temas e grupos sociais a serem pesquisados. A ciência também produz hierarquias sociais e, como cientistas, tendemos a optar por campos já consagrados e objetos de pesquisa valorizados nos meios acadêmicos já que, penso eu, pesquisadores(as) são marcados(as) e significados(as) de alguma forma pelos objetos que estudam (SILVA, 2009, p.17).

O caminho estava dado. Existe uma geografia que sustentaria teoricamente o meu interesse científico. Através de Geógrafos como Joseli Maria Silva, Benhur Pinós

da Costa (meu orientador) e outros, entendi que, quando se trabalha em Geografia, com temas que fogem do cânone geográfico, a tendência é ser tratado de forma marginal nos espaços acadêmicos. Acerca da questão, Silva (2009) aponta que:

O estudo de mulheres pobres, prostitutas, travestis, meninas exploradas sexualmente e meninos de periferias urbanas envolvidos em infrações cada vez mais graves definitivamente não se configura como tema relevante no meio científico da geografia brasileira. As espacialidades desses grupos sociais vivenciadas a partir das categorias de gênero, sexualidade, raça e classe foram vistas muitas vezes como irrelevantes. Em várias oportunidades serviram de piadas ou, ainda, foram consideradas como capricho de pesquisadores que gostam de afrontar a ordem estabelecida por meio do estudo de temas exóticos e, principalmente, classificados como não-geógrafos por geógrafos(as) conservadores(as). Aos poucos, nos acostumamos com o desmerecimento de nossos temas e a desqualificação do alcance interpretativo de nossas teorias e métodos no campo científico da geografia brasileira e latino-americana (SILVA, 2009, p. 18).

Pensando, conforme coloca Maíra Lopes Reis (2015),

a emancipação da mulher, o combate cotidiano pelas reformas, pela melhoria da situação das mulheres no marco da ordem social vigente deve se dar no seio da classe trabalhadora, pois somente dessa forma pode se alcançar o poder político e o fim de todas as opressões e discriminações, não somente às mulheres, mas aos negros, aos homossexuais e todas as minorias (REIS, 2015, p. 13).

Em meado dos anos 70, tem-se notícia das primeiras incorporações do pensamento feminista na ciência geográfica. Há, por parte de algumas pesquisadoras, a distinção entre geografia de gênero e geografia feminista. Pensando que gênero, segundo Scott (1989), é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, tornando o gênero uma forma primeira de significar as relações de poder. Por outro lado, o feminismo é o movimento como parte do campo de forças que formatou as últimas décadas do século XX e os primeiros anos do século XXI.

Ou seja, tal distinção, segundo Liz Bondi (1992), significa que geografia feminista, enquanto categoria de análise, busca a transformação não só da Geografia, mas também da forma como se vive e se trabalha. Ao passo que, geografia de gênero,

trata o gênero como uma dimensão da vida social que deveria ser incorporada nas estruturas existentes de análise. (BONDI, 1990. APUD: VELEDA DA SILVA, 1998, p. 108).

Nesse sentido, uma geografia feminista é aquela centrada em uma episteme feminista como uma espécie de contrapartida a uma simples consideração de gênero pautada pela Geografia de gênero, pois, obviamente, falar sobre gênero não torna a discussão feminista.

É possível, portanto, pensar em se discutir gênero através de um prisma feminista, é fundamental para que se tenha então uma mudança paradigmática relevante na ciência geográfica. Em conformidade com Suzana Maria Veleda da Silva ao considerar como Geografia Feminista aquela Geografia que incorpora as contribuições teóricas do feminismo à explicação e interpretação dos fatos geográficos, sendo o gênero um dos resultados dessas contribuições (VELEDA DA SILVA, 1998, p.108).

Ainda de acordo com Suzana Veleda Silva (2009), é fundamental considerar que os movimentos sociais foram importantes para construção de uma geografia feminista. Nesse sentido é, segundo a geógrafa, útil estudar a categoria gênero e assim compreender determinados processos ou fenômenos geográficos, no entanto, uma perspectiva feminista vai além, pois, para ela, a geografia feminista “amplia o leque de possibilidades de se produzir um conhecimento comprometido com mudanças sócias” (VELEDA DA SILVA, 2009, p.306).

Gosto de pensar que meu trabalho está alinhado com uma vertente que é a própria resistência dentro da episteme geográfica. Conforme apronta Suzana Veleda da Silva:

Para a geografia brasileira, o desafio está em incorporar as questões feministas e/ou as relações de gênero aos estudos sobre os usos de espaço e tempo, considerando a dimensão de homens e mulheres. O discurso geográfico feminista ainda é um fenômeno recente na geografia (VALCÁRCEL, 2000), mas consideramos que o caminho iniciado nos anos 70 não tem volta (VELEDA DA SILVA, 2009, p. 306).

Embora se viva um aumento do interesse sobre temáticas e olhares atentos para pessoas e regiões marginalizadas no jogo de interesse político, ainda não é, como aponta Veleda da Silva (2009), de interesse dos programas de pós-graduação (da

academia como um todo), por mais que existam programas de pós-graduação consolidados nesses estudos.

A geografia brasileira não pode mais falar de sua história sem considerar que nos últimos vinte anos a influência do feminismo tem crescido. Graduação e pós-graduação tem produzido pesquisas pontuais, que demonstram o interesse e a necessidade de pensar e fazer geografia a partir de um outro olhar (VELEDA DA SILVA, 2009, p. 310).

A conjuntura desde 2019 é insalubre para pesquisas como a minha e de meus pares, mas a questão é que não iremos recuar. O conhecimento não vai retroceder. Somos resistência.

4. A CATEGORIA ESPAÇO: PARA QUEM NÃO É GEÓGRAFA, MAS ESTÁ GEÓGRAFA

A palavra espaço é de uso corrente, sendo utilizada tanto no dia a dia como nas diversas ciências (CORRÊA, 2000, p.15). Se procurar a semântica em dicionários como Houaiss, por exemplo, algumas colocações serão feitas. Uma delas é que espaço acima de uma nação é considerado como de sua jurisdição (HOUAISS, 2009, p.307). Nesse sentido, fica, para quem como eu, não tem sua formação inicial na Geografia, evidenciado o caráter político do termo. Obviamente, para cada área do conhecimento que se utiliza do signo espaço, haverá muitas possibilidades de acepção do termo. Mas e o espaço geográfico? Consiste precisamente em quê?

Doreen Massey (2008) afirma o espaço ser conhecido através de algumas proposições: a primeira que reconhece o espaço como produto das inter-relações e, por esse motivo está constituído por meio de interações que vão desde a imensidão do global até o intimamente pequeno. Outra proposição levantada por Massey (2008) seria a de que o espaço é também compreendido como esfera da possibilidade da existência da multiplicidade (no que cabe a pluralidade contemporânea), uma esfera a qual possibilita a coexistência de heterogeneidades, deflagrando-se, portanto que, sem espaço não há multiplicidade e sem multiplicidade inexistente espaço, logo, multiplicidade e espaço são co-constitutivos. E por último, mas não menos importante, o reconhecimento do espaço como algo em construção, possibilitando interpretá-lo de maneira que seja relações embutidas de práticas materiais, devendo estas serem efetivadas, colocando o espaço sempre no processo de fazer-se.

A expressão espaço geográfico ou simplesmente espaço, em conformidade com Corrêa (2000) ainda pode ser vista de maneira vaga, ora estando associada a uma porção específica da superfície da Terra identificada seja pela natureza, seja por um modo particular como o Homem ali imprimiu as suas marcas, seja como referência à simples localização (CORRÊA, 2000, p.15). É preciso considerar que usualmente a palavra espaço tem o seu uso associado indiscriminadamente a diferentes escalas, global, continental, regional, da cidade, do bairro, da rua, da casa e de um cômodo no seu interior.

O pensamento humano é uma constante de transformação. As ciências evoluem e ao mesmo tempo, produzem conceitos-chave, capazes de sintetizá-las.

Conforme aponta Lobato Corrêa (2000, p.16), a ciência geográfica também, como qualquer outra ciência, acompanha as mudanças e se debruça em conceitos que ratificam em sua objetificação, conferindo-a identidade e autonomia relativa no âmbito das ciências sociais.

É importante o entendimento de que, inicialmente, o espaço foi concebido na geografia tradicional, seguindo-se após a sua concepção na geografia que emergiu da denominada revolução teórico-quantitativa (CORRÊA, 2000, p.17) e por fim dialoga com os geógrafos humanistas e culturais, idealizadores então de uma nova abordagem de espaço.

Voltando consideravelmente na história foi em 1870 aproximadamente que a geografia tornou-se uma disciplina institucionalizada nas universidades europeias (CORRÊA, 2000, p 17). Posteriormente, de acordo com Corrêa (2000), já na década de 1950, depois da denominada revolução teórico-quantitativa, é que se verificarão avanços da geografia tradicional, nas décadas de 1950, 1960, depois na de 1970.

Na geografia tradicional (nas suas diversas versões) foram privilegiados conceitos de paisagem e região o que ocasionou a discussão acerca do objeto da ciência geográfica e qual sua identidade no âmbito das demais ciências. Segundo Corrêa (2000), os debates incluíam conceitos sobre paisagem, região natural e região paisagem, bem como conceitos sobre paisagem cultural, gênero de vida e diferenciação de áreas. Conforme aponta Capel (1982), tais discussões envolviam os geógrafos positivistas e historicistas, ou, em outras palavras, geógrafos deterministas, com as atenções voltadas para as possibilidades culturais e regionais.

Assim, os debates incluíam os conceitos de paisagem, região natural e região-paisagem, assim como os de paisagem cultural, gênero de vida e diferenciação de áreas. A abordagem espacial, associada à localização das atividades dos homens e aos fluxos, era muito secundária entre os geógrafos como aponta Corrêa (1986, p.17). Corrêa (2000) expõe de maneira incisiva que o espaço, em realidade, não se constituiu como um conceito-chave sob o olhar determinista da geografia tradicional (CORRÊA, 2000, p.17).

Em conformidade com as ideias de Moraes (1988), o espaço pela ótica de Ratzel é visto como base indispensável, portanto fundamental para a vida do homem, encerrando as condições de trabalho, quer naturais, quer aqueles socialmente produzidas, de modo que espaço acaba alcançando o *status* de elemento crucial na história do homem. A partir disso, foi desenvolvido por Ratzel dois conceitos

fundamentais da antropogeografia: o conceito de território e de espaço vital, apregoados no conceito de ecologia. De acordo com Moraes (1988, p.23), território estaria vinculado à apropriação de uma porção de espaço, por determinado grupo, ao passo que espaço vital expressaria as necessidades territoriais de uma sociedade, voltada para seu desenvolvimento tecnológico, o total de população e de recursos naturais. Ou seja, a relação equilibrada da população e dos recursos, sob mediação da capacidade técnica. A preservação e ampliação do espaço vital constitui-se, na formulação ratzeliana, na própria razão de ser do estado; logo, o espaço transforma-se, assim, através da política, em território, em conceito-chave da geografia (CORRÊA, 2000, p.18).

Para Corrêa (200, p.19), o espaço de Hartshorne aparece como um receptáculo que apenas contém coisas. O termo espaço é empregado no sentido de área que

“...é somente um quando intelectual do fenômeno, um conceito abstrato que não existe em realidade (...) a área, em si própria, está relacionada aos fenômenos dentro dela, somente naquilo que ela os contém em tais e tais localizações” (HARTSHORNE apud CORRÊA, 1993, p.395).

Evidencia-se, desse modo, associação entre a concepção de espaço e a visão idiográfica da realidade, na qual em uma dada área estabelece-se uma combinação única de fenômenos naturais e sociais (CORRÊA, 2000). É como se cada porção do espaço absoluto fosse o *locus* de uma combinação única a qual não se poderia conceber generalizações: “nenhuma (lei) universal precisa ser considerada senão a lei geral da geografia que todas as suas áreas são únicas” (HARTSHORNE apud CORRÊA, 1993).

Lobato Corrêa (2000) afirma que mesmo a despeito de críticas que o paradigma hartshorniano tenha recebido, críticas que incluem o conceito de espaço absoluto, ainda assim é útil, a citar as decisões de firmas ou instituições públicas que ainda se valem de Hartshorne quando querem escolher espaços para se constituírem fisicamente, analisando os impactos que essas decisões podem ocasionar (CORRÊA, 1982). Ou seja, concorda-se com Harvey (1973), quando o autor argumenta que as diferentes práticas humanas estabelecem diferentes conceitos de espaço, conceitos que sob certas circunstâncias são por nós empregados (CORRÊA, 2000, p.19).

É importante compreender no percurso da história a significância da revolução teórico-quantitativa e a relevância das modificações na ciência geográfica, estas,

apoiadas no positivismo. Tal mudança paradigmática consistiu em adotar uma visão de unidade epistemológica na Geografia. Cabe destacar que uma das importantes mudanças da revolução teórico-quantitativa foi o reconhecimento da Geografia como ciência social.

Schaeffer, em seu clássico e polêmico artigo “Excepcionalismo em Geografia: um estudo metodológico” (cuja primeira edição foi publicada em 1953), e Bunge (1966) foram mais além, afirmando que a Geografia devia ser vista como uma ciência espacial. No âmbito da corrente geográfica em questão, o espaço é considerado sob duas formas que não são mutuamente excludentes. De um lado, através da noção de planície isotrópica e, de outro, de sua representação matricial (CORRÊA, 2000).

Como exemplo da definição racionalista e hipotético-dedutiva sobre espaço, Corrêa (2000) traz o exemplo da planície isotrópica que, de acordo com ele, reconhece como ponto de partida em sua definição tanto a geomorfologia como os aspectos humanos:

Sobre esta planície de lugares iguais desenvolvem-se ações e mecanismos econômicos que levam à diferenciação do espaço. Assim o ponto de partida é a homogeneidade, enquanto o ponto de chegada é diferenciação espacial que é vista como expressando um equilíbrio espacial. Diferenciação e equilíbrio espacial. Diferenciação e equilíbrio não são, assim, estranhos entre si nesta concepção (CORRÊA, 2000, p. 21).

A distância na planície isotrópica é aquela que determina em um espaço previamente homogêneo a diferenciação espacial, seja ela expressa em anéis concêntricos de uso da terra, como em von Thünen, seja em gradientes de preço da terra e densidades demográficas intra-urbanas, seja ainda em termos de hierarquia de lugares centrais, tal como aponta Christaller, decorrente da ação conjugada dos mecanismos de alcance espacial máximo e mínimo, seja também na teoria da localização industrial de Weber (CORRÊA, 2000, p. 21).

Dessas definições surgiram os conceitos centro-periferia, tanto no que tange o intra-urbano, quanto em escalas maiores (nacional e internacional). Neste sentido, a noção de espaço relativo, apontada por Harvey (apud Corrêa), é crucial no âmbito da concepção de espaço.

De acordo com Corrêa (2000):

O espaço relativo é entendido a partir de relações ente os objetos, relações estas que implicam em custos- dinheiro, tempo, energia- para se vencer a fricção imposta pela distância. É no espaço relativo que se obtêm rendas diferenciais (de localização) e que desempenham papel fundamental na determinação do uso da terra (CORRÊA, 2000, p. 22).

Considera-se ter significado muito para a Geografia a concepção de espaço que os geógrafos lógicos-positivistas introduziram. No entanto, ainda se trata de uma visão limitada de espaço, afinal, de um lado, privilegiou-se em excesso a distância, vista como variável independente. Nesta concepção, de outro lado, as contradições, os agentes sociais, o tempo e as transformações são inexistentes ou relegadas a um plano secundário. Privilegia-se um presente eterno e, subjacente, encontra-se a noção paradigmática de equilíbrio (espacial), cara do pensamento burguês (CORRÊA, 2000, p. 23).

Ainda em conformidade com Corrêa (2000), a década de 70 foi testemunha da geografia crítica, iniciada pelo materialismo histórico; momento em que a ciência geográfica procura romper tanto com a geografia tradicional, quanto com a geografia teórico-quantitativa. Nesse período, segundo Corrêa (2000), houve debates intensos de geógrafos marxistas e não marxistas. Na euforia desses debates, o espaço ressurgiu como conceito-chave da ciência geográfica e, a partir da afirmação de Claval (1977), de que na obra de Marx o espaço aparece marginalmente, surgem réplicas, entre outras, de Say (1978), Van Beunigen (1979), Garnier (1980) e de Pfertzel (1981). Claval (1987), por sua vez, admite que o espaço tem se constituído em tema central para os geógrafos neomarxistas (CORRÊA, 2000, p.24).

Favorável às ideias de Marx está o artigo de Harvey (1975), no qual ele pretende reconstruir geograficamente a teoria marxiana, cuja dimensão espacial foi larga e longamente ignorada (CORRÊA, 2000). No que se refere ao negligenciamento da dimensão espacial no marxismo ocidental, Soja e Hadjimichalis (1979) discutem o tema, posteriormente retomado por Soja (1993). Nas palavras de Corrêa (2000), para estes autores, os marxistas tinham abordado o espaço de modo semelhante àquele das ciências burguesas, considerando-o como um receptáculo ou como um espelho externo da sociedade. A influência desta corrente de pensamento na Geografia só ocorreu após a 2ª Guerra Mundial. “É somente no limiar da crise do pensamento tradicional que as ideias de Marx virão à tona no debate da Geografia. Tal processo

se inicia no pós-guerra, e adquire alguma intensidade nos anos cinquenta, já no bojo de uma perspectiva de renovação da Geografia” (MORAES, 1987, p. 40).

Segundo Antônio Carlos Robert de Moraes et Costa in Geografia Crítica - a valorização do espaço, os geógrafos que introduziram, na Geografia, uma abordagem crítica foram Pierre George, Bernard Kayser, Jean Tricart entre outros e um marco que formou o grupo de geógrafos da Geografia Crítica foi as Jornadas dos Intelectuais Comunistas realizadas em Ivry, na França, em 1953.

Para Horacio Capel, o aparecimento da Geografia Crítica nos Estados Unidos ocorreu em 1969, quando foi apresentado na reunião da Associação dos Geógrafos Americanos a revista *Antipode - A Radical Journal of Geography*, editada por Richard Peet . Cinco anos mais tarde, houve a organização da Geografia Crítica americana através da criação da *Union of Socialist Geographers* e da associação *Socially and Ecologically Responsible Geographers*.

Voltando a noção de espaço, o desenvolvimento de sua análise, no âmbito da teoria marxista deve-se, em grande parte, “à intensificação das contradições sociais e espaciais tanto nos países centrais como periféricos” (SOJA E HADMICHALIS apud CORRÊA, 1979, p.10), o que suscitaria a necessidade de se exercer maior controle sobre a reprodução das relações de produção em todos os níveis espaciais (CORRÊA, 2000, p.25).

Mas o legado da geografia crítica, ou neomarxista, surgiu a partir da obra de Henri Lefébvre. Em seu **Espacio y Política**, argumenta que espaço “desempenha um papel ou uma função decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema” (LEFÉBVRE, 2008).

Foi a partir de Lefébvre que o espaço começa a ser entendido como espaço social, com estreita relação com as práticas sociais, não podendo mais ser visto como espaço absoluto, “vazio e puro, lugar por excelência dos números e das proporções” (LEFÉBVRE, 2008, p.30). Corrêa (2000) afirma que o espaço não é nem o ponto de partida (espaço absoluto), nem o ponto de chegada (espaço como produto social).

Atenta-se também não conceber o espaço como um instrumento político, um campo de ações e de um indivíduo ou grupo, ligado ao processo de reprodução da força de trabalho através do consumo. Segundo Lefébvre, o espaço é mais que isto. Engloba esta concepção e a ultrapassa. O espaço é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção.

Do espaço, não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria, ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção (LEFÉBVRE, 2008, p. 34).

O espaço é, então, concebido como *locus* da reprodução das relações sociais de produção da sociedade. Tal concepção de marca profundamente os geógrafos que, a partir da década de 1970, adotaram o materialismo histórico e dialético como paradigma. A contribuição de Lefébvre a respeito da natureza e significado do espaço estende-se por uma vasta obra, da qual merece menção especial **La Production de l'Espace** (LEFÉBVRE, 1974). Destaca-se também a vasta obra de Milton Santos, ainda que não de modo exclusivo, mas que está fortemente inspirada em Lefébvre e em sua concepção de espaço social (CORRÊA, 2000).

Milton Santos contribuiu para que se compreendesse o estabelecimento do conceito de formação socioespacial, derivado do conceito de formação socioeconômico sem se recorrer ao espaço. Para Santos (1977), modo de produção, formação socioeconômica e espaço são categorias interdependentes e tornam-se concretas em base territorial historicamente determinada: "(...) as formas espaciais constituem uma linguagem dos modos de produção" (Santos, 1977, p.5).

De acordo com Lobato Corrêa (2000), o mérito do conceito de formação socioespacial apoia-se no fato de se explicar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz. Conseqüentemente, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade. Não se pode, portanto, tratar de sociedade e espaço como se fossem coisas estanques; devem ser percebidas como formação socioespacial. Admita-se, portanto, que a formação socioespacial pode ser considerada como um metaconceito, um paradigma, que contém e está contido nos conceitos-chave, de natureza operativa, de paisagem, região e espaço: organização espacial, lugar e território (CORRÊA, 2000, p.27).

A natureza e o significado do espaço aparecem, de modo mais explícito, em **Por uma Geografia Nova**, especialmente em duas 2ª parte. Santos (1978), depois de discutir a negligência dos geógrafos para com o espaço, entende que "o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura

subordinada-subordinante. E como as outras instâncias, espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia” (SANTOS, 1978, p.145). Evidencia-se, portanto, que o espaço organizado pelo homem desempenha um papel na sociedade, condicionando-a e compartilhando-a com o complexo processo de existência social (CORRÊA, 2000).

A partir dos estudos de Buch-Hanson e Nielsen (1977) e de Coraggio (1979), Corrêa (1986b) define organização espacial, expressão que equivale à estrutura territorial, configuração espacial, arranjo espacial, espaço socialmente produzido ou simplesmente espaço. Segundo o referido autor, a organização espacial é o “conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da Terra” (CORRÊA, 1986, p.55), sendo uma materialidade social.

Do mesmo modo, em Moreira (1979) discute-se a natureza e o significado do espaço, introduzindo a metáfora da quadra esportiva polivalente: a organização espacial a ela se assemelha, pois as atividades humanas, com suas regras e localizações próprias, ali se realizam, apenas que de modo simultâneo. Em Santos (1985), o espaço deve ser analisado a partir de categorias, são elas: estrutura, processo, função e forma. Todas elas consideradas em suas situações dialéticas.

Um das prerrogativas do espaço, enquanto categoria geográfica, é sua estreita relação com a ideia de função. Função, em conformidade com Corrêa 2000, é implicativo de uma tarefa, atividade ou papel a ser desempenhado pelo objeto criado, a forma. Em outras palavras, trata-se de habitar, vivenciar o cotidiano em suas múltiplas dimensões (trabalho, compras, lazer, etc.). Tais estão associadas a espaços como: a casa, o bairro, a cidade e a rede urbana.

No entanto, ainda que não seja possível dissociar forma e função da análise do espaço, cabe de quem o faça, necessário ir além, inserindo forma e função na estrutura social, sem que o que não captaremos a natureza histórica do espaço. A estrutura diz respeito à natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento do tempo: é a matriz social onde as formas e funções são criadas e justificadas (CORRÊA, 2000, p.29).

Não se pode ignorar também processo, definido por Corrêa (2000) como uma ação que se realiza, via de regra, de modo contínuo, visando um resultado qualquer, implicando tempo e mudança. Esses processos se materializam no âmbito de uma estrutura social e econômica e resultam das contradições internas das mesmas. Ou seja, de acordo com Corrêa (2000), processo é uma estrutura em seu movimento de

transformação. O autor ressalta que analisar apenas a estrutura e o processo, desencadearia em uma análise “a-espacial”, portanto, não geográfica, sendo impossível de captar a organização espacial de qualquer sociedade (em um determinado momento), tampouco sua dinâmica espacial.

Por outro lado, ao considerarmos apenas a estrutura e a forma estaremos eliminando as mediações (processo e função) entre o que é subjacente (a estrutura) e o exteriorizado (a forma) (CORRÊA, 2000, p. 30). Conforme afirma Santos:

Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade” (SANTOS, 1985, p. 52).

A década de 1970 viu também o surgimento da geografia humanista, que, contrária às geografias crítica e teórico-quantitativa, está assentada na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo e na contingência, privilegiando o singular, e não o particular ou o universal e, ao invés da explicação, tem na compreensão a base de toda inteligibilidade do mundo real. (CORRÊA, 2000, p. 30).

Em conformidade com as ideias de Tuan (1979), o estudo do espaço no âmbito da geografia humanista considera-se os sentimentos espaciais e as ideias de um grupo ou povo sobre o espaço a partir da experiência. Tuan salienta que “existem vários tipos de espaços, um espaço pessoal, outro grupal, onde é vivida a experiência do outro, e o espaço mítico-conceitual que, ainda que ligado à experiência, extrapola para além da evidência sensorial e das necessidades imediatas e em direção a estruturas mais abstratas” (TUAN, 1979, p. 404).

A temática do espaço vivido, para Corrêa (2000), está particularmente vinculada à geografia francesa e tem suas raízes sobretudo na tradição vidaliana, mas também na psicologia genética de Piaget, na sociologia, dos quais se retiraria os conceitos de espaço-regulação, espaço apropriação e espaço-alienação e na psicanálise do espaço baseada em Bachelard e Rimbart, dos quais surge a discussão sobre o corpo, o sexo e a morte, Sendo assim, o espaço vivido é uma experiência contínua, egocêntrica e social, um espaço de movimento e um espaço-tempo vivido... (que)... se refere ao afetivo, ao mágico, ao imaginário (Holzer, 1992).

O espaço vivido é também um campo de representações simbólicas, conforme aponta Isnard (1982), rico em simbolismos que vão traduzir “em sinais visíveis não só o projeto vital de toda sociedade, substituir, proteger-se, sobreviver, mas também as suas aspirações, crenças, o mais íntimo de sua cultura” (ISNARD, 1982).

Compreendias as noções fundamentais de espaço, enquanto categoria geográfica, a escolha por adentrar no universo do espaço paradoxal, entendido por Massey (2008) como um conceito alternativo de espaço deve-se ao desafio que me propus em considerar que mais importante que o próprio espaço, em meu trabalho, são as práticas espaciais.

Segundo Corrêa (1992), as práticas espaciais são as seguintes: seletividade espacial, fragmentação-remembramento espacial, antecipação espacial, marginalização espacial e reprodução da região produtora. Esclareça-se que as práticas espaciais acima indicadas não são mutuamente excludentes: ao contrário, podem ocorrer combinadamente ou apresentarem um caráter complementar (CORRÊA, 2000, p.36).

Compreendendo que, na elaboração de produção do espaço há uma inerente dimensão política que leva a diferentes formas de controle sobre ele. São, então, essas formas de controle: unidades territoriais controladas por uma comunidade aldeã, uma Cidade-Estado, uma organização religiosa, um Estado moderno, poderosas empresas ou grupos que se identificam por uma dada especificidade e numa dada porção do espaço (CORRÊA, 2000), consolidando-se, por essa perspectiva uma dinâmica de fragmentação e remembramento.

4.1. ESPAÇO PARADOXAL: UMA NOVA PERSPECTIVA ESPACIAL

Eis: o espaço geográfico pode ser reduzido à morada do homem? Novamente, retomo Massey, e seu conceito de espaço paradoxal, pensando aqui como o ordinário, o espaço e os lugares através dos quais, na negociação de relações dentro da multiplicidade, o social é construído (MASSEY, 2008).

Na pós-modernidade, conforme apontou Massey (2008), vivemos em uma era espacial. Embora essa ideia de globalização esteja somente na imaginação, pois vende a falsa impressão de mundo totalmente integrado, uma mentira enorme dentro de uma dinâmica espacial organizada com fronteiras. Isso, em conformidade com a autora, nos empurra para a instantaneidade das coisas. A questão é que dentro desse espaço, diferenças podem ser expelidas e engolidas, mantidas à parte (BAUMAN,

2001) a ponto de se tornarem invisíveis, como no caso de mulheres negras. Ainda em conformidade com Bauman:

A incapacidade de enfrentar a pluralidade de seres humanos e a ambivalência de todas as decisões classificatórias, se autopetpetuam e reforçam: quanto mais eficazes a tendência da homogeneidade e o esforço para eliminar a diferença (...) mais ameaçadora a diferença e tanto mais intensa a ansiedade que ela gera (BAUMAN, 2001, p.123).

Deflagra-se que estamos espacialmente divididos. Se autodeclarar mulher negra e militante gera um desconforto para quem acha quem está enquadrado nessa homogeneização, uma vez que o espaço nos empurra para margem, pois não foi pensado para nós. A militância e os partidos de esquerda, infelizmente, também corroboram para a falsa ideia de homogeneidade, afinal, “somos todos da classe trabalhadora”. Parece um exercício quase impossível reconhecer a diferença dentro da diferença. Massey (2008) salienta que:

A visão a-espacial da globalização como a velha história da modernidade, oblitera o espacial dentro do temporal e justamente nesse próprio movimento também, empobrece o temporal. A multiplicidade do espacial é uma pré-condição do temporal, e as multiplicidades dos dois juntas, pode ser uma condição para uma abertura de futuro (MASSEY, 2008, p. 135).

Joseli Maria Silva (2003) explica que a geografia tradicional sempre privilegiou os aspectos visíveis do espaço. A geografia dura, como quem trabalha com humanidades costuma falar, com seus apegos documentais (dados quantitativos) na intenção de alcançar neutralidade; no entanto, esse privilegiar, também é branco, masculino e, porque não dizer, eurocêntrico. Por isso a importância de uma perspectiva espacial que dialogue com gênero, pois conforme evidenciou Massey (2008), o espaço é a esfera de configurações de resultados imprevisíveis, dentro de multiplicidades, logo, de acordo com ela, as relações serão co-contruídas com novos tipos de configurações espaciais.

Se pensarmos que paradoxo é a proposição ou argumento que contraria os princípios básicos e gerais que costumam orientar o pensamento humano, ou desafia a opinião concebida, a crença ordinária e compartilhada pela maioria, mulheres no espaço pensado por homens, constroem paradoxalmente seu próprio espaço.

Silva (2009) explica que o espaço paradoxal é uma importante perspectiva teórico-metodológica para o estudo das relações entre identidade e espaço, uma vez que

O espaço paradoxal (ROSE, 1993) é complexo, envolve variadas articulações e dimensões e se constitui em uma interessante construção teórica e metodológica na geografia. Qualquer pessoa não pode ser concebida apenas como constituindo um gênero, mas também a sexualidade, a raça, a religião e a classe social, que são vivenciadas espacialmente e temporalmente. As diferentes facetas identitárias são construídas e reconstruídas por meio de um processo de mutualidade e reconhecimento, envolvendo os seres humanos em relação a outros seres. É claro que todos os elementos identitários enumerados são experienciados simultaneamente pelas pessoas. Contudo, é na vivência de suas espacialidades e temporalidades que um ou outro elemento torna-se mais expressivo e tensionado com outros grupos também complexos (SILVA, 2011, p.87).

Portanto, o espaço é produto da dialética entre as dimensões do percebido, concebido e vivido, bem como da multiplicidade de trajetórias, sendo aberto, fluido e relacional. Nesse sentido, a compreensão do espaço paradoxal acrescenta que a dinâmica entre os sujeitos, identidades e espaços também é múltipla, aberta e fluida. Essas identidades tendem a se manifestarem culturalmente, construindo normas sociais que forjam os espaços. Tal movimento, certamente, vai desde as questões que envolvam sexualidade, como também, sem dúvida, questões raciais.

5. FEMINISMO INTERSECCIONAL: ESPAÇO DA MILITÂNCIA

Fui criada por uma mulher de esquerda. Consciência de classe sempre foi um viés importante da minha criação, embora não fosse dialogado com uma roupagem científica. Mesmo sendo da classe C, minha mãe viabilizou uma criação saudável e consciente, mostrando ainda que eu não tivesse muito, tinha mais do que a maioria. Eu entendia que em datas comerciais ter presentes e o que comer, não era a realidade para uma massa considerável de pobres. Ainda bem pequena me apaixonei pelas ideias de esquerda. E na adolescência, fui seduzida pela militância partidária. Hoje, confesso, com um olhar mais profundo, menos apaixonada, mas ainda assim, acredito que é via partido, no sistema de governo que temos, ser possível lutar por algumas demandas do povo negro.

Marx e Engels admitiram que a classe é uma característica singularmente distintiva das sociedades capitalistas, mesmo que não tivessem empreendido qualquer análise sistemática das principais classes e relações de classe em outras formas de sociedade (MARX E ENGELS, 2007). Acredito que aí esteja galgada a má vontade que alguns movimentos sociais tenham com a teoria. Não comprarei uma briga, tampouco me coloco como uma pesquisadora marxista, mas acredito que, teoricamente, sempre precisamos entender de onde viemos para compreendermos melhor onde estamos.

Mesmo assim, quando me chamam de pós-moderna, ou identitária, dentro da esquerda, lembro com gosto a reflexão de Linda Alcoff (2016) sobre o tema:

Nossos argumentos poderão receber críticas de que mais uma vez estamos voltando à política identitária, que somos metafisicamente não sofisticados e politicamente retrógrados, uma crítica que também tem sido brandida da metrópole para as periferias da academia global. A crítica da política identitária tem mantido muitos “escravos” da acusação de um essencialismo político grosseiro e de falta de sofisticação teórica. Acredito que a inclinação anti-identidade tão prevalente na teoria social hoje é outro obstáculo para o projeto de decolonização do conhecimento, uma vez que isso debilita nossa habilidade de articular o que está errado com a hegemonia teórica do Norte global. Além disso, muitas pessoas envolvidas em movimentos sociais por justiça têm aceitado a ideia de que a política identitária é algo diverso da luta de classes. Movimentos políticos baseados na identidade são por definição

inclusivos em termos de classe, porém, mais do que isso, são vistos como sectários de uma agenda baseada em classes, como identidades propensas ao fetichismo, que apresentam identidades de um modo essencialista e a-histórico, obscurecendo o fato de as identidades serem produtos históricos e capazes de mudanças dinâmicas. Tais críticas à identidade são feitas pela direita, pelos liberais, pela esquerda, todos unidos na argumentação de que a política identitária fratura o corpo político, isto é, enfatiza as diferenças às custas das comunalidades e que seu foco sobre identidades só oferece uma política reducionista, que reduziria ou substituiria uma avaliação de uma visão política da pessoa por uma avaliação de sua identidade. Teóricos esquerdistas importantes – como Zizek e Badiou – têm recentemente se juntado àqueles que acreditam que, ao se propor a revolução social genuína, uma organização política baseada nas identidades deve ser minimizada. O problema que os teóricos esquerdistas apresentam em relação à política identitária, entretanto, não é somente em relação ao processo de como realizaremos a revolução, mas também sobre aquilo pelo que lutamos. Alguns imaginam que novas comunidades idealizadas darão muito menos ênfase a diferenças étnicas e raciais, diferenças que veem como resultantes inteiramente ou quase inteiramente de estruturas de opressão tais como o escravismo e o colonialismo. O colonialismo cria e reifica identidades como meio de administrar povos e estabelecer hierarquias entre eles. Por isso muitos acreditam que devemos postular como objetivo um futuro no qual as identidades criadas pelo colonialismo possam dissolver-se (ALCOFF, 2016, p. 137).

Djamila Ribeiro (2017) dialoga com Alcoff, pois para ela é uma reflexão sofisticada de como o colonialismo “reifica” as identidades, mas ao mesmo tempo, não é possível a discussão de um projeto amplo de sociedade sem compreender como certas identidades (o outro) são criadas dentro da lógica colonial. Um dos maiores incômodos para mim na militância é sentir que, para boa parte de meus companheiros de partido o problema racial é menor, pois, tal relativização, acaba por muitas vezes esvaziando o debate e não levando adiante pautas que, para grupos marginalizados, como são os negros, se tornam pautas de primeira importância dentro do partido.

A visão das mulheres negras não é limitada a uma política de identidade absolutista (PARMAR, 1990, p.108). As mulheres negras têm outros tipos de sonhos que vão muito além e são de longe, mais revolucionários (ibid, p.109). Julia Sudbury (2003) nos convida a compreender que as mulheres negras (e no meu entendimento as que se organizam dentro de movimentos específicos) se organizam de maneira

que formam a base das lutas da comunidade negra. Isso não significa alienar as subjetividades ou particularidades das mulheres negras, conforme pontua Parmar (1990):

Assegurar como mulher negra uma identidade individual ou coletiva, tem sido um processo histórico necessário que é tanto um fator de fortalecimento quanto de união [...] É também baseado na pressuposição de subjetividades compartilhadas, de como nossas experiências do mundo “lá fora” apresentam fatores em comum como racismo e exploração sexual. No entanto, essas pressuposições levaram a uma prática política que emprega uma linguagem de experiência subjetiva autêntica” [...] Uma política de identidade ou uma prática política que toma como ponto de partida apenas o estilo de vida pessoal e experiencial traz resultados regressivos e, às vezes, assustadores (PARMAR, 1990, p. 107).

Acredito que, como afirma Lewis (1986), pensar como uma mulher negra é elemento básico poderoso, tanto para ação, tanto para ação política, quanto para crítica científica social. Patrícia Hill Collins (2018) afirma que estar em contato com sua marginalidade na esfera acadêmica é um pré-requisito necessário para escrever a partir de uma visão feminina autêntica, pois é desse modo que as feministas negras podem rejeitar a visão masculina e branca. A reflexão de Collins nos intima a entender que nós, feministas negras, somos “estranhos internos” uma vez que, valorizamos o discurso sociológico contemporâneo. Logo, a marginalidade relegada ao corpo feminino negro, dentro da academia, ou dentro da construção de um novo fazer político é, fatalmente, mais interessante, justamente por romper com a ideia de que somos simplesmente corpos marginalizados, quando na verdade, estamos todo tempo sendo intimadas a nos movimentarmos dentro de um espaço de poder que nos rejeita.

A questão já não é mais ser apenas ser uma feminista negra, mas sim entender que o feminismo que no cabe (negras e militantes) é o feminismo interseccional. A discussão já não pode ser nem só gênero, nem só de raça, nem só de classe, porque não há como escolhermos por qual bandeira devemos lutar mais.

Como mulheres negras [...] precisamos olhar para a questão crucial de como podemos nos organizar a fim de voltar a atenção para a totalidade de nossa opressão. Não há escolhas. Não podemos simplesmente priorizar um aspecto de nossa opressão e excluir os outros, pois a realidade do nosso dia-

a-dia, torna imprescindível consideramos a natureza simultânea de nossa opressão e exploração (AMOS e PARMAR, 1984, p.18).

As autoras entendem que a síntese de classe, raça, gênero e sexualidade é o que pode levar a nós mulheres negras adiante na nossa reivindicação que não é apenas de existir, mas de participação política. Embora alguns grupos que defendem uma episteme afrocentrada, refutem a ideia de feminismo negro eu entendo que, o feminismo que cabe a mim e a outras feminilidades negras, não é apenas fundamental, como também não pode ser desvinculado da questão interseccional.

5.1. ELEMENTOS HISTÓRICOS DA CONDIÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE: ELO DAS FEMINILIDADES NEGRAS COM O FEMINISMO INTERSECCIONAL

A lógica contemporânea aponta para novas configurações socioespaciais nas quais as velhas configurações estruturais não cabem mais em um mundo pós-moderno, que é obrigado a reconhecer as diferenças. Isso não significa dizer que tais diferenças sejam aceitas sem uma ação efetiva de buscas por tal reconhecimento, e, ao mesmo tempo, a própria recusa de grupos já consolidados.

Para Hall, a pós-modernidade é o quinto descentramento da modernidade e teria começado a ser gestada a partir dos movimentos sociais dos anos 60, objetivadores de uma transfiguração¹ do político. O maio de 1968² na França, por exemplo, uma das grandes revoluções comportamentais do século XX, exigiu a politização do pessoal e da subjetividade das minorias (negros, gays, mulheres etc.).

Esse quinto descentramento está há tempos causando uma mudança estrutural nas sociedades. Essa mudança “está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero e sexualidade, etnia, raça e nacionalidade que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações sociais” (HALL, 2004, p.9). Dessa forma, a identidade, deslocada, passa a ser representada a partir de interpelações cobradas ao indivíduo: “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia”

¹ Fazer mudar ou mudar de figura, feição ou caráter.

² Maio de 1968 foi uma onda de protestos que teve início com manifestações estudantis para pedir reformas no setor educacional. O movimento cresceu tanto que evoluiu para uma greve de trabalhadores que balançou o governo do então presidente da França, Charles De Gaulle. (THIOLLENT, Michel. Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. Tempo Social; Rev. Sociol. USP S. Paulo, 10(2): 63-100, outubro de 1998). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v10n2/v10n2a06>

(HALL, 2004, p.13). Nessa perspectiva, é também fantasioso pensar a identidade das mulheres negras como algo unificado, pois, é seguro dizer que, se a identidade negra é um constructo social, logo, não há como simplesmente comparar mulheres unicamente por um fenótipo.

Mais uma vez é importante de explorar o viés da intersecção, justamente para que se ultrapasse a qualquer padronização errônea da mulher negra, aliada a novas maneiras de investigação, dando lugar de destaque para visão interseccional dessas mulheres. Angela Davis (2016), diz ser necessário:

olhar para novas e frequentemente não-ortodoxas formas de fazer análises feministas. A interseccionalidade não produz uma camisa-de-forças normativa para monitorar a investigação (...) na busca de uma 'linha correta'. Ao invés disso, encoraja a cada acadêmica feminista a se envolver criticamente com suas próprias hipóteses seguindo os interesses de uma investigação feminista reflexiva, crítica e responsável (DAVIS, 2016, p. 79).

É necessário dizer que, embora o termo “interseccionalidade” passasse a ser usado em 1989 pela teórica feminista estadunidense Kimberlé Crenshaw (1991), a preocupação em entrelaçar distintas formas de diferenciações sociais (e de desigualdades) é muito anterior, tendo como início simbólico o manifesto do Combahee River Collective em 1977³. Adriana Piscitelli (2008) afirma que trabalhar interseccionalidade:

é oferecer ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades. É importante destacar que já não se trata da diferença sexual, nem da relação entre gênero e raça ou gênero e sexualidade, mas da diferença, em sentido amplo, para dar cabida às interações entre possíveis diferenças em contextos específicos (PISCITELLI, 2008, p. 266).

A condição negra nasce de uma ferida histórica, chamada escravização. Essa ferida garante sua manutenção através do racismo. Logo, se assumir negra (o), em uma sociedade que rejeita tal condição, significa ostentar um estigma de ser

³ Tratava-se de um coletivo de feministas negras e lésbicas baseado em Boston, entre 1973 e 1980, o qual defendia uma luta articulada não apenas contra a opressão sexual das mulheres, mas também contra outras formas de dominação e de desigualdades baseadas em racismos, heterossexismos e exploração por classe social.

naturalmente colocado em posição de inferioridade/subalternidade. De acordo com Isildinha Babtista Nogueira (1998):

O “ser negro” corresponde a uma categoria incluída num código social, que se expressa dentro de um campo etno-semântico onde o significante “cor negra” encerra vários significados. O signo “negro” remete não só a posições sociais inferiores, mas também a características biológicas supostamente aquém do valor das propriedades biológicas atribuídas aos brancos. Não se trata, está claro, de significados explicitamente assumidos, mas de sentidos presentes, restos de um processo histórico-ideológico que persistem numa zona de associações possíveis e que podem, a qualquer momento, emergir de forma explícita (NOGUEIRA, 1998, p. 90).

O corpo negro é retratado como inferior, pois, socialmente, vive às margens do que seria um campo de prestígio: intelectual, afetivo-sexual⁴, estético, de representatividade, etc. “bell hooks” (em letras minúsculas que é como ela prefere), em seu livro de 1981, **Ain’t I a woman. Black Women and feminis**, traduzido em 2014 como “Não sou eu uma mulher. Mulheres negras e o feminismo”, traz uma afirmação que é fundamental sobre a situação da negritude:

Sob a égide da ideia de democracia racial justificou-se, pois, a mais extrema indiferença e falta de solidariedade para com um setor da coletividade que não possuía condições próprias para enfrentar as mudanças acarretadas pela universalização do trabalho livre e da competição (bell hoks, 2014, p. 29).

Ao encontro das ideias de “bell hooks”, Florestan Fernandes (1972) lembra que:

Durante o período da escravidão, o negro viveu em estado de dependência social tão extrema, que não chegou a participar, autonomamente, das formas de vida social organizadas mínimas, como a família e outros grupos primários, de que se beneficiavam os brancos. A abolição ocorreu em condições que foram verdadeiramente “espoliativas”, do ponto de vista de referências que os associavam ativamente à nossa economia e à nossa vida social (FERNANDES, 1972, p. 37).

⁴ O racismo e o sexismo são ideologias e práticas socioculturais, que regulam as preferências afetivas das pessoas, ganhando materialidade no corpo racializado e sexualizado, colaborando especialmente para a solidão da mulher negra.

É importante pensar que o término da escravidão não foi necessariamente um “benefício” à população negra, se analisarmos que não houve uma política para inclusão dessas pessoas dentro da sociedade, a partir do momento em que se tornaram livres. Tal descaso perpetuou-se na prática racista de não reconhecer os direitos do povo negro, e o que é mais grave, lhes retirar a humanidade. Marcas que, fatalmente, se perpetuam no presente.

Analisando a imagem da mulher negra, no contexto brasileiro, é possível afirmar que esta sofreu modificações ao longo do desenvolvimento histórico da nação, porém sempre preservando elementos pejorativos e que elaboram a representação de um estigma erótico e sexual. A corporeidade da mulher negra no Brasil ainda é alvo de duplo preconceito, pois, além da distinção de gênero, sofre a discriminação racial. Toda a construção imagética atribuída à mulher negra influencia diretamente na sua inserção socioeconômica e étnico-cultural, conforme alude Sousa (1983):

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e, sobretudo, a experiência de resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades (SOUSA, 1983, p.17-18).

O Feminismo, reconhecido como um movimento⁵, passa por processo de desmobilização e vem, com toda força, na brecha deixada pelos movimentos sociais da década de 1960, momento em que vem à tona a posição social das mulheres e esta é, subordinado aos homens. A partir do reconhecimento da dominação masculina, aprofundam-se os debates sobre as representações/papéis que são impostos a mulher nos espaços públicos e privados.

Atrelada a essa discussão, foi revisto (e ainda é), através das décadas no que consiste o machismo e seus desdobramentos estruturais, afetando a todas as mulheres. Entretanto, com muito mais vigor a mulher negra, e essa, dentro dos

⁵ O feminismo é um movimento social e político que se iniciou formalmente em fins do século XVIII e que supõe a tomada de consciência das mulheres como grupo ou coletivo humano, da opressão, da dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas distintas fases históricas de modos de produção, o qual move a ação para a liberação de seu sexo com todas as transformações da sociedade que aquela requer (SAU. **Dicionário Ideológico Feminista**, 2000).

debates do movimento feminista, acabou ficando à margem dos interesses do feminismo. Nesse sentido, Pinto (2007) destaca:

A condição social das mulheres negras, por não ter despertado grande interesse nas feministas, que por muito tempo ficaram restritas ao debate sobre a relação homem-mulher, passou a ser estudada principalmente por feministas negras. Estas mulheres vêm demonstrando que o enfoque exclusivo às questões de gênero apresentado como fonte de opressão de mulheres não faz a conexão entre o sexismo e outras formas de dominação existente na sociedade. Este olhar exclusivo, aliás, apaga outros aspectos das identidades das mulheres e suas experiências (inclusive raça) sexualidade e classe (PINTO, 2007, p.31).

E na lógica de descortinar o passado e melhor compreender o presente, é importante refletir sobre as lutas das mulheres negras dentro do movimento feminista, entendendo a organização da luta dessas mulheres e suas reivindicações específicas, demarcadas por gênero, raça e classe. É nesse sentido, que não há mais brechas para conceber ou tratar o movimento feminista como algo universalizado que abraça todas as mulheres e suas diferentes pautas. Assim como não há como refutar a ideia de que mulheres negras feministas só podem o ser se compreenderem o viés interseccional da luta. Joseli Maria Silva (2009) ressalta:

Assim como as mulheres brancas reivindicaram, na década de 70, espaços teóricos e políticos de hegemonia masculina, as mulheres negras oriundas de países em desenvolvimento reivindicam, agora, o reconhecimento de suas experiências específicas num contexto de globalização que deveria contemplar a multiplicidade étnica, racial e sexual (SILVA, 2009, p. 39).

Logo, o feminismo não ocorreu de forma homogênea, pois as necessidades das mulheres obviamente foram e são distintas. Mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma “diferença” – dentro da diferença. (PEDRO, 2005, p. 82). Tal ruptura está atrelada com a história das mulheres negras, pois as formas de opressão são múltiplas e atingem das mais variadas formas os corpos.

A identidade negra no Brasil é construída sobre o mito de das três raças: branca, negra e indígena, criando uma ideia de país miscigenado que abraça todas

as diferenças. Entretanto, na prática, coloca o negro como sujeito invisibilizado, tanto no passado, quanto no presente. Adolfo Neves de Oliveira Junior (1997) afirma que:

(...) invisibilização' constitui uma prática para-etnocida da sociedade englobante brasileira, tendo por objetivo o incremento do controle sobre a população negra, encarado aí como projeto de constituição da nação brasileira enquanto etnicamente homogênea. Faz-se, enfim, tabula rasa da sócio-diversidade representada pelas variadas culturas negras cujos membros foram reduzidos à escravidão no Brasil como forma de incluir, em última instância, as populações negras na base da pirâmide sócio-racial brasileira, projeto nacional profundamente hierarquizado no qual os negros são assimilados, enquanto grupo, nos extratos mais subalternos da sociedade. A atualização identidade étnica de comunidades negras seria assim uma reação à ação invisibilizadora da sociedade nacional, que imporá aos negros uma auto-apreciação enquanto parte de um todo hierarquizado, de forma que quando estes constroem uma identidade auto-centrada, esta é estruturada enquanto identidade étnica, como uma forma de resistência à 'pressão classificatória' da sociedade nacional (JUNIOR, 1977, p. 2).

Conforme salienta Florestan Fernandes (1972), a ideia de que existiria uma democracia racial no Brasil vem sendo fomentada há muito tempo, constituída de uma distorção criada no mundo colonial, para incluir a expansão demográfica de mestiços em núcleos das famílias tradicionais, garantindo a "ascensão" do mulato. Entretanto, só mascarou a realidade de exclusão e discriminação. Em seu clássico livro **O genocídio do povo negro** (1978), Abdias do Nascimento pontua que:

[...] Erigiu-se no Brasil o conceito de democracia racial; segundo esta, pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando de iguais oportunidades de existência. [...] No entanto, "devemos compreender democracia racial como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro [...]"(NASCIMENTO, 1978,p. 41 e 92).

Reconhecendo os resquícios de uma escravidão que faz parte da nossa história e deixou latente suas marcas, faz-se necessário discutir conceitualmente e assim tentar buscar, para além das aparências, o que foi até então "mascarado" na existência do sujeito negro dentro da sociedade brasileira. Para Guimarães (2008),

[...] somos uma nação que se formou com a escravidão, e essa escravidão não era uma escravidão generalizada de todos os povos, mas somente daqueles localizados numa determinada parte do continente africano. Os povos que escravizamos vieram da África ocidental e da África meridional, hoje Congo, Angola, Moçambique, Zaire e, subindo a costa ocidental, a Nigéria, o Níger e Golfo do Benin. Foram dessas regiões que vieram os povos escravizados em toda a América. Um sistema muito próprio de comercialização que envolvia negreiros da Holanda, de Portugal, do Brasil, da Inglaterra, da França, etc., alguns reinos africanos e as colônias americanas. Essas pessoas escravizadas foram chamadas de “africanas” e “negros”; essas foram, digamos, as duas identidades criadas originalmente na sociedade escravocrata brasileira, em que o negro tinha um lugar e esse lugar era a escravidão (GUIMARÃES, 2008, p. 29-30).

Fica uma sensação incômoda. A escravização traz consigo marcas sociais inegáveis e ainda reelabora a ideia de subalternização do gênero, segundo a raça, em conformidade com Sueli Carneiro (2003). Para Carneiro, todo o histórico de desvalorização estética, a degradação dos corpos negros femininos expostos as mais variadas violências e a própria marginalização social decorrente de uma abolição irresponsável, reverbera na atualidade. Essa subalternização, diga-se de passagem, também imposta aos homens negros, confirma que biologicamente (ou socialmente construído), a feminilidade negra é rejeitada no que tange a sua condição plena de mulher (CARNEIRO, 2003). Nesse sentido é preciso compreender que, quanto mais distante um indivíduo ou grupo está da norma da classe média alta branca cristã, maior a marginalidade e a exclusão (MODOOD, 1990, p. 91).

Sendo assim, é preciso entender que a mulher negra, conforme aponta Alecsandro JP Ratts⁶, dentro de uma hierarquização social, “em primeiro lugar situa-se o homem branco; em segundo, a mulher branca; em terceiro, o homem negro; e, por último, a mulher negra” (RATTS, 2015, p. 5). Certamente, por reflexo do processo histórico o qual sujeitos negros foram submetidos, deflagra-se que, entre espaços privados e públicos, a figura da mulher negra é constantemente associada à imagem da mulata, da empregada doméstica e da babá, recriações diferenciadas das escravas, das mucamas, criadas, amas de leite e mães pretas (GONZALES, 1983).

⁶ Encontrado em: http://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/08/ARatts_Genero.pdf.

Romper com este imaginário social é construir uma existência à margem, buscando superar barreiras étnicas, sociais, de gênero e espaço.

Entendendo as forças opressoras, perpetuadoras de desigualdade, é possível enxergar a pauta do feminismo interseccional como uma demanda que surge das vivências. Portanto, não se desassocia a teoria que investiga a situação da condição da mulher negra, de suas próprias vivências. Mais uma vez, recorro a “bell hooks” (2013):

quando nossa experiências vivida da teorização está fundamentalmente ligada a processos de autorrecuperação, de libertação coletiva, não existe brecha entre a teoria e a prática. Com efeito, o que esta experiência mais evidencia é o elo entre as duas – um processo que, em última análise, é recíproco, onde uma capacita a outra (hooks, 2013: 85-86).

A mulher negra brasileira está, ainda, reivindicando reconhecimento e, ao mesmo tempo, lutando para afirmar a identidade que seus oponentes lhes negam, para se reapropriar de algo que lhes pertence (MELUCCI, 1996). Portanto, as mulheres negras estão, seguramente, na intersecção de todos os tipos de sujeição da sociedade e essa situação infeliz é fruto de um passado de escravização.

6. METODOLOGIA: ESPAÇO DA MINHA DOR DE CABEÇA

A pesquisa foi feita a partir de duas perspectivas metodológicas. A Análise do Discurso e a Etnografia, mais especificamente, a microetnografia. Saliento que, a análise do discurso se presta a operacionalizar a análise etnográfica de meus sujeitos sociais, uma vez que a etnografia (vertente antropológica) permite uma aproximação (metodologicamente aceita) dos sujeitos investigados, permitindo um detalhamento do assunto o qual se investiga, aqui, as espacialidades criadas por essas feminilidades, a partir de uma perspectiva paradoxal. A Análise do Discurso, por sua vez, ramo da ciência Linguística, cujos materiais de trabalho do analista são os fenômenos linguagem, língua e o enunciado, permite ao pesquisador apreender os discursos construídos acerca de um objeto e difundidos pelos sujeitos pesquisados que compõem o escopo da pesquisa.

Tal escolha das feminilidades da pesquisa foi feita, portanto, a partir de uma perspectiva etnográfica, uma vez que, conforme salienta Carmem Lúcia Guimarães de Mattos (2011) tal pesquisa é responsável por introduzir os atores sociais com uma participação ativa e dinâmica no processo modificador das estruturas sociais. Ou seja, essas mulheres (feminilidades) foram, substancialmente escolhidas, por suas escolas ideológicas e suas experiências espaciais, pautadas na militância do feminismo interseccional, uma vez que, a militância partidária e/ou de movimentos sociais, exige que essas mulheres sejam preparadas inclusive intelectualmente, para as quebras paradigmáticas que pelas lentes do racismo estrutural nos sufocam.

bell hooks (1995) fala e aponta a importância de intelectuais negras por vivermos em uma sociedade anti-intelectual para aqueles intelectuais que estão preocupados em reverter desigualdades. Ao mesmo tempo, hooks (1995) salienta que nós, intelectuais ativistas (movimentos sociais e ou partidos políticos), somos também colocado no bojo do não ativismo quando, dentro desses espaços de militância, a intelectualidade perde espaço (até importância) , para as experiências concretas.

Por essa razão, trabalhar com militantes que são ao mesmo tempo intelectuais é uma forma de entender como as suas espacialidades são diretamente influenciadas, inclusive por seus percursos formativos. Lembrando que, uma mulher negra, dentro da academia branca, racista e machista já é, por si só, um ato de resistência e ,

portanto militância, ao passo que, ganha uma força maior, quando essas feminilidades partem de suas experiências pessoais de vida para a transformação, não só, de duas próprias vivências e espacialidades, como também para quebra de paradigmas que possibilitem o acesso de outras mulheres negras nesses espaços. De acordo com hooks (1995)

As intelectuais negras trabalhando em faculdades e universidades enfrentam um mundo que os de fora poderiam imaginar que acolheria nossa presença mas que na maioria das vezes encara nossa intelectualidade como suspeita. O pessoal pode se sentir a vontade com a presença de acadêmicas negras e talvez até as deseje mas é menos receptivo a negras que se apresentam como intelectuais engajadas que precisam de apoio tempo e espaço institucionais para buscar essa dimensão de sua realidade (HOOKS, 1995, p. 96).

Fica evidente que, se a vida da militância não é propriamente um convite a um passeio no bosque, mulheres negras que pensam, são vítimas de exclusão: por sua cor da pele, sua classe social e como se não bastasse, também são mal vistas por seu olhar crítico. O que torna minhas feminilidades negras ainda mais interessantes e, ideologicamente, totalmente próximas a mim.

6.1. CAMINHOS DA PESQUISA QUALITATIVA: PRINCÍPIOS DE MICROETNOGRAFIA

Inicialmente, é preciso salientar como é difícil, para quem vem das Letras e apenas fez trabalhos científicos de análise bibliográfica, passar a trabalhar com pessoas. Foi uma migração dolorida, no sentido de que não há aprendizado sem dor. Por trabalhar com humanidades, a única certeza que eu tinha é que minha metodologia deveria ser qualitativa, mas também não tinha muito nítido do que se tratava a pesquisa qualitativa.

Por compreender que pesquisas qualitativas lançam mão de instrumentos que auxiliam na qualidade dos procedimentos de uma pesquisa que privilegia as humanidades, dando a mim um olhar lúcido ao analisar os dados levantados. Embora já tenha ficado claro que, se tratando de pesquisa com pessoas, nenhum método ou resultado é totalmente preciso ou condizente com a realidade, mas que seja então, o mais próximo possível.

Primeiramente, eu não queria que, ao fazer minha pesquisa com feminilidades negras, tratá-las como “outro” (sujeito antropológico). Porque elas não são “o outro” na minha apreensão de sujeito, uma vez que, para além de limitar a minha visão sobre elas e os fenômenos socioculturais que as envolvem, eu não posso alienar o fato de que eu também sou uma feminilidade negra, feminista e militante, assim como elas.

A partir do contato com a pesquisa etnográfica e por entender que o método nunca é pronto e fechado em si e, que cabe o ao pesquisador adequar métodos estrategicamente para melhor se adequarem a sua pesquisa, utilizo algumas das estratégias da etnografia apontadas por Carmem Lúcia Guimarães de Mattos (2011): preocupação com uma análise dialética da cultura; introdução dos atores sociais com uma participação ativa e dinâmica e modificadora das estruturas sociais; preocupação em revelar as relações e interações significativas de modo a desenvolver a reflexividade sobre a ação.

Faço uma microanálise etnográfica, pois a etnografia é frequentemente utilizada nos estudos da linguagem. A microanálise é caracterizada como: sociolinguística da comunicação, microanálise sociolinguística, sociolinguística interacional, análise de contexto, análise de discurso, análise da conversação. Para analisar as entrevistas semiestruturadas, a Análise do Discurso foi a saída mais coerente para tal, claro, considerando a microanálise, uma vez que:

Em microanálise ao mesmo tempo em que se dá ênfase ao significado das formas de envolvimento das pessoas como atores, exige-se do pesquisador um detalhamento criterioso na descrição do comportamento através da transcrição linguística verbal e não-verbal de comportamento - olhares, pausas, tom de voz, detalhes da interação e o que isto significa. (ERICKSON, 1982, 1992; KENDON, 1977 apud MATTOS E CASTRO, 2011).

Ainda falando sobre microanálise, é considerada como micro porque o evento ou parte dele, é analisado particularmente, no caso aqui “Feminilidades negras: um estudo de relações espaciais paradoxais”, mas ao mesmo tempo, não se despreza (nem poderia) as relações sociais dessas feminilidades vistas pelo “todo” que representam (LUTZ, 1983). Em microanálise, ao mesmo tempo em que se dá ênfase ao significado das formas de envolvimento das pessoas como atores, exige-se do pesquisador um detalhamento criterioso na descrição do comportamento através da transcrição linguística verbal e não verbal de comportamento - olhares, pausas, tom

de voz, detalhes da interação e o que isto significa (ERICKSON, 1982, 1992; KENDON, 1977).

Retomando as ideias de Mattos (2011), na microanálise etnográfica existe uma preocupação com o interesse dos atores sociais na escolha de uma determinada forma de comportamento e qual o significado desta escolha. Portanto, enfatiza-se o significado da interação como um todo, a relação entre a cena imediata da interação social de um grupo e o significado do fato social ocorrido em grandes contextos culturais (ERICKSON, 1992). O etnógrafo, utilizando uma teoria crítica de análise aliada à abordagem etnográfica, procura identificar o significado nas relações sociais de classe, etnia, linguagem, gênero, e a cena imediata onde estas relações se manifestam (MATTOS, 2011).

É preciso salientar, por se tratar de uma pesquisa na geografia que, as abordagens e questões sobre trabalho de campo, indicam algumas possibilidades de aproximação e de debate interdisciplinar com a Antropologia e seu trabalho de campo etnográfico. Há de se reconhecer que, tal como destacam Venturi (2006) e Lacoste (2006), problemas da pesquisa e do trabalho de campo não se colocam do mesmo modo para ambas as partes. Se para geógrafos o campo se revela quase sempre como uma técnica, para antropólogos o campo corresponde ao método utilizado de acordo com objetivos específicos (método etnográfico) (VENTURI, 2006; LACOSTE, 2006). A junção de ambos, é que pode ser, então, chamada de etnogeografia.

Algumas considerações, conforme aponta Brandão (1987), estarão presentes nessa escalada metodológica, são elas: a montagem metodológica da pesquisa participante; o estudo preliminar dos sujeitos envolvidos; e o conhecimento do ponto de vista desses sujeitos investigados.

De acordo com o panorama histórico da antropologia, feito por Winkin (1998), trabalhar com pessoas, só pode funcionar, se estivermos perto delas, percebendo-as em sua humanidade, não nos colocando como observadores de animais exóticos como foi feito no passado, mas sim observar indivíduos, lhes reconhecendo como são: pessoas, com características e singularidades que merecem um olhar atento e, acima de tudo, respeitoso.

A escolha por trabalhar com mulheres negras, sendo também uma mulher negra, do contrário do que parece, não foi uma escolha óbvia. Existiu e ainda existe em mim, momentos de angústia ao perceber minha história de vida entrecruzada com a vivência dos meus sujeitos de pesquisa. De acordo com Jacques J. L. Marre (1991):

Ninguém parte totalmente do nada, mas cada um se insere numa história que já produziu seus frutos científicos com os instrumentos e as técnicas de sua época. Conhecer melhor não apenas o produto, mas igualmente as discontinuidades em que se criou esse produto, é na realidade aprender o ofício de pesquisador. Desvendar a história das suas práticas é sem dúvida alguma para a construção de novos objetos (MARRE, 1991, p.9).

Embora eu não seja meu próprio sujeito de pesquisa, a construção desse objeto, obviamente não saiu do nada, e traz traços da minha identidade negra e como ela interage com o mundo que me rodeia. Ainda assim, quando me coloco na condição de “quem investiga”, não anula a alteridade presente em trabalhos em que, o sujeito investigado, é “o outro”, mesmo que eu refute essa ideia.

Meu trabalho, portanto, partiu de necessidades vivenciadas por mim e, ao mesmo tempo, pelo que observo enquanto pesquisadora, sobre a condição da feminilidade negra dentro da sociedade. Eu me coloco dentro de um grupo que não fez parte da produção histórica, (ou seja, um grupo contrário de quem contou a história que conhecemos nas literaturas oficiais: homens brancos) .

Concordo com a ideia defendida por Mattos (2011), de que fazer etnografia esteja intimamente relacionado com o senso questionador do etnógrafo. Ou seja, para Mattos (2011), os instrumentos de coleta e análise utilizados nesta abordagem de pesquisa, muitas vezes, têm que ser formuladas ou recriadas para atender à realidade do trabalho de campo. Assim, na maioria das vezes, o processo de pesquisa etnográfica será determinado explícita ou implicitamente pelas questões propostas pelo pesquisador.

As mulheres que me interessam são as militantes. Ressalto que minha vontade inicial foi ter um leque mais amplo de sujeitos para investigar, mas se tratando de tempo, o mestrado é muito ingrato para darmos conta de tudo que almejamos. Então, meus sujeitos escolhidos, terão como critério principal a militância, seja ela junto ao Movimento Negro ou partidária. Serão cinco mulheres, com idades que variam de entre 24 e 44 anos.

6.2. ADENTRANDO NA PESQUISA ETNOGRÁFICA: AS MULHERES E EU

A entrevistada número 1 conheci através de uma página de relacionamento e quando respondeu a entrevista estava com 23 anos. Não é do meu círculo de

militância, sempre me chamou muita atenção pelo ativismo político. Traços negroides e com um tom de pele mais claro. Longas tranças coloridas. Natural e residente em Santa Maria. Formada, cursando mestrado. Nas eleições de 2018, concorreu a deputada estadual pelo PSOL.

A entrevistada 2 é uma companheira do Partido dos Trabalhadores. Nunca tivemos um contato mais estreito. Eu a admirava (admiro) pela trajetória de militância em Santa Maria, dentro do Movimento Negro e no Partido dos Trabalhadores. Tive a oportunidade de organizar um evento na UFSM em novembro de 2018, na Semana da Consciência Negra. Foi quando a conheci pessoalmente, trocamos contatos. Perguntei se ela gostaria de participar da pesquisa, convite feito via rede social e prontamente, se dispôs a responder as 10 perguntas da pesquisa. Chamou-me atenção a necessidade extrema que ela tinha de falar. Mais tarde, compreendi o porquê. Na data da entrevista ela estava com 36 anos. É uma mulher com o fenótipo negro acentuado, de estatura média, cabelos com processo de alisamento. Santamariense, nascida e criada na cidade. Formada, atualmente fazendo Pós-Graduação (nível mestrado), na Universidade Federal de Santa Maria. É envolvida com trabalhos comunitários e projetos sociais e de pesquisa. Foi também candidata a vereadora na cidade.

A número 3 é estudante na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Na data da entrevista estava com 31 anos, mãe de uma menina de 14 anos. Natural e residente em Porto Alegre. Um fenótipo negro acentuado, pele clara. Cabelo crespo. Foi candidata a deputada estadual pelo PCdoB de Porto Alegre. A conheci por intermédio de um amigo que também é do mesmo partido que ela. Meu primeiro contato foi através da campanha que ela fez nas redes sociais (inclusive foi minha candidata a deputada estadual). Depois, quando estava definindo o grupo que eu trabalharia, consegui o contato através de um amigo e ela se dispôs a dar entrevista. A entrevistada número 4, na data da entrevista estava com 28 anos. Formada.

Estudante de mestrado. Retinta. Faz parte do meu círculo de amizades, mas não é partidarizada. No entanto, tem uma caminhada importante dentro do Movimento Negro. Natural da cidade de Pelotas, atualmente residente em Santa Maria. Conhecemos-nos sendo bolsistas de um departamento na UFSM. A troca foi imediata e o aprendizado (o qual agradeço muito) culminou em uma afinidade tão intensa que ela acabou aceitando participar da pesquisa.

A entrevistada número 5, quando concedeu a entrevista estava com 47 anos, tem dois pós-doutorados, professora universitária. É uma mulher de pele não tão retinta e com traços negroides. Uma curiosidade sobre a entrevistada é que ela tangenciou falar em filiação partidária, mas se identificou como uma militante atuante do Movimento Negro. Natural de Santa Cruz do Sul, com residência em Santa Maria.

Conheci via rede social também, a chamei para participar de um evento na UFSM. Ela aceitou. Já a tinha na minha página de relacionamento e depois que a convidei para o evento, não tive dúvidas em fazer o convite. Para minha felicidade, resolveu aceitar.

Usei na dissertação o termo feminilidades, pois tinha esperança de encontrar uma mulher trans ou travesti que quisesse fazer parte da pesquisa. Infelizmente, não aconteceu. Mesmo assim, gosto do termo feminilidades, pois ele ultrapassa a ideia generalista do ser mulher.

Foi aplicada uma entrevista semiestruturada com 10 perguntas. As participantes se sentiram à vontade em terem suas respostas gravadas e autorizaram o uso. Por questões éticas, não serão citados seus nomes.

Gostaria que tu falasses teu nome completo, a tua idade, formação, onde trabalhas ou estudas?

Como tu te descreves fisicamente? E emocionalmente?

Para ti o que é ser negra?; No teu entendimento a negritude interfere nas relações sociais e econômicas das pessoas?

Para uma mulher negra existe diferença nos papéis que exerce nos mais variados lugares (família, trabalho, universidade, lazer, etc.)? E para ti?

Tu poderias pensar sobre espaços em que a condição de mulher negra produz desigualdade? E lugares em que ser negra produz superação?

Para ti o que é empoderamento? Tu te sentes uma mulher empoderada?

Tu já ouviste falar na solidão da mulher negra? Como tu te sentes em relação à essa solidão ser uma categoria de análise?

A militância (partidária e/ou no Movimento Negro) em que medida é uma escolha ou a única alternativa de sobrevivência em uma sociedade organizada por classes e raça?

Qual o espaço da mulher negra dentro do Movimento Negro? E nos partidos?

Tem alguma história, ou detalhe cotidiano, que deixe evidente essa luta enquanto mulher negra que tu desejás contar?

Essas perguntas buscaram, conforme apontam Colognese e Mélo (1998), interagir socialmente com os sujeitos, tentando explorar ao máximo as informações

dessas mulheres e acima de tudo responder a questão norteadora da pesquisa: Como a negritude, enquanto elemento constituinte das interseccionalidades de diferentes feminilidades, produz relações espaciais paradoxais?

A utilização do modelo de entrevista semiestruturado, deve-se ao fato, de que se torna mais fluído na prática de interagir com o sujeito de pesquisa, definindo esse modelo de acordo com Colognese e Mélo (1998):

Entrevista semi-diretiva (semi-esruturada): nela a formulação da maioria das perguntas são previstas com antecedência e sua localização é provisoriamente determinada. O entrevistador tem uma participação bem mais ativa em relação a entrevista não-diretiva, embora ele deva observar um roteiro mais ou menos preciso e ordenado e questões. Contudo, apesar de observar um roteiro, o entrevistador pode fazer perguntas adicionais para elucidar questões, ou ajudar a recompor o contexto (COLOGNESE e MÉLO, 1998, p.144).

Para Berger (1978):

(...) a situação de entrevista pode ser caracterizada como um processo de interação social, predominantemente, mas não apenas verbal. Essa caracterização é importante pois significa admitir que na situação de entrevista, cada indivíduo ´influenciado e influencia o outro, age e reage de variados modos, produzindo alterações sobre o curso do diálogo, sobre as reações dos entrevistados e sobre os protocolos dos resultados obtidos pelo entrevistador. Em outros termos, este entendimento implica em renunciar às reivindicações de objetividade dos dados obtidos através de entrevista e reconhecer que sua validade é relativa e que está referida à situação social contextualizada da investigação (BERGER 1978, apud COLOGNESE e MÉLO, 1998, p. 148).

O contato humano, com todos os artifícios promovidos por ele, possibilita o diálogo e observar as reações do entrevistado. Isso vai desde a se pergunta causou ou não desconforto, até o testemunho ocular de reações inesperadas, tangenciamento ou fuga e, principalmente, respostas que vão muito mais além do que eu fui buscar.

A pesquisa teve um cuidado para não “objetificar” essas mulheres que já trazem consigo um histórico amargo de negação de sua humanidade, por isso há uma preocupação em minha dissertação de não “desfigurar” os sujeitos da pesquisa. De acordo com Oliveira (1998):

O estudo de metodologia em ciências humanas necessitaria ser cuidadoso e zelar para que homens concretos, sujeitos e objetos de suas indagações, não fossem mutilados ou, então, não se tornassem objetos mortos nas mãos de cientistas dispostos a fazer da ciência um poderoso instrumento de dominação. (OLIVEIRA, 1998, p.24).

É necessário, enquanto pesquisadora, não sucumbir à minha própria militância e ter sempre em mente nessa construção que não posso me ater às verdades cristalizadas ou esquemas reducionistas. Devo procurar uma mediação segura entre teoria e prática, reconhecendo a importância de algumas regras que fazem parte do universo da pesquisa, sem perder um olhar atento, sensível e sutil da realidade apresentada diante de mim.

6.1 ANÁLISE DO DISCURSO: UM CAMINHO METODOLÓGICO

A língua sistematizada em signos e regida por normas não se resume a estabilidade fixa da Gramática Normativa. Ela é viva, plurissignificativa. Logo, como explica Orlandi (1999), a maneira de se estudar a língua também será diferente. O que engloba diferentes épocas, tendências e autores. E é nesse interesse de significar a linguagem por vários aspectos que nasce a Análise do Discurso (AD).

A AD para Orlandi (1999), como o nome demonstra, não trata da língua, não trata da gramática, mesmo que todas essas coisas lhe interessem. Seu objeto é o discurso. E a palavra discurso, nas palavras de Orlandi (1999), tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. Percebe-se então que, o discurso é a palavra em movimento, ou ainda, a linguagem na prática em que se observa o homem falando. Esta corrente (AD), dentro da linguística, torna evidente a relação entre língua, discurso e ideologia.

Conforme seu idealizador analisa, o linguista Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado pela ideologia e é assim que a língua faz sentido (ORLANDI, 1999, p. 17). Ainda em Orlandi (1999), compreende-se que problematizar “a maneira de ler”, levará o sujeito, falante ou leitor, a se colocar questões sobre o que produzem e/ou ouvem nas diferentes manifestações de linguagem. Um exercício bastante difícil, com certas fragilidades. Entre elas, o comprometimento de quem analisa o discurso, uma vez que somos sujeitos e agentes da tessitura social, ou seja, produzimos discursos e também os analisamos, repletos de nossas próprias cargas ideológicas. Orlandi (1999) aponta que:

não podemos estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos, sua opacidade. Saber que não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos. A entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político. Não temos como não interpretar. Isso, que é contribuição da análise de discurso, nos coloca em estado de reflexão e, sem cairmos na ilusão de sermos conscientes de tudo, permite-nos ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem (ORLANDI, 1999, p. 9).

Nesse sentido, o discurso das feminilidades negras da pesquisa será confrontado na relação língua e ideologia e como os efeitos de sentidos são gerados através de suas narrativas. O viés ideológico aqui é imprescindível, uma vez que a militância, seja ela dentro ou fora do partido, está permeada de um viés ideológico de esquerda, tanto de quem fez a pesquisa, e me coloco nessa discussão, quanto de quem é investigado. Não significa que minha análise não obedecerá ao rigor técnico exigido pela AD, mas é preciso compreender que seria ingenuidade pensar em neutralidade do analista do discurso em relação às informações colhidas. Nas palavras de Mariani (1998), a AD se detém em compreender os modos de consignação histórica dos processos de produção dos sentidos.

Mais uma vez cabe trazer seu fundador, Michel Pêcheux (1990), que foi quem propôs articular três regiões do saber: o materialismo histórico, enquanto teoria das formações sociais e suas transformações; a linguística, enquanto teoria dos processos não subjetivos de enunciação; e a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Fica evidente que, no tocante semântico, ou seja, de significado dos discursos analisados, quem se utiliza desse processo, o analista do discurso, precisa ser sensível e atento quanto ao imaginário retratado e a partir disso montar sua rede de significação do discurso analisado.

Para Pêcheux (1990, p. 82), o discurso é “uma forma de materialização ideológica, onde o sujeito é um depósito de ideologia, sem vontade própria, e a língua é um processo que perpassa as diversas esferas da sociedade”. Os sujeitos, no caso, as mulheres da minha pesquisa, têm a elaboração de suas subjetividades e delimitação dos seus espaços de militância, condicionados com suas histórias de vida.

Orlandi (1999) propõe que também deve ser considerada a diversidade de quem analisa o discurso, bem como indistinções, incertezas, seus trajetos e ancoragem de sentidos. Orlandi (1999) sentencia que, todos esses fatores referem-se “ao ritual da palavra”, ou seja, é discurso.

Portanto, se há, como aponta Orlandi (1999) de um lado a imprevisibilidade do sujeito no tocante de sua relação (no sentido da linguagem) com o mundo, do outro lado (de quem analisa enunciados), há formas de controle dessa análise (interpretação) . Tal interpretação está sistematizada através de eixos temáticos em que, o que deve ser investigado, é extraído das entrevistas.

Orlandi (1999) afirma que AD concebe a linguagem como mediação necessária entre homem e a realidade natural e social. Logo, qual a realidade da militância? Penso aqui no mundo da militância associado a um microcosmo submetido a regras e códigos particulares, capazes de sugerir a ideia de que o partido seja uma “contra-sociedade”. A mediação disso, o discurso, na ideia de Orlandi (1999), é o que torna possível não só a permanência e continuidade, como também o deslocamento e transformação do sujeito, conseqüentemente, da realidade vivida por ele. Sendo assim, a existência humana é produzida em sua essência pelo trabalho simbólico do discurso.

Bebendo na fonte do materialismo histórico, considera-se o indivíduo na sua história, portanto, de acordo com Orlandi (1999), o analista do discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade, uma vez que entende a importância dos processos e das condições de produção da linguagem pela análise da relação estabelecida entre a língua e os sujeitos que falam, situações que produzem “o dizer”. A autora deixa nítido que a finalidade histórica do discurso, articula, de modo particular, conhecimentos do campo das Ciências Sociais e do domínio da Linguística. Fundando-se em uma reflexão sobre a história da epistemologia e da filosofia do conhecimento empírico, tal articulação, aponta Orlandi (1999), tem como objetivo a transformação da prática das ciências sociais e também a dos estudos da linguagem.

É importante entender que Análise do Discurso é diferente de análise de conteúdo. Para Orlandi (1999):

A análise de conteúdo, como sabemos, procura extrair sentidos dos textos, respondendo à questão: o que o texto quer dizer? Diferentemente da análise de conteúdo, a Análise de Discurso considera que a linguagem não é transparente. Desse modo ela não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: como este texto significa? (ORLANDI, 1999, p. 17).

Sendo assim, cabe a AD atentar-se de que lugar esse texto foi produzido e quais os caminhos que entrelaçaram as ideias ali colocadas pelo sujeito que discursa.

Não só o discurso em si é importante, como também todo o contexto que o engendra; logo, mais uma vez, a importância da abordagem etnográfica fica evidente.

Voltando um pouco mais no passado da teoria AD é uma ruptura com o século XIX, no qual ascenderam como pilares humanos a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. Orlandi (1999) afirma que:

A Linguística constitui-se pela afirmação da não-transparência da linguagem: ela tem seu objetivo próprio, a língua, e esta tem sua ordem própria. Esta afirmação é fundamental para a Análise de Discurso, que procura mostrar que a relação linguagem/pensamento/mundo não é unívoca, não é uma relação direta que se faz termo-a-termo, isto é, não se passa diretamente de um a outro. Cada um tem suas especificidades. Por outro lado, a Análise de Discurso pressupõe o legado do materialismo histórico, isto é, o de que há um real da história de tal forma que o homem faz história, mas esta também não lhe é transparente. Daí, conjungando a língua com a história na produção de sentidos, esses estudos do discurso trabalham o que vai-se chamar a forma material (não abstrata como a da Linguística) que é a forma encarnada na história para produzir sentidos: esta forma é portanto linguístico-histórica (ORLANDI, 1999, p. 19).

Sendo assim, ainda em conformidade com Orlandi (1999), é possível inferir que: a língua possui sua ordem própria; no entanto só é relativamente autônoma. Se diferenciando da Linguística, ela reintroduz a noção de sujeito; a história é afetada pelo real no que tange ao simbólico (os fatos reclamam os sentidos); e finalmente, o sujeito de linguagem é descentrado, pois, é afetado pelo real da língua e também o real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Obviamente, tais processos redundam em dizer que o sujeito que discursa é movido pelo inconsciente e pela ideologia.

O que se é dito não é apenas mensagem para ser decodificada. O discurso é um emaranhado de sentidos, que exige do analista do discurso percepção e técnica de análise, para que ele possa, conforme salienta Orlandi (1999), entender os efeitos de sentidos, produzidos em condições determinadas, presentes na forma de “como se diz”. Consequentemente, o analista do discurso deve apreender os vestígios, que nada mais são do que as pistas que o conduzirão a compreender os sentidos produzidos, colocando em relação o ato de dizer com sua exterioridade, ou seja, as condições em que o discurso foi produzido, pois, tais sentidos têm a ver, segundo, Orlandi (1999) com o que foi enunciado (dito ali), mas também em outros lugares,

assim como com o que não é dito e com o que poderia ser dito e não foi. A autora salienta que, “as margens do dizer do texto” também fazem parte dele (ORLANDI, 1999, p.30).

O interdiscurso, para Orlandi (1999), juntamente com o intertexto, são os mobilizadores das relações de sentido. O interdiscurso é da ordem do saber discursivo e tem a memória afetada ao longo do dizer, ao passo que o intertexto está restringido à relação que se opera de um determinado texto com outros textos. Ainda em conformidade com a autora, o esquecimento não é estruturante para intertextualidade assim como é para o interdiscurso. Eni Orlandi (1999) aponta que:

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa também significa nas nossas palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem (ORLANDI, 1999, p. 32).

Subentende-se que desse modo, não é viável perguntar para quem enuncia, ou seja, para o sujeito do discurso, o que ele quis dizer, pois o que ele sabe ou quis dizer, em um único enunciado, não é suficiente para compreender todos os sentidos ali presentes. É importante entender que o sentido do discurso está entrelaçado com elementos significativos, vindos pela história, não pedindo licença, pois vem pela memória, compactuando para absorção de sentidos sedimentados em outros dizeres, o que para Orlandi (1999) fundamenta o jogo da língua que vai se historicizando.

Condições de produção de sentidos constituintes do discurso operam de acordo com certos fatores, dentre eles, a “relação de sentidos”. Por esse princípio, não existe discurso que não estabeleça relação com outros discursos. Há uma carga relacional em que um discurso aponta para outros que o sustentam, bem como para dizeres futuros. Assim, todo discurso é visto como um estado de processo discursivo mais amplo, portanto, contínuo (ORLANDI, 1999, p.39).

Forçosamente, há uma relação de ordem simbólica determinando que para que haja sentido é necessário que a língua seja observada como sistema sintático, passível de jogo de equívoco; logo, sujeita a falhas, se inscrevendo na história. Orlandi (1999) reitera que os efeitos linguísticos inscritos materialmente na história é o que cabe à discursividade. Nesse contexto, a relação infere-se por sentido. A relação determinada do sujeito, conforme aponta Orlandi (1999), está afetada pela língua e

pela história em conformidade com os sentidos, marca da subjetivação e, mesmo tempo, o principal traço da língua com há exterioridade, ou seja, não existe discurso sem sujeito e claro, não há sujeito sem ideologia e esta, está materialmente ligada ao inconsciente pela língua. Orlandi (1999) entende que

A forma-sujeito histórica que corresponde à sociedade atual representa bem a contradição: é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. Ele é capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabê-la. Essa é a base do que chamamos assujeitamento (ORLANDI, 1999, p.50).

Logo, compreende-se que ser livre e ao mesmo tempo submisso, refere-se à interferência recebida por esse sujeito totalmente influenciado pelo contexto que o cerca. A escuta discursiva é, para Orlandi (1999), uma espécie de dispositivo e, assim, necessita explicar o que para autora são “gestos de interpretação”, que se ligam aos processos de identificação dos sujeitos, bem como, a suas filiações de sentido.

Descrever a relação do sujeito com sua memória. Nessa empreitada, descrição e interpretação se inter-relacionam. E é também tarefa do analista distingui-las em seu propósito de compreensão (Orlandi, 1999, p.60). De acordo com a autora, a interpretação aparece em dois momentos de análise:

em um primeiro momento, é preciso considerar que a interpretação faz parte do objeto da análise, isto é, o sujeito que fala interpreta e o analista deve procurar descrever esse gesto de interpretação do sujeito que constitui o sentido submetido a análise;

em um segundo momento, é preciso compreender que não há descrição sem interpretação, então o próprio analista está envolvido na interpretação. Por isso é necessário introduzir-se um dispositivo teórico que possa intervir na relação do analista com os objetos simbólicos que analisa, produzindo um deslocamento em sua relação de sujeito com a interpretação: esse deslocamento vai permitir que ele trabalhe no entremeio da descrição com a interpretação (ORLANDI, 1991, p. 60-61).

Ou seja, para a autora, o que se espera do dispositivo do analista é que ele lhe permita trabalhar não em uma posição neutra, mas que seja relativizada em face da interpretação. Assim, tal deslocamento permitirá que ele trabalhe numa espécie de entremeio da descrição com a interpretação, conforme aponta Orlandi (1999):

é preciso que ele (entremeio) atravesse o efeito de transparência da linguagem, da literalidade do sentido e da onipotência do sujeito. Esse dispositivo vai assim investir na opacidade da linguagem, no descentramento do sujeito e no efeito metafórico, isto é, no equívoco, na falha e na materialidade. No trabalho da ideologia (ORLANDO, 1999, p. 61).

Não há análise do discurso sem mediação teórica permanente (ORLANDI, 1999), ou seja, em todos os passos de uma análise, exige-se a intermitência entre a descrição e a interpretação, constituindo ambas o processo de compreensão do analista. Orlandi (1999) afirma que é desta forma que o analista do discurso “encara” a linguagem.

Com todas as premissas até aqui estabelecidas, a construção do dispositivo analítico pelo analista do discurso, e como ele o particulariza, é construído a partir da questão que ele coloca diante dos materiais de análise que constituem o corpus e, principalmente, o que ele pretende compreender face ao domínio científico vinculado por ele (o analista) em seu trabalho. A partir disso, estará, compreendendo que o texto se textualiza, pronto para interpretar os resultados aos quais intenta chegar pela análise do discurso que ele empreendeu.

Eni Orlandi (1999) identifica que a construção desse dispositivo resulta na alteração da posição do leitor para o lugar construído pelo analista; este mostra a alteridade do cientista, a leitura outra que ele pode produzir. E tal lugar reflete, situa e compreende o movimento da interpretação inscrito no objeto simbólico, seu alvo. Ele pode, então, contemplar (teorizar) e expor (descrever) os efeitos da interpretação. São nessas condições, que segundo Orlandi (1999), se diz que o analista de discurso, diferente da análise hermeneuta, não interpreta, ele trabalha (n)os limites da interpretação, pois, não se coloca fora da história, do simbólico ou da ideologia. Sua posição é deslocada, o que lhe permite contemplar o processo de produção de sentidos em suas condições.

As tipologias da análise do discurso são constituídas por muitos critérios. O mais comum deles, em conformidade com Orlandi (1999), é refletido pelas distinções instucionais, bem como suas normas. A exemplo da afirmativa de Orlandi (1999), é possível mencionar: o discurso político (fundamental na presente pesquisa), o jurídico, o religioso, o jornalístico, o pedagógico, o médico, o científico. Cada um deles possui, segundo Orlandi (1999), variáveis (o terapêutico, o místico, o didático etc.). Há, ainda, outras variantes que necessitam atenção, pois também remetem a tipologia: discurso

histórico, sociológico, antropológico, biológico, físico, dentre outros. E por fim, cabe salientar outras diferenças: estilo (barroco, renascentista, etc.); gêneros (narrativa, descrição, dissertação); subdivisões presentes de categorias já mencionadas (no campo político, pode ser neo-liberal, marxista) e assim por diante (ORLANDI, 1999, p.85).

Eni Orlandi (1999) salienta que embora a tipologia seja útil ao analista do discurso, não faz parte das suas preocupações centrais, pois o que caracteriza o discurso, antes de tudo, não é o seu tipo, mas o seu funcionamento (ORLANDI, 1999, p.86). Ou seja, os tipos são resultados de funcionamentos cristalizados, adquirindo uma visibilidade sob uma rubrica, ou ainda, uma etiqueta resultante de fatores extradiscursivos (lógicos, sociológicos, psicológicos etc.). Orlandi (1999) explica que:

O que interessa primordialmente ao analista são as propriedades internas ao processo discursivo: condições, remissão a formações discursivas, modo de funcionamento. Certamente o fato de um discurso ser político, estabelece um seu regime e validade e cabe ao analista detectar essa ordem, esse regime. Mas ele não o faz pela classificação a priori- discurso político- mas pela observação de seu funcionamento. Discursos , a priori, não lidos como políticos, podem estar funcionando como tal (ORLANDI, 1999, 86).

Observando a tipologia proposta por Orlandi (1999), cabem algumas observações. Antes de tudo, de que tal tipologia obedece um princípio discursivo, afinal, não é feita a partir de categorizações apriorísticas e externas, mas internas ao funcionamento do próprio discurso. Orlandi (1999, p.87) salienta que as denominações lúdico, autoritário, polêmico não devem levar a pensar que se está julgando os sujeitos desses discursos; não é um juízo de valor, é uma descrição do funcionamento discursivo em relação a suas determinações histórico-sociais e ideológicas. Por esse motivo, seria equivocado tomar lúdico no sentido do brinquedo, interessa (aqui para quem analisa o discurso), o jogo. No entanto, o jogo de linguagem (polissemia), e não se deve tampouco tomar pejorativamente o autoritário como um traço de caráter do locutor, uma questão moralista, mas uma questão de fato simbólico (da injunção à paráfrase). As ilações feitas a partir da compreensão do funcionamento são resultados das interpretações do analista e devem estar apoiadas em um quadro teórico de referência (ORLANDI, 1999, p. 87).

Não se pode pensar, conforme tudo que foi visto até então, conceber discurso fora de um contexto, o que, fatalmente, fará um diálogo conciso entre o discurso e a

sociedade a qual todos nós estamos inseridos, uma vez que, conforme salienta Orlandi (1999):

Dito isso, é preciso acrescentar que uma sociedade como a nossa, pela sua constituição, pela sua organização e funcionamento, pensando-se o conjunto de suas práticas em sua materialidade, tende a produzir a dominância do discurso autoritário, sendo o lúdico o que vaza, por assim dizer, nos intervalos, derivas, margens das práticas sociais e institucionais. O discurso polêmico é possível e configura-se como uma prática de resistência e afrontamento (ORLANDI, 1999, 87).

Um discurso nunca é puramente autoritário, lúdico ou polêmico, pois vinculado aos mais variados contextos e sujeitos, haverá misturas, permitindo admitir que, *a priori*, é um discurso predominantemente autoritário, ou com tendências para tal. Cabe não categorizar; via de regra, é viável pensar que existem tendências, como por exemplo: tende para paráfrase, ou para a monossemia (quando autoritário), tende para a polissemia (quando lúdico) e se divide entre polissemia e paráfrase (quando polêmico). Dessa forma, evitam-se o que Orlandi (1999, p.88) denomina como “as etiquetas definidoras”, interpretadas mais pela forte carga ideológica que palavras como “autoritário” carregam do que pela sua remissão a um funcionamento discursivo. Resta dizer que há relações de múltiplas e diferentes naturezas entre diferentes discursos e isso também é objeto de análise: relações de exclusão, de inclusão, de sustentação mútua, de oposição, migração de elementos de um discurso para outro, etc. (ORLANDI, 1999, p.88).

Os textos (discursos) devem ser reconhecidos pelo analista do discurso em sua materialidade discursiva e este, tem como tarefa observar os indícios (vestígios e pistas), deixados nas malhas do discurso, cuidando para não tropeçar nem na análise linguística, tampouco na análise de conteúdo. Por isso a importância da técnica. Conforme pontua Orlandi (1999), a Análise do Discurso se constitui na relação de pressuposição com a Linguística e numa proximidade – porque se interessa pelo social e pelo histórico – com as Ciências Sociais; isso porque ela também tem de mostrar os meios pelos quais se demarca delas em sua prática analítica (ORLANDI, 1999, p.90).

Não se atravessa um texto para extrair, atrás dele, um conteúdo. Para-se em sua materialidade discursiva para compreender como os sentidos – e os sujeitos – nele se constituem a seus interlocutores, como efeitos de sentidos filiados a redes de

significação. É isso que significa dizer que na Análise Linguística e na Análise de Conteúdo se trabalha com produtos, e na Análise de Discurso com os processos de constituição, dos sujeitos e dos sentidos (ORLANDI, 1999, p.91).

7. ANÁLISE DOS DADOS: ESPAÇO DA PARTILHA CONCEITUAL (Muito obrigada, Édipo)

Meu colega de Labeu (Laboratório de Espacialidades Urbanas), Edipo Djavan dos Reis Göergern (2017) em sua brilhante dissertação **Homossexualidades na territorialidade gaúcha**, também optou pela Análise do Discurso. Para tanto, Göergern (2017) compreendeu que mais importante que construir conceitos, faz-se necessário “precisar as dimensões que os constituem, para então, chegar às perguntas em si” (GRÖERGEN, 2017, p. 82). O autor partiu dos conceitos: sujeito; identidade homossexual; identidade tradicionalista; espacialidade múltipla. A partir desses conceitos é que, de acordo com Göergern(2017) desmembraram-se as dimensões pessoal, social e territorial.

Em minha pesquisa são fundamentais os conceitos de: Negritude, Feminismo Negro; espaço da militância (e seu cotidiano); intersecção (raça, classe e gênero). Considerei duas dimensões apresentadas por Göergern (2017): espacial e social, mais uma terceira, a de espaço paradoxal.

Considerando as concepções de negritude, as intersecções com classe e gênero (que também articula eixos de dominação e opressão) e conseqüentemente, as espacialidades criadas pelas feminilidades negras da pesquisa e a elaboração desse espaço, aqui defendido como paradoxal, é também importante entender o feminismo negro interseccional e sua dinâmica histórica de elaboração de sujeitos políticos, um dos motes da pesquisa, uma vez que conforme aponta bell hooks (2000):

É essencial para o prosseguimento da luta feminista que as mulheres negras reconheçam a vantagem especial que nossa perspectiva de marginalidade nos dá e fazer uso dessa perspectiva para criticar a dominação racista, classista e a hegemonia sexista, bem como refutar e criar uma contra hegemonia. Eu estou sugerindo que temos um papel central a desempenhar na realização da teoria feminista e uma contribuição a oferecer que é única e valiosa (HOOKS, 2000, p.15).

Fundamental também na análise das entrevistas sobre o espaço da militância e cotidiano, presumindo que a reconstrução desse espaço no dia a dia das entrevistadas podem trazer tendências de perceberem os mecanismos de

participação formal, tanto nos partidos como no Movimento Negro, como uma política hegemônica, portanto, branca e excludente.

A espacialidade da mulher negra, precisa ser interrogada por meio da pergunta de partida da pesquisa: Como a negritude, enquanto elemento constituinte das interseccionalidades de diferentes feminilidades, produz relações espaciais paradoxais?

O quadro dos eixos e das dimensões a serem analisadas nas entrevistas está exposto conforme aponta a figura 1.

APENDICE A- TABELA CONCEITUAL

CONCEITO	DIMENSAO	PERGUNTAS
NEGRITUDE	PESSOAL	Tem a intenção de conhecer ao máximo a entrevistada, constando nome, idade, relação com o próprio corpo.
	SOCIAL	Busca entender os como papeis da mulher negra foram construídos socialmente dentro dos partidos políticos e/ou Movimento Negro.
	ESPACIAL	Procura evidenciar se a militância é espaço de superação das exclusões provocadas pela negritude.
FEMINISMO INTERSECCIONAL	PESSOAL	Verificar se uma militância sobrepõe a outra.
	SOCIAL	Entender quais circunstâncias as levaram para militância
	ESPACIAL	Qual espaço dado a mulher negra dentro da militância.
MILITANCIA E COTIDIANO	PESSOAL	Saber se a militância está restrita a movimentos sociais ou partidos políticos
	SOCIAL	Investigar se as pautas inerentes ao feminismo negro fazem parte dos partidos.
	ESPACIAL	Qual o espaço das mulheres negras dentro dos partidos políticos e movimentos sociais.
ESPACIALIDADE DA MULHER NEGRA	PESSOAL	Se existe lugar específico de luta.
	SOCIAL	Se a permanência do corpo negro em espaços de negação, também pode ser visto como uma espacialidade.
	ESPACIAL	A espacialidade do corpo negro nas esferas de poder
CONTEXTOS DE POLISSEMIA NO CONCEITO DE EMPODERAMENTO	PESSOAL	O que pessoalmente a palavra empoderamento significa.
	SOCIAL	Como se opera o empoderamento entre os pares.
	ESPACIAL	A co-existência de múltiplas espacialidades interseccionadas.

O quadro foi construído pensando que as mulheres militantes reivindicam seu papel de sujeito político, perpassadas por suas subjetividades. Há, certamente, um entendimento múltiplo das construções da identidade negra. Existe também uma preocupação em observar de que maneira elas constroem seu espaço (numa concepção de espaço como relações de troca), priorizando a concepção de espaço paradoxal. Outro aspecto a ser valorizado é o ativismo político como válvula propulsora de uma tomada de consciência da negritude, inerente de quem está dentro da militância. Em um último momento, o fortalecimento da negritude feminina, sem a essencialização do feminino, mas a sua reelaboração dentro de espaços coletivos,

oferecendo-lhes a oportunidade de mudar a realidade imposta para mulheres negras, dentro e fora do ativismo político.

É provável que essas mulheres, atreladas aos seus processos de militância, relativizem a importância de suas subjetividades e sua relação afetiva com o corpo negro, uma vez que a militância nos intima a pensar que a luta é fundamentalmente de classes. Pode ser que essas feminilidades negras escolham o fortalecimento da luta social e/ou de classes, acima da luta antirracista, por entenderem que se não houver momentos de recuo de suas pautas, dentro desses espaços, inviabilizaria suas permanências, inviabilizando suas participações na construção de novas saídas para o insalubre contexto político-social que nos rodeia.

7.1. ESPAÇO DA MILITÂNCIA: ESCOLHA OU IMPOSIÇÃO?

As eleições de 2018 trouxeram à tona um novo perfil de candidatas às eleições. A jornalista Inês Garçon (2018), da Revista Fórum, associa a história de luta da Vereadora Marielle como impulsionador do lançamento de candidaturas de mulheres negras de diversos partidos, incluindo esquerda e direita.

Quando perceberam que uma mulher negra, favelada, lésbica, conseguiu ser eleita, mas infelizmente com sua trajetória política interrompida por um atentado, entenderam o que significa uma mulher negra ser sujeito político atuante nas decisões do estado, superando a ideia de invisibilidade política. Aliás, não se pode entender as mulheres negras como uma ausência, como qualquer conceito estereotipado de mulheres negras faz, colocando-as em um lugar de vítima, ignorando suas participações em espaços de resistência onde, seu empobrecimento advindo da história de escravização, expõe a mulher negra a práticas culturais retrógradas e de múltiplas discriminações. Como mulheres negras, “(...) precisamos olhar para a questão crucial de como podemos nos organizar a fim de voltar a atenção para a totalidade de nossa opressão” (AMOS e PAMAR, 1984, p.18).

A briga no campo político é sinalizada por um ultimato ainda em conformidade com Amos e Pamar (1984):

Não há escolhas para nós. Não podemos simplesmente priorizar um aspecto de nossa opressão e excluir os outros, pois a realidade do nosso dia-dia torna imprescindível considerarmos a natureza simultânea de nossa opressão e exploração (AMOS e PAMAR, 1984, p.18).

A militância não é, então, como já foi dito anteriormente, uma escolha para as mulheres negras. É a única saída de resistência e construção de estratégias políticas. Não nos cabendo escolher, dentro de tal militância, o que é mais importante (raça, sexualidade, classe social ou opressão de gênero).

As entrevistas foram todas gravadas no aparelho celular. Posteriormente, foram transcritas, conforme propõe Gil (2008).

A escolha dessas mulheres não foi aleatória e não foi por indicação. A minha intenção foi conseguir vincular a ideia de feminilidade a negras que rompem com o discurso de subalternidade. Em suma, é uma busca, espero que eficaz, de comprovar que somos sujeitos ativos na elaboração de conceitos e não mais apenas material de análise externa, mas sim, reconhecedoras de nossas próprias realidades.

A pré-análise da entrevista, em conformidade com as ideias de Bardin (2000) está baseada na transcrição. Para tanto, necessita-se de várias leituras a respeito do material. O autor ainda coloca que quem realiza a entrevista efetua o ato de pré-análise já durante a transcrição, e não após.

Queiroz (1983) afirmou, ao apresentar sua experiência em relatos de histórias de vida, que o ato de transcrever se equivale à reprodução de um documento (a gravação) em um segundo exemplar (material escrito) que exiba total conformidade e identidade com o primeiro. Segundo ele, a definição de transcrição indica já como preferencial à execução da tarefa pelo próprio pesquisador e traz como vantagem a oportunidade de uma “primeira reflexão sobre sua experiência”. O autor afirma:

Ao escutar a fita, o entrevistador consegue “captar a experiência sem a acuidade dos envoltimentos emocionais que o contexto vivo” (entrevista) acarretava e poderá retomar a experiência para aprofundar suas observações. Dessa forma, “ao efetuar a transcrição o pesquisador tem, então, a invejável posição de ser ao mesmo tempo interior e exterior à experiência” (QUEIROZ, 1983, p. 84).

Houve uma preocupação em compreender sempre as dimensões aqui salientadas: pessoal, social e espacial; articulando que não há um quadro imediato do ponto de vista dos oprimidos. A identidade, incluindo a identidade pessoal, não gera ciência, mas posicionamento crítico (HARAWAY, 1991, p. 193). Sudbury (2003) explica que:

Se a política de identidade significa que eu escrevo “como uma mulher negra”, então a política de posicionamento exige que eu escreva como uma mulher negra situada em uma estrutura temporal, perspectiva ideológica e estrutura geográfica determinadas (SUDBURY, 2003, p.63).

Com isso, não quer dizer que minha relação com essas mulheres seja de complacência, ou total entendimento de seus relatos. Pelo contrário, exigiu de mim, para além de um afastamento oportuno de pesquisadora, extrapolar “certezas” que eu trazia em relação à militância, à identidade negra e ao corpo negro dentro do espaço da militância. Para tanto, houve em todas as etapas da pesquisa o empenho em entender suas histórias de maneira particular, sem misturar com a minha própria visão sobre militância.

Conforme Göergen (2017) trouxe em sua metodologia, as entrevistas não se deram de forma tão linear e sofrem algumas interferências. Em alguns momentos algumas me chamavam de “Lou” e fizeram parênteses na entrevista sorrindo e buscando em mim certa cumplicidade, mas ainda assim, seguiram um fio condutor sistematizado, a fim de que se compreendesse as quatro dimensões da pesquisa, com perguntas direcionadas para os âmbitos pessoal, social e espacial.

Até a qualificação pensei que seria possível acompanhar minhas feminilidades negras em seus espaços de militância, mas por terem uma agenda intensa e incompatível com a minha, a entrevista semiestruturada tornou-se o mecanismo mais indicado para o pouco tempo que resta de pesquisa de campo no mestrado. As entrevistas foram pensadas então para compreender a relação que tinham com seu corpo negro, suas afetividades mais aparentes e de que maneira tais fatores reverberam nas suas espacialidades.

Novamente menciono Göergen (2017), pois ele afirma que cada conceito condiz a especificidades importantes para dar respostas aos objetivos e questionamentos do trabalho. Para ele, se faz necessário conhecer como o entrevistado compreende a si mesmo e sua identidade. É interessante pensar que as mulheres negras têm, da aparência física, passando por suas relações pessoais/profissionais, uma militância para além dos espaços em que são provocadas a militar. Suas experiências pessoais são importantes, e de acordo Avtar Brah (2006), a noção de experiência é um conceito-chave para o feminismo (aqui destaco, feminismo interseccional) e está no cerne dos processos de construção da subjetividade para a compreensão do “lugar” de formação do sujeito. É por esse motivo que no processo

de constituição política, salientado por Gleicy Maily da Silva (2019), muitos movimentos de mulheres atribuem centralidade às suas experiências pessoais com a finalidade de contestarem as relações assimétricas de poder que as cercam no cotidiano. As mulheres militantes transformam tais relatos em perspectivas de mudança.

Ainda em conformidade com o método utilizado por Göergen (2017), estão situadas cinco tabelas, cada uma com a mesma estrutura; no entanto, condizendo a um conceito em específico. As tabelas apresentam três colunas, intituladas cada uma por: resumo, derivação e análise. Para as duas primeiras colunas destina-se uma linha para cada entrevistado, sendo a terceira uma linha por conceito, contemplando as seis entrevistadas. Assim como Göergen (2017) articulou, nas células da tabela condizentes ao “resumo” há um relato daquilo que foi contado pela pessoa entrevistada condizente ao conceito em questão. Levando em conta que se anseia encontrar semelhanças de sentido nos discursos dos entrevistados, para melhor se organizar a análise, busca-se nos escritos de Orlandi (2012) o conceito da paráfrase, já discutida na metodologia, para se encontrar as locuções que se repetem entre as respostas. Para tanto, na segunda coluna, que leva por título derivação, elencam-se, ao lado de cada relato, uma sequência de frases correspondentes a temas que vêm a se repetir entre as entrevistadas.

Em um último momento, ainda tendo como referência o modelo estabelecido por Reis (2017), após se ter feito os relatos de todas as entrevistadas na coluna do “resumo” e, se fragmentado suas falas em temas semelhantes, na célula mais à direita da tabela, intitulada “análise” é feito o entrecruzamento das informações resultando num texto síntese agregando as derivações de todos os entrevistados que será usado enquanto base para a análise a seguir, o que representa o movimento de dessuperficialização (ORLANDI, 1999), conforme é assegurado por Silva (2013). Seguem-se dois exemplos. Cada exemplo apresenta o “resumo” e a “derivação” dos Entrevistados 1 e 2 e parte da “análise”, da tabela do conceito “negritude” e “feminismo negro interseccional”. Assim, compreende-se de que maneira se procedeu o desdobramento metodológico que veio a viabilizar a execução da análise deste trabalho.

Exemplo: Tabela 2: Eixo
Negritude

ENTREVISTA	DERIVAÇÃO	ANÁLISE
<p>Entrevistada 1: Fisicamente eu me descrevo... primeiramente como negra, né? Uma mulher negra. Atualmente de tranças longas, né?! Cabelo colorido. Adoro sempre 'tá' com meu cabelo colorido, hammm, estatura alta, acredito eu, magra e..com traços faciais bem..hamm, negros, né?!</p>	<p>-se identifica com a identidade negra</p> <ul style="list-style-type: none"> - relaciona a sua negritude aos traços físicos e salienta os fatores dito negroides. - Aceitação da negritude como um elemento importante na saúde mental. - Cabelo com fator importante da negritude. 	<p>Todas se reconhecem como negras. Fica evidente que a negritude é um processo o qual, para as mulheres negras, mexe com suas subjetividades e autoestima. Todas reconhecem o fenótipo negro como uma construção social.</p>
<p>Bem negroides. Boca larga, nariz também, a testa talvez um pouquinho grande, e... emocionalmente, eu diria que por conta do processo de análise que eu venho fazendo, que...a minha saúde mental é razoavelmente boa, assim ela é positiva, né?! Minha percepção da minha saúde mental é positiva e que eu já melhorei muito, mas que ainda há coisas que me tocam muito e, de vez em quando, me abalam.</p>		

Exemplo 3: Tabela do Conceito de
Feminismo Interseccional:
EIXO FEMINISMO
INTERSECCIONAL

ENTREVISTA	DERIVAÇÃO	ANÁLISE
<p>Entrevistada 1:</p> <p>Ahm... somos chefes de família, somos quem ...ahmm, muitas vezes carregamos as questões do nosso movimento, que lidamos com todas as questões da nossa casa, que temos que ascender mil vezes mais que outras pessoas, 'pra' termos o mesmo reconhecimento... Mas eu também acho que ser mulher negra é algo muito bonito, porque, essa nossa essência de luta, ela... é muito bacana sim e essa nossa superação e essa nossa garra, só a gente tem, sabe? Só a gente passa pelo que a gente passa.</p> <p>Então, ser mulher negra, além da pele, é uma questão também muito maior, né? É essa resistência.</p>	<p>sobreposição de papéis familiaridade com o signo luta.</p> <p>superação, garra, esforço, como características inerentes do ser negra.</p>	<p>A mulher negra está atravessada por situações que as convoca a superar o Passado de escravidão.</p> <p>Para isso estabelece estratégias de resistência e superação nos mais variados espaços que ocupa. Ainda se vê prejudicada</p>
<p>Entrevistada 2:</p> <p>"nós mulheres negras estamos nos reafirmando e a gente tá delimitando os nossos espaços dentro...sendo ele na política, ou sendo ele na sociedade, ser negra pensante incomoda, incomoda muito essa sociedade, e incomoda principalmente aquelas pessoas que querem que nós negras e negros voltamos... querem que a gente volte pras senzalas, querem que a gente volte a pilotar os fogões, a limpar chão, mas eu sempre digo em alto e bom tom: nós negras, não voltaremos mais pras senzalas e se for pra pilotar que seja em grande estilo nossas vidas, e que se for pra limpar alguma coisa acho que tem, acho não, certamente, é pra limpar a hipocrisia humana."</p>	<p>ser negra é resistir</p> <p>sobreposição de papéis produção de desigualdade produzido pela cor da pele e pela situação econômica.</p>	<p>por questões de ordem de raça, classe e gênero, uma vez que acaba assumindo vários papéis, dentre eles ser afiguram central no sustento de suas famílias. Sair do espaço comumente destinado às pessoas negras visto como uma insurgência.</p>

Ainda seguindo as ideias de Göergen (2017), a tabela fez com que, para a realização desta avaliação, se utilizasse a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo – kDSC (LEFEVRE, F.; LEFEVRE, 2006), que é uma proposta de organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos de depoimentos. Tendo como fundamento a teoria da Representação Social e seus pressupostos

sociológicos, a proposta consiste basicamente em analisar o material verbal coletado, extraído de cada um dos depoimentos. O Discurso do Sujeito Coletivo é uma modalidade de apresentação de resultados de pesquisas qualitativas, que tem depoimentos como matéria-prima, sob a forma de um ou vários discursos-síntese escritos na primeira pessoa do singular, expediente que visa expressar o pensamento de uma coletividade, como se esta coletividade fosse o emissor de um discurso (ANA MARIA CAVALCANTI, LEFEVRE, et al, 2002).

7.2. EIXO NEGRITUDE

A primeira tabulação de perguntas trabalhou em cima do conceito de negritude, momento em que a dimensão pessoal tentou evidenciar qual a relação que as entrevistadas possuem com sua própria negritude, uma vez que ser negra significa para além de uma elaboração dos aspectos físicos, mas também psicológicos de cada uma, uma vez que as feminilidades negras encerram em si múltiplos significados, privilegiando a questão física (cabelo, cor da pele, traços) como um dos marcadores principais de sua negritude.

Para quem está politicamente à esquerda, parece bastante óbvio que o movimento da negritude, no que tange sua elaboração inicial, sofre influência do marxismo, buscando, no cerne das discussões, uma visão da negritude crítica e autônoma. De acordo com Domingues (2005), é possível compreender que parte dessa criticidade negra refuta valores dominantes de beleza, estética, etc, o que resulta em uma busca, por parte das mulheres, em se colocarem como belas com seus traços e cor da pele. Conforme mostram os depoimentos a seguir:

Fisicamente eu me descrevo... primeiramente como negra, né? Uma mulher negra. Atualmente de tranças longas, né?! Cabelo colorido. Adoro sempre 'tá' com meu cabelo colorido, hammm, estatura alta, acredito eu, magra e..com traços faciais bem..hamm, negros, né?! Bem negroides. Boca larga, nariz também, a testa talvez um pouquinho grande, e... emocionalmente, eu diria que....por conta do processo de análise que eu venho fazendo, que...a minha saúde mental é razoavelmente boa, assim...ela é positiva, né?! Minha percepção da minha saúde mental é positiva e que eu já melhorei muito, mas que ainda há coisas que me tocam muito e, de vez em quando, me abalam emocionalmente bastante (Entrevistada número 1).

Bom, fisicamente assim eu gosto de dizer que eu sou uma mulher negra e linda. Adoro me falar isso todos os dias, quando eu me levanto da minha

cama, eu olho pro espelho e digo: sou uma mulher negra e sou uma mulher linda (...) (Entrevistada número 2).

Bom. Eu sou uma mulher negra retinta. Eu tenho um pouco mais de um metro e meio, 1,59 para ser exata. Olhos escuros, acho que tenho os traços negroides bastante salientes. É..... não me considero magra. Acho que fisicamente são os traços que mais ressalta, né? A questão da pigmentação, do cabelo crespo, dos traços negroides, altura. E é isso. Acho que é isso (Entrevistada número 4).

A estética segue forte impacto político para a população negra, é necessário atentar para a pluralidade dessas mulheres, uma vez que os processos de autodefinição (COLLINS, 1990) que atravessam não implicam homogeneidade, mas diversidade na construção coletiva de significados. Contudo, é inegável que nesses relatos a experiência em torno do corpo figura como um marcador de transformação e de valorização da beleza negra, de modo que os impactos subjetivos de suas autodefinições não podem e nem devem ser alienados.

Ainda é possível perceber que todas se reconhecem como negras. Fica evidente que a negritude é um processo, que para essas mulheres negras, mexe com suas subjetividades e autoestima. No entanto, o ato de reconhecer-se negra é também um processo de construção social.

Eu sou uma jovem mulher negra. Sou mãe de uma menina de 14 anos, sou estudante, sou trabalhadora, sou militante, e tenho como principal hoje assim na minha constituição, a certeza de que ter a consciência de ser uma mulher negra, hamm... me fez...muito...mais forte, assim. Na minha descrição, hoje, eu tenho consciência de que eu sou uma mulher negra (Entrevistada número 3).

Eu sou uma mulher negra, com uma certa caminhada, né?, com 47 anos dá pra dizer que já fiz alguma coisa nessa vida, ham...Eu me autodeclaro negra, ham. mas não tenho a pele escura, tão retinta. É estranho, mas em alguns estados do nordeste eu já fui lida como parda, mas na minha família que tem várias pessoas assim com meu tom de pele, que eu acho que é parecido com o teu até, ham, não existe esse negócio de mais clara, sarará, enfim, que nem eu já ouvi falar por aí. Eu cresci ouvindo minha mãe dizendo que passou das 6 horas é noite, então, eu nunca levei a sério essas nuances. Mas nos últimos tempos, até em função das discussões sobre colorismo e...de alguns aspectos que cercam até a minha vivência sobre racismo eu tenho olhado mais pra essas questões que até então eu não considerava relevante. Eu me considerava negra, eu cresci numa cidade de colonização alemã e enfim, mas

eu acho que existe diferença sim entre eu e pessoas da minha família que são mais escuras, ou pessoas da minha família que são mais claras que eu. (Entrevistada número 5).

Embora aqui não se busque fazer uma análise frontal sobre colorismo, trago as considerações de Giovana Xavier da Conceição Nascimento (2015), quando a autora coloca que é também herança do processo de escravização a diferenciação pelo tom da pele negra. De acordo com a autora:

Nos passados presentes, as representações das mulheres escuras precisavam ficar de fora. Elas eram incongruentes com o projeto de feminilidade respeitada (onde se incluía a beleza eugênica) que a elite de cor edificava com suas centenas de portraits de novas mulheres. Mulatas refinadas, instruídas e sofisticadas, como a representante da “espécime de Amtour Work”, registrada pela câmera de W. W. Holland em texto onde “professores” e “líderes” poderiam aprender a escolher “boas fotografias” e a disseminar a mesma prática entre os demais membros da raça (NASCIMENTO, 2015, p. 163).

Há de se considerar que, a mulher negra, não bastando as opressões de gênero, raça e classe, ainda é obrigada a passar por uma espécie de peneira, onde é dividida e categorizada dentro desse espaço de exclusão que lhe foi relegado.

Dentro dessas descrições, chama atenção também o uso de “consciência”. Pensando que, conforme afirma Nina Nilmo Gomes (2003) a identidade negra é uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Não se nasce, ainda mais dentro de uma sociedade racista, entendendo a importância do reconhecimento histórico e cultural da negritude. Há, sim, por parte de quem tem essa tal “tomada de consciência”, inúmeras tentativas de se tentar construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, um desafio enfrentado pelos negros brasileiros (GOMES, 2003, p.171).

7.3. EIXO: FEMINISMO NEGRO INTERSECCIONAL

O feminismo interseccional é o único feminismo que cabe para mulheres negras, pois nós nos encontramos no centro da marginalidade espacial (seja essa, cultural, social ou política). Nossa perspectiva não é alegórica, tampouco apenas de vivência, mas a junção da experiência de quem vive em uma sociedade racista, machista, sexista e busca uma saída teórica e prática, para tal superação. bell hooks, em seu artigo *Mulheres negras: moldando a teoria feminista* (2015), nos faz um convite para entender a importância de um feminismo que não aliene raça e classe. Entender que o feminismo negro e interseccional coloca a nós, mulheres negras no centro dos debates, uma vez que é na classe trabalhadora que se concentra nossos pares, ou seja, a luta é de raça, é de gênero mas é, também, fundamentalmente de classe. E nós temos um olhar privilegiado para estabelecer a crítica. Conforme salientou bell hooks:

É essencial para a continuação da luta feminista que as mulheres negras reconheçam o ponto de vista especial que a nossa marginalidade nos dá e façam uso dessa perspectiva para criticar a hegemonia racista, classista e sexista dominante e vislumbrar e criar uma contra-hegemonia. Estou sugerindo que temos um papel central a desempenhar na construção da teoria feminista e uma contribuição a oferecer que é única e valiosa. A formação de uma teoria e uma práxis feministas libertadoras é de responsabilidade coletiva, uma responsabilidade que deve ser compartilhada. Apesar de criticar aspectos do movimento feminista como o conhecemos até agora – crítica que às vezes é dura e implacável – eu o faço não em uma tentativa de diminuir a luta feminista, mas de enriquecer, de compartilhar o trabalho de construção de uma ideologia libertadora e de um movimento libertador (hooks, 2015, p. 208).

Percebi, ao longo das entrevistas com as feminilidades negras um discurso potente, que além de ser contrário à opressão de gênero, coloca raça e gênero como demarcadores importantes da resistência:

Ahm... somos chefes de família, somos quem ...ahmm, muitas vezes carregamos as questões do nosso movimento, que lidamos com todas as questões da nossa casa, que temos que ascender mil vezes mais que outras pessoas, 'pra' termos o mesmo reconhecimento... Mas eu também acho que ser mulher negra é algo muito bonito, porque, essa nossa essência de luta, ela é muito bacana sim e essa nossa superação e essa nossa garra, só a gente tem, sabe? Só a gente passa pelo que a gente passa. Então, ser mulher

negra, além da pele, é uma questão também muito maior, né? É essa resistência (Entrevistada 1).

() todo momento, nós mulheres negras estamos nos reafirmando e a gente á delimitando os nossos espaços dentro. sendo ele na política, ou sendo ele na sociedade, ser negra pensante incomoda, incomoda muito essa sociedade, e incomoda principalmente aquelas pessoas que querem que nós negras e negros voltamos...voltemos.....querem que a gente volte pras senzalas, querem que a gente volte a pilotar os fogões , a limpar chão, mas eu sempre digo em alto e bom tom: nós negras, não voltaremos mais pras senzalas e se for pra pilotar que seja em grande estilo nossas vidas, e que se for pra limpar alguma coisa acho que tem, acho não, certamente, é pra limpar a hipocrisia humana (Entrevistada 3).

Acho que se entender hoje uma mulher negra , entender que entender que toda essa minha constituição é uma também de resistência. A gente aprende a resistir assumindo a nossa identidade. Então, por exemplo, quando eu tô na faculdade eu sou uma mulher e eu sou uma mulher negra, e eu não sou uma mulher nas mesmas condições das minhas colegas, por exemplo. Eu sou uma mulher negra que trabalha o dia inteiro, que é mãe de uma menina de 14 anos, que precisa sustentar uma casa, que não tem total disposição para estudar .A..a...a faculdade ela não...ela não tá nem aí para minha condição. Então tá lá é uma outra forma de resistir. No trabalho da mesma forma, né? Eu sou uma das poucas mulheres negras no espaço. Sou uma das poucas não. Sou a única mulher negra no espaço em que eu trabalho (Entrevistada 3).

()nas últimas eleições, 2018, houve um aumento de mulheres negras eleitas e essas mulheres são extremamente participativas extremamente importantes, principalmente na conjuntura política que a gente se encontra. Então acredito que nesse momento , é. , a política, as mulheres que estão na política , que fazem um enfrentamento político , uma resistência política , elas são muito importantes, né? talvez seja nesse caminho que nós estejamos é.. é..rompendo com esses limites , né?, superando, além de toda questão educacional, é.. a maneira como a gente se mantém é uma superação porque não é fácil, né?, nós que somos estudantes , que somos acadêmicas , que somos mestrandas, é, sabemos o quão difícil é se manter na pós graduação , muitas vezes sem bolsa, muitas vezes sem apoio, muitas vezes, até mesmo, sem perspectiva de continuidade . Então a gente conseguir se manter , resistir, porque é uma resistência, também pode ser vista e entendida como uma superação (Entrevistada 4).

Se os homens negros são os mais sujeitos a violência urbana, né?, e vítimas de homicídio, eu tenho certeza que as mulheres negras são o alvo preferido

pra violência simbólica, ataques reais ou virtuais, desqualificação e toda sorte de outras coisas, né? (Entrevistada número 5).

A mulher negra está atravessada por situações que as convoca a superar o passado de escravização. Para isso, estabelece estratégias de resistência e superação nos mais variados espaços que ocupa. Ainda se vê prejudicada por questões de ordem de raça, classe e gênero, uma vez que acaba assumindo vários papéis, dentre eles, em muitos casos, ser a figura central no sustento de suas famílias. Superar do espaço comumente destinado às pessoas negras, é visto por estas feminilidades como algo urgente. Novamente, cito bell hooks (2015):

Nós, mulheres negras sem qualquer “outro” institucionalizado que possamos discriminar, explorar ou oprimir, muitas vezes temos uma experiência de vida que desafia diretamente a estrutura social sexista, classista e racista vigente, e a ideologia concomitante a ela. Essa experiência pode moldar nossa consciência de tal maneira que nossa visão de mundo seja diferente da de quem tem um grau de privilégio (mesmo que relativo, dentro do sistema existente) (hooks, 2015, p.208).

É possível perceber que, mesmo que essas mulheres sejam acadêmicas e, já tenham superado, como no caso da entrevistada 5, a barreira socioeconômica, o fenótipo negro e tudo que simbolicamente ele abarca, faz com elas compreendam a importância de sua resistência diante do que lhes é posto.

Pra mim a militância foi uma alternativa de sobrevivência, né? Ham... eu creio que sempre a maioria dos negros e mulheres negras, que ascendem de alguma forma, né?, Durante muito tempo eu permaneci meio (tentei pelo menos) a parte dessas questões, buscando formação, tentando construir uma carreira e , como eu te falei antes, existe um estereótipo da figura, né?, é respeitável dentro das ciências naturais, né? Mas, ham, a partir do momento eu ‘tava’ titular, que eu já ‘tava’ procurando um espaço no meu campo de trabalho, eu percebi que por mais que eu lutasse, por mais que me esforçasse, por mais que eu fosse A, e eu quase sempre fui o A, eu não estava na preferência dos espaços, nas escolhas de promoção, nos melhores empregos, ou nas escolhas das premiação, né? Havia sempre um senão que era devido a barreira da cor, do racismo, da história de um país que cometeu o mais perfeito dos crimes, né?, O brasil então , ele promoveu a escravização de milhares de seres humanos, promoveu a infâmia, e continua promovendo o genocídio, e mesmo assim, atribuiu ao oprimido, né?, a figura violenta, culpa

da sua própria história e condição, né? Então ele nos fez acreditar e fez toda a sociedade acreditar que aquilo que nos falta enquanto cidadão e ser humano, se deve a nossa própria incapacidade e desqualificação, né? Então eu, ham... Eu tenho 'pra' mim que a militância para os negros deveria ser uma condição de sobrevivência mesmo, de progressão, de mobilidade econômica, de formação educacional. Em alguma medida a gente tá envolvida, ou pelo menos ter leituras, ou ter contatos, ou participar de espaços onde são feitas discussões pertinentes a relações de classe e raça (Entrevistada 5).

Existe um compromisso das feminilidades da pesquisa (e mulheres que escolhem a militância, em geral), em superar a barreira da perspectiva histórica, ocupar lugares que não são comumente destinados a mulheres negras. Julia Sudbury (2003) pontua que a exclusão das mulheres negras é reinterpretada como uma mácula infeliz de uma sociedade igualitária, impecável, e as barreiras estruturais são retraçadas como falta de encorajamento para que as jovens negras possam avançar (SUDBURY, 2003, p. 227). Ou seja, historicamente, advindas de uma sociedade manchada pelo processo de escravização, não há como pensar que, às mulheres negras o papel pré-destinado é a exclusão, a subalternidade e a marginalidade nos(dos) espaços de poder. Não temos equiparação em cargos de prestígio, pois os direitos não são iguais.

7.4. ESPAÇO DA MILITÂNCIA NO COTIDIANO

As mulheres negras se colocam como principais articuladoras dos movimentos sociais e/ou partidos políticos. Embora a permanência nesses espaços não seja exatamente confortável, sentem-se desafiadas a continuarem nesses lugares e, assim, contribuirão para quebra de paradigmas. A esquerda é racista e machista; o Movimento Negro faz distinção de gênero. Quando as mulheres negras entendem o partido como ferramenta política e aderem à militância partidária, não há uma aceitação amigável por parte dos partidos. É uma linha tênue entre aceitar e suportar a presença, por uma questão de coerência ideológica. As mulheres negras sabem que não são bem-vindas, mas mesmo assim continuam inseridas. Se as mulheres não se satisfazem apenas em serem “cotistas” dentro dos partidos, reivindicando protagonismo e liderança, a tendência é serem silenciadas ou até mesmo expostas. Embora raça não seja visto como pauta principal partidária, essas mulheres

demarcam que, mesmo que seja incômodo, irão exigir tal espaço, conforme apontam os relatos:

Eu acho que dentro do movimento negro, nós mulheres negras ocupamos um lugar central, de articulação, e de fazer as tarefas acontecerem. Apesar da gente ter que lidar com o machismo dos companheiros negros, ahm... eu vejo a gente como o sujeito político assim, sabe? Justamente por sermos a base da pirâmide social, a gente carrega isso, então acho que a gente tem um espaço muito...muito central na existência do movimento negro na...e na... na continuidade dele, entende? E dentro do partido, do meu partido por exemplo, é...em Santa Maria, a relação é super boa assim, ele é misto, né? Homens brancos, mulheres brancas, homens negros, mulheres negras... é uma relação boa, horizontal, democrática, porque foi algo que a gente construiu. E a gente só conseguiu construir isso, porque eu finquei muito o pé, porque eu xinguei muito, exigi formação, exigi retratação de coisas que eu considere racista e isso foi um processo, né? É, doloroso muitas vezes. Mas eu acho que, no geral assim, os partidos não nos recebem muito bem, eles não conseguem entender a necessidade da gente falar sobre raça como algo central e não somente como um apêndice, como algo que deve ser visto depois da luta de classes, então eu acho que precisa melhorar muito em questão desse aspecto. E eu continuo dentro do partido porque eu quero ver isso acontecer. Eu quero que seja um espaço seguro para nós mulheres negras para articularmos políticas, sermos sujeitos políticos, e usarmos dessa ferramenta que é o partido, como instrumento de luta de forma satisfatória, né? (Entrevistada 1)

Bom, você me pergunta do espaço da mulher negra dentro do Movimento Negro e eu, fazendo parte, hamm, do Movimento negro, eu faço um recorte local e sendo militante do Movimento Negro unificado, eu não posso deixar de citar a Lélia Gozales que foi uma mulher que revolucionou o Movimento Negro, que contribuiu para impulsionar, não apenas a problemática racial no Brasil, mas também o papel dessa mulher negra dentro da sociedade, onde ela afirmou que, a mulher negra, reafirmou a mulher negra como agente formador e protagonista da sua vida. Então, Lélia pra mim é uma inspiração enquanto Movimento Negro Feminista, e as palavras dela sempre me impulsionam a delimitar e reafirmar o meu local e dizer que sou protagonista da minha vida e da minha história. Já dentro do Partido dos Trabalhadores de Santa Maria, eu costumo dizer que, enquanto mulher negra, nesse espaço, nós temos que derrubar muitas barreiras e abrir as portas a ponta pé e marretada. Mesmo sabendo que não somos bem-vindas nesse espaço. O Partido dos Trabalhadores não recebe bem a mulher negra, o negro intelectual e o negro militante que tem voz e que tem posição. Ele não recebe

bem. E sabendo que, este partido deveria ser a voz da minoria, a voz daquelas pessoas que não têm voz, mas na prática isso, infelizmente, no Partido dos Trabalhadores não está acontecendo e não acontece na cidade de Santa Maria. Mas, eu estou aqui, estou no partido, hammm. Estou porque outros negros e outras negras, também já estiveram também já lutaram, já chegaram nesse espaço, e também se não fosse eles nesses espaços eu não estaria li. Eu construí uma caminhada de luta, uma caminhada de muitas aprovações, e reprovações dentro do Partido dos Trabalhadores. E a gente tá lá pra delimitar e dizer que nós existimos enquanto militantes, nós existimos enquanto negros pensantes dentro do partido e devem nos ouvir, e devem nos dar espaço. Porque hoje nós negras e negros, dentro do Partido dos Trabalhadores, eles querem que a gente seja um boneco de cotas, eles querem ser somente cotistas dentro do partido e que tá que você não pode falar, você não pode dizer nada, e quando você fala incomoda. E eu estou ali pra incomodar mesmo. Pra incomodar e pra dizer que nós negros podemos, nós negros temos condições de, de buscar uma vereança , buscar algo mais do que ser simples militantes que alguém diz o que fazer. Nós negros precisamos estar nesses lugares de decisões e temos que decidir o que nós queremos para o nosso Partido dos Trabalhadores em Santa Maria. E eu costumo dizer que estamos derrubando muitos paradigmas enquanto negros dentro do partido, mas a gente tem que dialogar muito mais, né?, para aí sim a gente conseguir se sentir bem-vindo neste espaço, que deveria ser um espaço de voz para todos. Não somente para alguns e algumas pessoas, mas sim para todos que querem contribuir para o crescimento do Partido dos Trabalhadores em Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul e por que não dizer, no Brasil? Eles têm que nos ouvir , devem nos ouvir enquanto minoria que não somos. Mas creio que deveremos ser resistência, deveremos ser protagonista, nesses espaços, principalmente nesses espaços de política, aonde nos incomodamos, eles se sentem acuados, se sentem incomodados com negras e negros que pensam , negras e negros que têm opinião formada e sabem daonde vêm , e sabem por quem eles devem lutar e por quem eles devem falar. E isso incomoda. E eu acho muito bom que incomode, porque se tivesse todo mundo no mesmo patamar , não precisaria nós estarmos lá reivindicando algo que deveria ser simplesmente natural nós estarmos nesses espaços (Entrevistada 2).

Acho que antes, para falar desses espaços, é importante dizer que eu não entrei no partido militando com consciência de que eu era mulher negra. Eu entrei muito a partir de uma necessidade urgente, que era a necessidade que eu tinha da vaga na creche .. ham... então esse entendimento de lutar pela causa.....pela mulher negra ...de ...de , se entender uma mulher negra, pra mim, eu tenho 10 anos de partido...10 anos não....a minha filha vai fazer 15

anos esse ano...quando ela tiver 15 anos e seis meses, eu tenho 15 anos de partido. Mas eu não entrei no partido com a consciência de que eu era uma mulher negra. Eu constituí essa consciência ao longo assim. Ao longo de um período. Através de muita militância, através de muita formação, através de muitos acontecimentos e vivências que eu não consigo explicar. A partir do momento... eu tive dois momentos: um foi num congresso de jovens estudantes da UNE, um Congresso Nacional de Estudantes onde eu conheci a Marielle Franco, ela falava de feminismo cotidiano. Bah, foi a primeira vez que eu assim, me entendi, que eu olhei e disse: Poxa vida! Eu sou uma mulher negra. E logo depois....ham...eu passei a ouvir algumas mulheres e comecei a procurar um pouco mais, as mulheres negras. Comecei a ouvir um pouco mais, até, tentando entender o que que o que elas falavam e se tinha relação..e eu via muita relação ao que eu sentia. A partir daí eu comecei a me entender uma mulher negra. E aí eu fui procurar o nosso grupo UNEGRO, que é a união de negros pela igualdade racial, um grupo em que muitos amigos partidários também participam, efim. e ali eu tive a consciência de que eu era uma mulher negra e de que as coisas pra mim não seriam da mesma forma que seria pra uma mulher branca e que nós tínhamos processos muito diferentes, não só de aprendizagem, mas também de entendimento. Eu acredito que.. hamm...que quando a gente vai falar de espaço. em qualquer lugar, qualquer, seja nos partidos, seja no movimento social., a gente não tem um espaço natural, a gente precisa conquistar. No meu partido, ele não é diferente, eu precisei nós precisamos conquistar o espaço, conquistar, a lutar por um espaço. hamm. Não é uma batalha fácil porque, não existe solidariedade por parte. hammm, por mais que se tenha um entendimento de que a gente precisa chegar nesses lugares eu acho que tem muito pouca solidariedadeporque a gente consegue falar de mulher no sentido coletivo, mas quando a gente traz a especificidades das mulheres negras, hamm, parece que se reduz. Parece que a batalha se reduz...ou tentam reduzir. Então eu também acho que é um processo de resistência a gente ocupar um espaço das mulheres negras. Então no meu partido não foi diferente. A gente precisou travar essa batalha e fazer com que o nosso coletivo entendesse de que nesse processo de resistência, as mais prejudicadas, até então, são as mulheres negras. Mas também, a maior forma de resistência surge, a partir da força das mulheres negras. Então eu acho que esse espaço ele é sempre com muito suor, ele é sempre com muita luta, ele precisa . ele precisa ser conquistado, ele jamais é dado, né? Eu acredito que no meu partido a gente tem o entendimento de que esse é um campo de resistência . Se a gente não discutir essa frente com muito carinho e intensidade, a gente não consegue ser um partido que consiga dialogar com a nossa sociedade (Entrevistada 3).

No movimento negro, na minha experiência acaba sendo um exercício também , né?, de paciência (risos). De certa maneira , ham..mas existe uma disputa, né? Vai existir uma disputa, é... por conta das relações com os homens, com os homens negros. Infelizmente a gente vive numa sociedade que é supremacista branca, então isso vai reger muito das nossas relações, infelizmente, e... os homens negros não estão imunes a reproduzir muito de um comportamento machista, de um comportamento misógino. Então, muitas vezes, é... nas organizações do Movimento Negro , a gente acaba tendo, enquanto mulheres negras, é... acaba tendo que se impor, é... de exigir, ham..algumas coisas , né? ham... é um espaço de disputa também , né? Um espaço importante de organização mas existe disputa como qualquer outra organização , como qualquer outro espaço. Já na política eu, embora tenha uma crescente das mulheres na política, inclusive eleitas, hamm. Penso eu que as mulheres negras ainda são, estão muito invisibilizadas em relação aos partidos , inclusive quando se trata dos recursos de campanha , né? , os recursos menores vão para essas mulheres , as que menos, por consequência, acabam tendo chance , é.. de..de..ham..de se elegerem , né? Acabam sendo essas mesmas mulheres. A estrutura partidária, todas, esquerda e direita , ainda é muito racista e muito excludente para nós . Eu não tenho dúvida disso (Entrevistada 4).

Eu acho que como qualquer outro espaço na sociedade, tanto o movimento negro, quanto os partidos, tem partidos que tem segmentos relacionados a discussões sobre raça e gênero. Ham, a estrutura interna desses espaços, são de reproduções de opressões, né? Que estão no bojo das relações de qualquer outro lugar na nossa sociedade. Então eu acho que são, sobretudo, espaços de aprendizado. Até espaço de aprendizado de luta, né?, De como resistir e de como construir perspectivas de diálogo, nesses locais que, ham...de forma diferente e alternativa , de fato livre e progressiva o que não é encontrado fora deles, né? E os cruzamentos estão todos ali, né?, postos , às vezes vendidos com outra cara, né, como espaços democráticos, como espaços em que você teoricamente poderia falar, poderia se posicionar, mas a gente sabe que de fato isso não acontece, né?, e deveriam ser espaços de coletividade , mas a maioria deles se atém a um velho padrão, né?, que é um padrão normativo, né?, e as mulheres negras nesses padrões normativos elas estão, de novo, são novamente preteridas, né? Então eu acho que existe, existe espaço para as mulheres negras dentro do movimento negro, existe espaço para as mulheres negras dentro dos partidos, segmentos que tratam sobre esses temas, mas é importante que a gente tenha consciência que não é uma luta tão simples e que não são espaços que são óbvios , né?, mesmo que aparentemente eles estejam postos e ali colocados pra gente poder operar, na prática isso não acontece (Entrevista 5).

Fica bem evidente que a militância, seja partidária e/ou dentro dos movimentos sociais, tem também suas agruras. Ainda em conformidade com Sudbury (2005):

As mulheres negras são ‘uma parte natural de muitas lutas’. Isso significa que temos inúmeros aliados potenciais diferentes. Ao mesmo tempo, significa que temos muitos opressores potenciais. Os homens negros, a classe trabalhadora masculina branca e as mulheres brancas, todos têm potencial de ser fontes de solidariedade, mas também de hostilidade e violência (SUDBURY, 2005, p. 237).

Talvez fosse injusto dizer que não é pauta da esquerda a preocupação racial, uma vez que, ideologias de esquerda comprometem-se com pautas mais igualitárias, o mesmo que se pode atribuir a movimentos sociais. No entanto, é possível identificar nos depoimentos supracitados que não há uma cadeira de honra dentro da luta para as mulheres negras. É uma queda de braço. O partido político e os movimentos sociais são ferramentas de luta e, não fugindo ao padrão, colocam a mulher negra na marginalidade. Por esse prisma, a luta das mulheres negras também é, recorrentemente, contra o machismo e o racismo.

7.5. OUTROS CONTEXTOS: A POLISEMIA DENTRO DA PALAVRA EMPODERAMENTO

A principal causa da mudança semântica, ou seja, da mudança de significado de uma palavra através dos tempos é a polissemia, que consiste no fato de uma determinada palavra ou expressão produzir diversos efeitos de sentido além de seu sentido mais comum (do grego polissemia = muitas significações) (ORLANDI, 2001, p.40).

A palavra empoderamento foi trazida propositalmente para dentro da discussão, para saber se as mulheres conseguiam relacionar tal categoria de análise como algo importante dentro da militância.

É preciso, antes de mais nada, entender que “empoderamento” tem sua base teórica fixada, inicialmente, no feminismo radical e por isso, foi utilizado por movimentos de base e obviamente, por ativistas feministas e só depois disso passou a ser considerado objeto de teorização (AITHAL, 1999). Problematizar empoderamento ganhou dois caminhos: o da academia, cultivando espaços nas perspectivas feministas sobre poder (ALLEN, 2005); o outro caminho foi os discursos

de desenvolvimento, aliás, bastante comuns nas esferas da esquerda e, que nesse processo, perdeu as conotações radicais, causando desconfiança entre as feministas não familiarizadas com suas origens radicais (AITHAL, 1999).

Conforme afirma Srilatha Baltiwala (1994), a questão do empoderamento, para ela surgiu:

“das origens que estão numa articulação das propostas feministas com os princípios da educação popular, mais precisamente, das reflexões de Paulo Freire sobre a “pedagogia do oprimido”, e das pedagogias libertadoras em geral. Batliwala também reconhece uma linha de pensamento que se inspira em Gramsci, especificamente, no que se refere à importância de criar mecanismos participativos para se construir democracias mais equitativas. Batliwala ressalta, porém, que as educadoras populares feministas desenvolveram sua própria abordagem, trazendo à baila a questão da subordinação das mulheres e da construção social dos gêneros (BALTWALA, 1994, p.127).

Ou seja:

“O termo empoderamento se refere a uma gama de atividades, da assertividade individual até à resistência, protesto e mobilização coletivas, que questionam as bases das relações de poder. No caso de indivíduos e grupos cujo acesso aos recursos e poder são determinados por classe, casta, etnicidade e gênero, o empoderamento começa quando eles não apenas reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes. Portanto, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos” (BALTWALA, 1994, p. 130).

Dito isso, ficou evidente que as feminilidades entrevistadas (menos a entrevistada 3 que não respondeu a pergunta) se apropriam do termo empoderamento de modo plurissignificativo (por isso friso a questão da polissemia, recorrente em trabalhos que utilizam da análise do discurso), aliado à teoria e a maneira com que elas vivem seus espaços de militância.

Eu penso que empoderamento, mesmo com todos os preconceitos que a gente passa, com toda questão do racismo, sexismo, da questão de LGBT fobia, né?, a questão do capitalismo mesmo, que a gente passa, a gente

conseguir transpor isso e ter poder de voz. Entende? A gente conseguir se colocar politicamente no mundo. Pra mim isso é empoderamento, né? A gente resgatar esse poder que sempre foi nosso e conseguir, exteriorizar ele, e..., eu me considero uma mulher empoderada, Ahm Eu acho que muitas vezes a gente tem medo de falar, tem medo de fazer, mas eu me considero empoderada porque mesmo com esse medo, eu vou lá e falo, eu vou lá e faço, eu luto, eu me movimento, eu me construo politicamente com outras mulheres negras. Eu acho que construção de consciência negra é o empoderamento, sabe? É isso é cotidiano, é coletivo, e eu passei e tô passando por esse processo, então eu me considero uma mulher empoderada, porque mesmo com todos esses percalços, todo esse medo, toda represália que eu possa passar, eu mesmo assim coloco na minha cabeça que é um movimento necessário e eu vou lá e faço (Entrevistada 1).

Pra mim o que é a palavra empoderamento. O sentido literal da palavra, lá do dicionário, é dar ou conceder o poder a alguém, ou a si próprio, mas pra mim, é muito mais do que isso. É garantir a participação social, a educação e acima de tudo o desenvolvimento de um pensar único, aonde nós podemos dizer que não precisamos que falem por nós, mulheres negras, porque nós mesmas podemos falar por nós, através do nosso lugar de fala. Eu acho que é isso. Acho que é, hamm, um pensar único, um pensar negro, um pensar do nosso lugar de fala, e a partir daí a gente falar e ver os olhinhos das outras negras brilhar e dizer: se ela pode, eu também posso, então eu vou, e vou pra frente e vou à luta. Eu acho que é isso a palavra empoderar é muito mais do que só o sentido literal, é uma palavra onde faz com que as mulheres se sintam, hamm, mais fortes, e acima de tudo, que, se ela pode eu também posso e se eu dera mão pra ela, eu vou vencer eu vou junto e vamos junto e se uma sobe a outra sobe junto, né? , é a filosofia unbuntu que também significa empoderar (Entrevistada 2).

Eu acho..eu não sei se eu me considero uma mulher empoderada porque é um termo tão complexo que ao mesmo tempo que... a gente pode se entender como empoderadas no sentido de que a gente realmente resiste e não desiste, tanto individual como coletivamente, porque muitas vezes as nossas ações individuais elas vão refletir é...na organização coletiva, vai refletir é..em outras pessoas, ham, mas eu não sei até que ponto a gente pode utilizar esse termo de maneira tão, tão concisa. Sabe? Mas também acredito que...a gente tente diariamente, é...elaborar da melhor maneira possível a nossa compreensão de empoderamento, né? Quando a gente tenta praticar a conscientização em nós mesmos e em outras pessoas, né? Quando a gente busca é... fazer trabalhos coletivos, trabalhos sociais, que vá refletir na estrutura, que vá refletir, é.. nas nossas relações (Entrevistada 4).

Eu acho que empoderamento é uma palavra da moda, né?, e na verdade ela tem sido muito gasta, usada, né?, pra coisas que não tem a ver com o que seria a finalidade essencial, né?, que é a gente, as mulheres ham...principalmente as mulheres negras terem consciência da sua própria força e poder, né? E o poder que... que a gente sempre teve na verdade, mas que a gente julgava não possuir. Porque a sociedade te diz o tempo todo que isso não é pra você, que você deve ficar num espaço de subalternidade, que você é o ponto fraco dentro dessa estrutura social, né?, então a sociedade sempre atribuiu uma fraqueza inerente a condição de mulher, a condição de todas as mulheres e especialmente de mulheres negras, né? Mesmo que seja um contraponto a questão da, de uma suposta força física e da maior resistência, mas a questão do poder enquanto engrenagem que pode movimentar essa sociedade, a engrenagem que pode alterar certos estatus, né? Certas condições impostas, né? E eu acho que a medida que você tem consciência desse lugar, e que o da fraqueza, da fragilidade, que esse não te pertence, né?, e que foi usurpado, né?, dessa força que foi usurpada pelo racismo e pelo machismo, eu creio que a gente consegue, se movimentar melhor, a gente consegue se organizar melhor, e a gente consegue espalhar, né?, essa sensação de poder, esse...essa noção, não sensação, só noção, mais noção do poder, né?, de alterar processos, de ..de diminuir desigualdades, e lutar por um lugar nessa sociedade que tem sido , ham, cotidianamente negado, né? (Entrevistada número 5)

Minhas feminilidades negras associam empoderamento à: lugar de fala, força psicológica e reorganização coletiva. No entanto, mesmo assim, encaram com desconfiança o termo, conforme evidencia-se no depoimento da entrevistada 4 e da entrevistada 5. Chamou-me atenção a entrevistada 3 ter desviado da pergunta e, como as deixei bem à vontade, para que a entrevista acontecesse como uma conversa, não a pressionei para responder.

É importante dizer que empoderamento, para nenhuma das feminilidades que quiseram responder a pergunta, está contaminada com a apropriação do capital que relaciona empoderamento com questões estéticas e, pensando que o capitalismo, como modo de produção, sobreviveu pela utilização do espaço como reforçador das relações sociais necessárias a essa sobrevivência. Isso inclui se apropriar da pauta identitária.

Harvey (2003; 2002; 2000; 1981), influenciado por Lefebvre (1994), afirma que o capitalismo conseguiu escapar das crises de sobre acumulação através da produção do espaço. Obviamente não se referia apenas a “novos espaços”, já que a

refuncionalização também tem que ser considerada. E a produção do espaço se realiza também nessa relação dialética entre valor-de-uso e valor-de-troca. Ou seja, caminhamos para além da percepção de, apenas, espaço de consumo para a de consumo do espaço (CARLOS, 2005; 2001; 1999; 1994); dito de outra maneira, além de considerarmos apenas o espaço de consumo, devemos considerar também o próprio espaço como objeto de consumo e tudo que nele está contido, inclusive as pautas dos movimentos sociais e/ou dos partidos políticos.

8. FEMINILIDADES NEGRAS: RELAÇÕES ESPACIAIS PARADOXAIS

Toda pesquisa está centrada na categoria geográfica espaço paradoxal, pois, conforme foi discutido até aqui, é de interesse para uma nova perspectiva geográfica pensar a dinâmica espacial a partir dos sujeitos, ainda mais quando estes, são aqueles que o cânone geográfico, durante muito tempo, colocou para debaixo do tapete. A ligação entre gênero, raça e espaço articulam elementos materiais e imateriais remontando a uma nova espacialidade, formada por inúmeros atravessamentos dos sujeitos que a criaram.

O geógrafo Márcio Ornat (2011) esclarece que no espaço paradoxal os sujeitos não ocupam posições fixas opostas nas relações de poder, como subordinado e subordinador, assim, dependendo do foco e escala, eles se encontram no centro e nas margens concomitantemente. Ou seja, de um lado está o espaço como nos é posto; de outro, como o vivemos. Por isso, Rose (1993) fala de espaço como algo relacional do que é percebido, concebido e vivido.

As mulheres negras constroem o espaço da resistência e da sobrevivência em todos os aspectos de suas vidas: afetivo, acadêmico, social e político. O seu espaço, paradoxalmente, existe contrário às forças que não as querem em nenhum desses lugares. Pelo contrário, constroem-se barreiras (sejam de gênero, de raça ou social) para que feminilidades negras se mantenham na subalternidade.

Ahm... somos chefes de família, somos quem ...ahmm, muitas vezes carregamos as questões do nosso movimento, que lidamos com todas as questões da nossa casa, que temos que ascender mil vezes mais que outras pessoas, 'pra' termos o mesmo reconhecimento (Entrevistada 1).

É uma superação que todas nós negras que estamos dentro da universidade, que estamos nesses espaços, a gente deve realmente incomodar... incomoda a gente estar no espaço, incomoda a gente estar falando, tá dando a nossa opinião, e tá delimitando, e falando da nossa cultura, falando da nossa história, mas é isso (Entrevistada 2).

Eu sempre senti a resistência sendo questionada. Mas parece que a intensidade desse questionamento, ela é muito maior. Porque uma coisa é quando questionam lá na vila que tu quer mais o que tu pode ter. Outra coisa é quando questionam o lugar que tu pode chegar (Entrevistada 3).

(...)nós que somos acadêmicas , que somos mestrandas, é, sabemos o quão difícil é se manter na pós graduação , muitas vezes sem bolsa, muitas vezes sem apoio, muitas vezes, até mesmo, sem perspectiva de continuidade (...).esses lugares pré-definidos que tentaram me enquadrar, me encaixar e me limitar, eu nunca aceitei. Então eu me manter estudando, muitas vezes sem ter condições e ciente de não ter condições de estudar e mesmo assim persistir, penso eu que já é uma grande coisa, uma grande conquista. Eu sou a primeira mulher na minha casa, a primeira pessoa na minha casa a ter um diploma. E vou ser a primeira a ter um título, né, de pós graduanda. E eu sou a primeira que não me submeti e não me conformei com o trabalho doméstico (Entrevistada 4)

Eu acho que a presença de mulheres negras, de negras e negros , em geral em locais até então proibidos, né?, na nossa...no nosso racismo estrutural secular é importante, nesse sentido, mesmo que a atuação dessas mulheres negras não seja uma atuação ativista, só o fato delas estarem, desde que elas não legitimem, né. (...)mesmo estando nas universidades, né?, é ...a gente sempre cumpre papel secundário, né? Não é incomum nos grupos de pesquisa, em eleições de departamento, e, eleições de posse de poder, as mulheres negras não serem cogitadas, né? Pelos últimos anos eu tenho sempre me colocado à frente mesmo que seja pra perder num certo sentido, né? Porque mesmo que eu não vá ocupar esses postos, eu não vá fazer esses papéis de liderança, né? Esse espaços acadêmicos, eu quero causar algum tipo de desconforto, que é o desconforto de me dizer não, e de ter que justificar esse não (Entrevistada 5).

Concordo mais uma vez com Djamila Ribeiro (2011) quando afirma que quando pensamos interseccionalidades não se coloca uma opressão acima da outra. O movimento a ser operado é o de rompimento dessa estrutura que nos massacra em nosso gênero, em nossa classe e, seguramente, em nossa raça. Quando essas feminilidades conseguem se manter em espaços nos quais seus corpos são indesejados, já demonstra a relação entre resistência e ocupação, afinal, ocupar é privilegiar o debate interno e demarcar porque elas se mantêm nesses lugares.

O Movimento negro, espaço histórico de lideranças femininas não está imune a ser atravessado por questões de gênero, portanto, há disputa espacial também:

(...) nas organizações do Movimento Negro, a gente acaba tendo, enquanto mulheres negras, é... acaba tendo que se impor, é... de exigir, ham..algumas coisas , né? ham... é um espaço de disputa também , né? Um espaço

importante de organização mas existe disputa como qualquer outra organização , como qualquer outro espaço (Entrevistada 4)

Eu acho que como qualquer outro espaço na sociedade, tanto o movimento negro, quanto os partidos, tem partidos que tem segmentos relacionados a discussões sobre raça e gênero. Ham, a estrutura interna desses espaços, são de reproduções de opressões, né? Que estão no bojo das relações de qualquer outro lugar na nossa sociedade. Então eu acho que são, sobretudo, espaços de aprendizado (Entrevistada 5).

É evidente que não se quer potencializar que feministas interseccionais estão descoladas das vertentes do Movimento Negro. Mas, sim, mostrar que a hierarquia de gênero existe e não pode ser alienada, conforme aponta Djamila Ribeiro (2011):

Não podemos mais naturalizar essas violências escamoteadas de cultura. A cultura é construída, portanto os valores dela também o são. É preciso perceber o quanto a reificação desses papéis subalternos e exotificados para negras nega oportunidades para desempenharmos outros papéis e ocuparmos outros lugares (RIBEIRO, 2011, p. 97).

Não naturalizar o racismo e a violência de gênero cabe também (e urgentemente) dentro dos partidos políticos de esquerda, pois pelos depoimentos e minha própria vivência partidária, partidos políticos não viabilizam a permanência de mulheres negras, bem como, essas mulheres, também não se sentem apoiadas para lançarem suas próprias candidaturas.

Então... é...a gente parte do princípio, né?, que, nós mulheres negras sofremos com uma sub representação, em espaços institucionais, em espaços de poder, espaços de decisão. E que a gente precisa mudar isso. Então, eu acho que, é uma escolha, sim, claro, é uma escolha, os movimentos políticos devem ser feitos, né?, a partir disso, a partir do momento que tu cria consciência, né?, de classe e de raça, né?, consciência negra, mas eu não vejo como você, a partir do momento que você tem essa consciência não escolher estar organizada. Porque não tem como a gente fazer mudanças estruturais se elas não forem coletivas.() Até porque, se a gente não construir esses espaços, esses espaços ainda vão continuar naquela lógica de supremacia branca, né?, desse discurso colonizador, então, a gente precisa ir mudando todos os caminhos, né?, pra gente conseguir ter uma representação, que de fato, é. fale por nós e com nós, né? E eu gosto de falar que apesar de eu estar em um partido político, que

é um espaço misto e por isso é mais difícil de construir, que a gente não pode pensar que é o único meio, assim, e que por exemplo, ter um mandato é o fim, o mandato é um instrumento de luta, né?, o partido é um instrumento de luta, assim como os coletivos.

E eu estou ali pra incomodar mesmo. Pra incomodar e pra dizer que nós negros podemos, nós negros temos condições de, de buscar uma vereança, buscar algo mais do que ser simples militantes que alguém diz o que fazer (Entrevistada 2).

Na minha vida política, eu diria que eu concorri a deputada estadual agora na última eleição (2018). Foi muito difícil. Foi um processo. eu sempre travei muita discussão. E eu senti nessa eleição o tempo inteiro, o questionamento de onde eu poderia chegar. Eu via as pessoas dizendo: “Não, tu vai fazer 500 votos.” Enfim, sem grana, né? Eu dizia pra gurias: “Como é que nós vamos fazer campanha se não tem grana?” A gente precisava ter mulheres negras. A gente precisava apresentar mulheres negras para sociedade então as mulheres negras do meu partido dizem: “Tu vai ser a nossa mulher negra.” Eu. é um choque pra mim, eu tive muita dificuldade de assimilar isso, mas eu também senti que eu não podia recuar porque, enfim..eu sempre travei essa batalha, eu sempre fiz muito essa discussão da importância de mulheres de nós termos mulheres negras nas nossas nominatas, mas eu nunca tive a expectativa que fosse eu (Entrevistada 3).

Importante frisar que as entrevistadas 1, 2 e 3 concorreram a eleições. A entrevistadas 2 e 3 deixam evidente que foram escolhas batalhadas e não propriamente incentivadas por seus partidos. Outra evidência é que partidos políticos entendem a participação da mulher negra restrita a uma pauta identitária, e não como sujeitos articuladores dos projetos políticos que tais partidos encerram. Em parte, traz uma certa consternação, e aqui falo como mulher partidarizada, entender que é difícil ocupar cargos de direção dentro dos partidos. No entanto, é necessário buscar.

9. CONSIERAÇÕES FINAIS

A construção da problemática “Como a negritude, enquanto elemento constituinte das interseccionalidades de diferentes feminilidades, produz relações espaciais paradoxais?” partiu da hipótese de que essas mulheres constroem um espaço, que não é o mesmo dado para outras pessoas (não negras) dentro das esferas de poder, o que as conduz para um tipo de militância que está atrelada diretamente com suas raças e exigem delas, um posicionamento político, diferente de qualquer outro militante.

Foi possível entender espaço como produto de inter-relações (MASSEY, 2008) uma vez que mulheres militantes não praticam a militância sozinhas; pelo contrário, enxergam na produção coletiva uma espécie de emancipação intelectual, discursiva e política, como únicas saídas de mudanças paradigmáticas de suas condições de mulheres negras. Não é difícil concluir que, antes da militância e da vida profissional/acadêmica, advém o fator racial, uma vez que, conforme também salientou Massey (2008) o entendimento de espaço paradoxal vai desde a imensidão do global (luta por direitos, espaço político dentro de movimentos sociais e/ou partidos políticos) até aquele espaço intimamente pequeno (suas relações individuais com suas corporeidades negras).

Essas feminilidades negras são confrontadas em suas multiplicidades, pois embora tenham como elo de ligação o fator da negritude, suas trajetórias são distintas. Naturalmente há, portanto, nessa pluralidade de trajetórias e sua coexistência, a certeza de que sem espaço não é possível haver multiplicidade, sem multiplicidade não há espaço (MASSEY, 2008).

É interessante frisar a multiplicidade de co-existência de espacialidades distintas, uma vez que o espaço paradoxal não sendo o espaço físico, mas o espaço como produto das inter-relações (MASSEY, 2008), é, portanto, inacabado e sempre em construção, ocasionando tensão e rupturas que necessitam repensar como algumas políticas são pensadas para essas feminilidades negras.

Outra questão preponderante foi a naturalidade com que as entrevistadas começaram a entrevista dizendo “eu sou uma mulher negra”. As feminilidades negras não se colocam em nenhum momento como “mártires” de suas histórias, pelo

contrário, há em todo momento de suas narrativas uma busca eloquente de trazer a superação, não só como exemplo a ser seguido por outras mulheres, mas como a única saída de superação de todo sofrimento inerente à condição negra feminina.

Logo, é possível reconhecer que diferente da ideia de “carinhosa mãe preta”, ou bela e sedutora mulata (termo pejorativo), dedicada doméstica (defendida pela literatura) (SILVA, 2009), as feminilidades negras dispensam e desprezam rótulos que não as reconheçam como feminilidades potentes e detentoras de seus próprios destinos. Uma vez que, na presente pesquisa, valorizou-se o ponto de vista das pesquisadas, buscou-se, conforme evidenciou Smith (1990), um comprometimento com uma pesquisa que viola as condições da objetividade da sociologia e, ainda assim, insistiu que havia algo para ser descoberto, um produto de pesquisa confiável (SMITH, 1990, p.33).

Para tanto, rejeitou-se aqui o mito do feminismo universal, partindo da ideia de que não há desdobramento possível para mulheres negras que não seja o feminismo interseccional, uma vez que, como percebido por Sudbury (2003), a desvantagem de mulheres negras pobres e trabalhadoras as libertam de um discurso meramente ideológico proposto por alguns feminismos brancos. Não é possível simplesmente pensar o termo mulher para a mulher, pois ser mulher também é inconsciente e não produz uma base ontológica (RILEY, 1988). Sendo assim, feminilidades são distintas, bem como seus posicionamentos, estes, socialmente construídos, acometidos de uma vasta variabilidade, desde o ponto de vista histórico até a própria idealização da luta feminista.

Entendendo que é importante manter um discernimento profundo da necessidade política de validação do conhecimento de grupos oprimidos, através de uma compreensão que a experiência não é “a autoridade empírica” final (ASANTE, 1990, p.25), buscou-se aqui uma discussão teórico-metodológica a qual se pudesse de fato compreender as experiências das entrevistadas como evidências das espacialidades por elas descritas. A ideia de distinção de tempo e espaço feita por Grosz (1995), assim como também por Gillian Rose (1993), foi associada à constituição de gênero que diz que

A mulher é/provê espaço para homem, mas ela mesma não ocupa nenhum. O tempo é a projeção do seu interior [do homem] e é conceitual, introspectivo. A interioridade do tempo, vincula-se com a exterioridade do espaço apenas através da posição de Deus (ou de seu representante, o homem) como o ponto de sua mediação e de sua coordenação (GROSZ, 1995, p. 98-99).

Por mais que a noção de espaço aqui esteja fixada na ideia de inter-relações, fica evidente que, inclusive nessas interações espaciais, o homem é quem tem privilégio, tanto do ponto de vista de quem “ocupa os melhores lugares”, como também, dita a maneira como o outro (a mulher) deve pensar a espacialidade. Quando as feminilidades reivindicam suas espacialidades dentro dos espaços comumente pensados por homens e/ou pessoas brancas de todos os gêneros, a espacialidade negra e feminina, causa desconforto, e só é possível através de muita resistência e embates.

As feminilidades negras aqui estudadas são militantes de esquerda que assumem a articulação ideológica de raça, classe e gênero e isso é, por si só, uma ideia de espacialidade subversiva.

A ideia era ir além da discussão sobre ‘fatos’ e chegar a uma observação geral sobre como as negras raramente participam da produção de ‘fato’ e ‘história’. Assim, quando elas fazem qualquer movimento nesse sentido, isso é potencialmente subversivo de um status quo repressivo (WALLACE, 1994, p.73).

Conforme salientou Michele Wallace (1994), produzir fatos, e aqui encaro como produzir ciência, só é feito por mulheres negras que rompem com a lógica perversa de as emudecerem. Essas mulheres conseguem entender que a divisão de classe é um fator contundente e que não pode ser alienado. Quando a entrevistada 3, por exemplo, colocou que o motivo da filiação partidária foi buscar uma creche para filha; ou que se sente em desvantagem às colegas de sala de aula não negras que não precisam trabalhar, torna-se evidente que, mesmo quando as mulheres negras contrariam a lógica de exclusão de espaços hegemonicamente brancos, ainda é, na sua particularidade, confrontada e convidada (mesmo que não verbalmente) a se retirar desses espaços. O mesmo acontece com a entrevistada 5 que, mesmo que tenha ascendido socialmente, encontra dificuldade em, por exemplo, chegar à direção do departamento na qual é docente.

A resistência das mulheres negras investigadas na pesquisa é moldada por ideais de esquerda, mesmo que as entrevistadas 4 e 5 tragam nuances de um apartidarismo. As entrevistadas 1, 2 e 3 conseguem entender que a mudança estrutural é via partido político, pois é dessa maneira que se chega até os espaços de poder para viabilizar as pautas das mulheres negras. Aliás, cabe ressaltar que todas

elas usam muito a palavra resistência, porque além de ocupar espaços, precisam lutar inclusive com seus pares ideológicos. Trago as palavras de Djamila Ribeiro (2018):

Nós, feministas e militantes da luta antirracista, frequentemente deparamos com esses “profissionais”. É só falar das desigualdades existentes, da violência às quais as mulheres e a população negra estão submetidas, para enfrentar opiniões totalmente infundadas. Pesquisas e estudos são feitos para mostrar o mapa da violência no Brasil, mas a pessoa simplesmente diz que não é bem assim e pronto. Talvez porque não veja. Mas ela nem sequer cogita a possibilidade de ser míope. E quando ainda pacientemente argumentamos, mostramos dados, ela parte para a grosseria. Somos chamadas de feminazis, coitadistas, vitimistas. Tudo isso apenas por falar sobre fatos sociais (RIBEIRO, 2018, p.21).

É uma contradição facilmente perceptível no relato dessas feminilidades. A esquerda (e/ou os movimentos sociais) não está isenta no processo de exclusão dessas mulheres, pelo contrário, os partidos, mesmo sendo de esquerda, carregam no seu cerne a mesma base machista, sexista e racista do resto da sociedade. Embora as três mulheres, assumidamente partidárias, reconheçam a importância do espaço que conquistaram dentro de seus partidos, todas elas entendem que não é o mesmo espaço ocupado por pessoas de outra cor. Opinião a qual, honestamente, partilho. Pois muitas vezes sou confrontada por pessoas negras que se colocam como suprapartidárias. Para elas, nós, militantes negras somos só usadas pela esquerda. Fato que refuto veementemente. Nós, mulheres negras precisamos e queremos ocupar todos os espaços. Inclusive os partidos políticos.

Não é, embora pareça, nada sutil o racismo enfrentado pelas feminilidades negras da pesquisa. Novamente menciono Ribeiro (2018):

Algumas pessoas pensam que ser racista é somente matar, destratar com gravidade uma pessoa negra. Racismo é um sistema de opressão que visa negar direitos a um grupo, que cria uma ideologia de opressão a ele. Portanto, fingir-se de bom moço e não ouvir o que as mulheres negras estão dizendo para corroborar com o lugar que o racismo e o machismo criaram para a mulher negra é ser racista (RIBEIRO, 2018, p. 25).

Quando as feminilidades negras são trazidas para dentro de partidos e/ou movimentos sociais o direito de fala dessas mulheres não é, como já foi citado

anteriormente, dado. Ele é exigido. Ou seja, mesmo que publicamente haja por parte das pessoas brancas que ocupam os partidos políticos, por exemplo, um interesse de uma pauta plural e inclusiva, na prática, não é bem o que acontece.

Essas mulheres estão em busca de um espaço que não seja pautado por uma hierarquia de gênero, aliás, objetivo central do feminismo, mas se tratando de mulheres negras, é uma luta muito desigual e difícil. Mais uma vez trago Djamila Ribeiro (2018):

Eu já havia percebido que uma mulher negra empoderada incomoda muita gente — basta perceber os olhares e os comentários de algumas pessoas quando veem uma que não se curva às exigências de uma sociedade racista e misógina. É muito comum ouvir xingamentos do tipo “Que negra metida”, “Essa negra se acha” ou “Quem essa negra pensa que é?” quando saímos do lugar que a sociedade acha que é o nosso (RIBEIRO, 2018, 38).

Minhas feminilidades negras remontam suas espacialidades em um contexto insalubre de machismo, racismo e sexismo. Certamente, trabalhar com cada uma das feminilidades negras foi um passo importante para as pesquisas que tratam de racialidade e gênero, pois, ao falarmos de nós, estamos denunciando o quanto essa categorização que tem como base o homem branco é falsa. Apontar isso é ampliar a universalidade, fazer com que abranja um número maior de possibilidades de existência (RIBEIRO, 2018).

Essas mulheres conseguem, com algumas limitações, questionarem a natureza patriarcal feita por gênero, perturbando a simetria entre público e privado (BHABA, 2010). Mas diferente do que Homi K. Bhabha (2010) previu, elas não aceitam o obscurecimento da diferença que as coloca de maneira suplementar a homens. Pelo contrário, elas querem e batalham para não serem meros apêndices dentro dos movimentos sociais e/ou dos partidos políticos. Considerando o espaço a partir de Massey (2008), produzido coletivamente através de práticas que formam relações, são nessas práticas que a política deve focalizar. Importante também retomar a ideia de Joseli Maria Silva (2007), quando afirma que:

O espaço paradoxal é complexo, envolve variadas articulações e dimensões e se constitui em uma interessante construção metodológica na geografia. Qualquer mulher não pode ser vista constituindo apenas um gênero, mas, também, a sexualidade, a raça, a religião e a classe social. Todos esses elementos são experienciados simultaneamente, podendo, portanto,

subverter a ordem de forças entre 'nós' e os 'outros' devido à sua plurilocalidade no território. Qualquer posição é imaginada não apenas por ser localizada por múltiplos espaços sociais, mas também por ambos os pólos de cada dimensão. É importante conceber que há pluralidades de masculinidades tanto quanto existem de feminilidades e que não se configuram como blocos homogêneos, pelo contrário, são construídos por significações repetidas na ação, e toda ação é passível de variação (SILVA, 2007, p.123).

Discutir espaço paradoxal é defender que essas feminilidades passem pelo feminismo interseccional, uma vez que, suas espacialidades são múltiplas e variáveis. Por mais que Audre Lord (1996) tenha brilhantemente explanado que o cotidiano da mulher negra como um todo é lugar para militância, é nos espaços hegemonicamente brancos que essas lutas ganham maior relevância e orientam as mulheres para suas relações espaciais paradoxais, pois como também definiu Joseli Maria da Silva (2007), a realidade socioespacial trata-se de um campo contratual, através do qual é redesenhada, redefinida e, também, transformada. Através da contemplação dos elementos materiais e simbólicos que constituem as relações entre gênero e espaço, podendo e devendo ir além do espaço da reprodução, instituindo o que a geógrafa chamou de “espaço da transformação”. Essas feminilidades transformam, simplesmente porque resistem, insistem e persistem.

10. REFERÊNCIAS:

AITIHAL, V. (1999). **‘Empowerment and Global Action for Women: Theory and Practice’**. Working Papers, Kvinnforsk, University of Tromso, Available at <http://pdfind.com/empowerment-and-global-action-of-women/>

ALCOFF, Linda Martín. **Uma epistemologia para a próxima revolução. Sociedade estado**, 2016.

ALLEN, Amy (2005). **“Feminist Perspectives on Power.”** Stanford Encyclopedia of Philosophy. Available at: <http://plato.stanford.edu/entries/feminist-power/#Bib>

AMOS, Valerie; PARMAR, Pratibha. **Challenging Imperial Feminism.** Feminist review., n. 17, p.3-19.

ARANHA, A. V. S.; SOUZA, J. V. A. de. **As licenciaturas na atualidade: nova crise?** Educar em Revista, Curitiba, Brasil: Editora UFPR, n. 50, p. 69-86, out./dez. 2013.

ASANT, M.K. Kemet, **Afrocentricity and Knowledge, New Jersey:** Africa Word Press.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições, 2000.

BATIWALA, S. (2002). **“Grassroots Movements as Transnational Actors: Implications for Global Civil Society.”** Volunts: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations, Vol. 13, No. 4.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BHABA, Homi K. O local da cultura. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: ED. UFMG, 1998.

BICUDO, V.L. **Atitudes dos alunos de grupos escolares em relação a seus colegas.** In: BASTIDE, R; FERNANDES, F. Relações espaciais entre brancos e negros em São Paulo. São Paulo: Editora Anhembi/UNESCO, 1955, p. 227-310.

BONDI, Liz. **Gender symbols and urban landscapes.** In: Progress in Human Geography. London. Edward Arnold: 1992.

BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação.** Cadernos Pagu. v. 26. p.329- 365, 2006.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.** In: ASHOKA. Empreendimentos Sociais: TAKANO Cidadania (orgs). Racismos Contemporâneos. Rio de Janeiro. Takano Editora 2003.

CAPEL, H. **Filosofia y ciência en la geografia contemporânea.** Barcelona: Barcanova, 1982.

COLOGNESE, S. MÉLO, J. L. B de. **A técnica da entrevista na pesquisa social.** **Cadernos de Sociologia.** Porto Alegre. v. 9. P.143-159, 1998.

COLLINS, Patrícia Hills. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro.** Revista Sociedade e estado, n.1, p.99, 2016.

CORRÊA, Lobato. **Geografia: Conceitos e temas.** Organizado por Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. Rio de Janeiro. Bertrand, Brasil, 2000.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos de discriminação racial relativos a gênero.** Estudos feministas, n. 171, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Trad. de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOMINGUES, Petrônio. **Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica.** Revista Brasil Educ. n. 29, 2005.

FAZZI, Rita de Cássia. **Preconceito racial na infância**. Rio de Janeiro, 2000. Tese (dout.). Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difel, 1972.

GARCIA, Marco Aurélio. **O gênero da militância: Notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política**. Cadernos Pagu. Campinas, n. 8/9, 1997, p. 319- 342.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARAES, Antonio Sergio. Cor e Raça. In: **Raça: novas perspectivas antropológicas**. SANSORE, Livio, PINHO, Osmundo Araújo (Orgs). 2. ed. Rev. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia, EDUFBA, 2008. p. 29-45.

GUIMARÃES, Carmem Lúcia. **A abordagem etnográfica na investigação científica**. Ins Mattos e Castro. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p.48-83.

GÖERGEN, Edipo Djavan dos Reis. **Homossexualidades na territorialidade tradicionalista gaúcha**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Santa Maria, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Cultura negra e educação**. Revista Brasileira de educação.. n. 23 maio/agosto, 2003.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano**. *Revista Isis International*, 1989. Santiago, v.9, p.133-141.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HARAWAY, Donna J. *Situated Knowledges: The science question in Feminism and the privilege of partial perspective: The Reinvention of Nature*. Nw York: Routledge, 1991.

HELLER, Agnes. **Sociologia da vida cotidiana**. Trad. J.F. Yvars e E. Pérez Nadal. Barcelona: Península, 1977.

hooks, bell. **Mulheres Negras: moldando a teoria feminista.** Revista Brasileira de Ciência política, n.16, 2015.

hooks, bell. **Feminism Is For Everybody: Passionate Politics.** Londres: Pluto Express, 2000.

HOLZER, Werther. **A geografia humanista: sua trajetória de 1950 a 1990.** Rio de Janeiro, 1992. Dissertação de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Mini Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

ISNARD, Hilbert. O Espaço Geográfico. Coimbra: Editora Almedina, 1982.

LACLAU, Ernesto & MOUFFE, Chantal (1995). **Hegemonia e estratégia.** Londres.

LACOST, Yves. **A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para pesquisadores, estudantes e cidadãos.** Revista Heródote n. 8. In. Boletim Paulista de Geografia. v.84, p.77-92, 2006.

LEFÉBRVE, Henri. **Espaço e política.** Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. O sujeito coletivo que fala. In: Interface – comunicação, saúde, educação. Botucatu: v.10, n.20, jul/dez 2006, p.517-24.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MELLUCCI, A. **Os novos movimentos sociais.** Social Science Information, 1980.

MARRE, Jacques L. **História de vida como método biográfico. Cadernos de sociologia.** Porto Alegre, v.3, n.3, p.89-141, 1991.

MARX, K; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

MODOOD, T. **Political Blackness and British Asians.** Sociology, p. 859-876.

MORAES, A. C. **Ideologias Geográficas.** São Paulo: Hucitec, 1988.

NASCIMENTO, Abadias do. **O genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Giovana Xavier da Conceição. **Os perigos dos negros brancos.**

Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

NOGUEIRA, Izildinha Baptista. **Significações do corpo negro.** São Paulo: USP, 1998. Tese de Doutorado.

OLIVEIRA JR, Adolfo Neves. **A invisibilidade imposta e a estratégia de invisibilização entre negros e índios: uma comparação.** In: Bacelar, J. Caroso. Brasil, um país de negros? RJ, Pallas. Salvador, 1999. p. 165-174.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, Monografias, dissertações e teses.** 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

ORLANDI, Eni. **Análise do discurso: princípios e procedimentos.** Campinas: Pontes, 1999.

ORNAT, Márcio. J. **Geografia Feminista no Brasil nos anos 80, sim senhor!** Uma entrevista com Rosa Ester Rossini. In.: Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p. 212 – 219, 2016.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações. Inversões. Deslocamentos. In: **Cadernos de estudos linguísticos.** n. 19. Campinas: Unicamp, 1990. p. 7-24.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica.** São Paulo 2005.

PETERS, Michel. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença.** Trad.: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Feminismo, história e poder.** 2010.

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras.** Sociedade e cultura. , vol. 11, julh/dez, 2008, p.263-271.

REIS, Maíra Lopes. **Estudos de Gênero na Geografia: Uma análise feminista da Produção do Espaço.** E&C. 2015.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro.** — 1a ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2018.

RILEY, D. Am I That Name?: **Feminism and the Category of “Women” in History, Hampshire e Londres.** Independent Television, 1990.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço: formação social como teoria e como método.** Boletim Paulista de Geografia, n. 54, 1977.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1985.

SCOTT, Joan. **Gender: A useful Category of Historical Analysis.** New York: Columbia University Press, 1989. Trad de Christiane Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila.

SILVA, Joseli Maria. **Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidade.** In: SILVA, Joseli Maria (org.). Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SILVA, Joseli. **Território descontínuo e prostituição travesti no sul do Brasil.** In.: SILVA, J. M.; SILVA, A. C. P. (Orgs.). Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011.

SILVA, Gleicy Mailly da. **Corpo, política e emoção: feminismos, estética e consumo entre mulheres negras.** Horiz antropol.. v. 25, n. 54. Porto Alegre, 2019.

SILVA, Suzana Maria Veleda da. **Geografia de Gênero/geografia feminista- o que é isto?** Boletim gaúcho de Geografia, 1998.

SILVA, Suzana Maria Veleda da. **A perspectiva feminista na Geografia brasileira.** In: SILVA, Joseli Maria (Org.). Geografias Subversivas. Discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa / PR: Todapalavra, 2009, p.301-313.

SMITH, D. E. **The conceptual Practices of power: A Feminist Sociology of Knowledge,** Boston, MA: Northeastern University Press, 1990.

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SUBURY, Julia. **Outros tipos de sonho: organização de mulheres negras e políticas de transformação.** São Paulo: Summus, 2003.

TUAN, Y. **Espaço e lugar.** São Paulo: DIFGL, 1979.

VENTURINI, Luiz Antônio. **O papel da técnica no processo de produção científica.**

In: Boletim Paulista de Geografia. v. 84, p.69-76, 2006.

WALLACE, Michele. **Imagens negativas para uma crítica cultural das mulheres negras.** Revista estudos feministas, 1994.

WINKIN, Yves. **A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo.** São Paulo: Papyrus, 1998.

FEMINILIDADES NEGRAS

UM ESTUDO DE RELAÇÕES ESPACIAIS PARADOXAIS

O trabalho sai da seguinte questão: “Como a negritude enquanto elemento constituinte das interseccionalidades de diferentes feminilidades produzem relações espaciais paradoxais?” Vive-se hoje uma ruptura, ou porque não dizer, um ‘borramento’ do que seria a construção da identidade da mulher negra e sua busca por emancipação, seja ela intelectual, financeira, afetiva e, principalmente, política. O presente trabalho apresentará discussões sobre feminismo e feminismo negro, fazendo um percurso da história da identidade negra feminina no Brasil e no mundo, esclarecendo o conceito de raça para compreender como condições de interseccionalidades produzem relações espaciais paradoxais para diferentes feminilidades, pois há um passado de escravização que interfere ainda na atualidade na produção espacial dessas mulheres negras. As relações espaciais na perspectiva de uma geografia de gênero, envoltas por um cotidiano que hora surpreende e hora sufoca, tendo como enfoque a questão interseccional, ressaltando a ideia que a identidade da mulher negra é múltipla e atinge variados níveis de opressão, além do racial, de gênero, social, dentre outros. Desse modo, o presente trabalho não é uma mera dissertação fadada à academia, mas, sim, busca envolver minha própria identidade negra que quer compreender os motivos de exclusão, alienação e discriminação da mulher negra, avaliando de que modo essas pessoas (nós), quando tomam consciência de sua situação política e afetiva na sociedade, nos espaços de poder e na militância, acabam sendo ‘empurradas’ para produção de espaços em que tenham voz e vez, dentro de um sistema patriarcal, racista e desigual.

